



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**RECURSOS DIDÁTICOS DOCENTES E A APRENDIZAGEM
DOS JOVENS E ADULTOS DA ESCOLA MODELO
MUNICIPAL ANTONIO BATISTA, EM EUNÁPOLIS-BA-
BRASIL**

ANTONIO DIAS DOS SANTOS

Asunción-Paraguay

2022

ANTONIO DIAS DOS SANTOS

**RECURSOS DIDÁTICOS DOCENTES E A APRENDIZAGEM
DOS JOVENS E ADULTOS DA ESCOLA MODELO
MUNICIPAL ANTONIO BATISTA, EM EUNÁPOLIS-BA-
BRASIL**

Dissertação apresentada à Facultad de Ciencias de la Educación y la Comunicación como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Tutor: Prof. Dr. José Antonio Torres González

Asunción-Paraguay

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Santos, Antonio Dias dos.

Recursos didáticos docentes e a aprendizagem dos Jovens e Adultos da Escola Modelo Municipal Antonio Batista, em Eunápolis-BA- Brasil/Antonio Dias dos Santos.
BAHIA/BRASIL, 2019.

130 f

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Torres González.

Dissertação (Mestrado) - Facultad de Ciencias de la Educación y la Comunicación.

Mestrado em Ciências da Educação.

1. Contexto histórico da EJA no Brasil.
2. Recursos didáticos para a EJA.
3. Práticas metodológicas docente.

ANTONIO DIAS DOS SANTOS

RECURSOS DIDÁTICOS DOCENTES E A APRENDIZAGEM DOS JOVENS E ADULTOS DA ESCOLA MODELO MUNICIPAL ANTONIO BATISTA, EM EUNÁPOLIS-BA- BRASIL

Dissertação apresentada à Facultad de Ciencias de la Educación y la Comunicación como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências da Educação.

BANCA EXAMINADORA:

Professor (a) Dr. (a). Nome do Presidente da banca

Professor (a). Nome do 2º componente da banca

Professor (a). Nome do 3º componente da banca

Asunción, _____ de julho de 2022.

AGRADECIMENTOS

Ao Pai Celeste, pela inspiração e pela força para continuar construindo este trabalho;

À minha família, minha esposa e companheira de todas as horas, aos meus queridos filhos e amigos que depositaram confiança em mim, além de me incentivarem para concretização desse curso.

Aos meus professores pelos ensinamentos e cumplicidade, minha gratidão.

Aos colegas de curso, pela parceria e disponibilidade em ajudar sempre que solicitados, em especial, Adelaide Juciê, Evandro e Ana Paula.

Aos meus colegas de trabalho pela participação nessa pesquisa.

“Compreendemos que a função da Educação de Jovens e Adultos, enquanto serviço público, vincula-se à inclusão do conjunto de brasileiros (as) historicamente vulnerabilizados (as), urge políticas de formação inicial e continuada centradas na perspectiva e princípios de uma educação inclusiva, para a qual a EDH apresenta princípios estruturantes.”.

(Capucho, 2012, p.80).

RESUMO

Neste trabalho, discute-se a importância dos recursos didáticos docentes para a construção do conhecimento dos discentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A ênfase dar-se-á no livro didático, tendo em vista que por muitos anos o público da EJA não possuía um material apropriado para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, que se efetivava mediante ao uso dos recursos didáticos disponíveis na escola, específicos para os discentes do ensino regular, diurno, desde a alfabetização até o Ensino Médio. Isso significa que por muito tempo o professor teve que lançar mão de um material didático com linguagem e abordagem distantes da realidade dos alunos jovens e adultos. Estes, por sua vez, já estavam inseridos no mundo do trabalho; eram chefes de família, donas de casa, microempreendedores, com uma visão de mundo muito além daquilo que estava proposto nos recursos didáticos disponíveis para eles. Essa realidade percorreu por todas as escolas brasileiras, até que, a partir do ano de 2009, começa-se a pensar num material com uma abordagem mais próxima da realidade da EJA.

Assim, com o objetivo de disponibilizar livros didáticos aos alfabetizados e estudantes jovens, adultos e idosos das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado, das escolas públicas com turmas de alfabetização e de ensino fundamental e médio na modalidade EJA, o MEC, por meio do Presidente do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), através da Resolução CD/FNDE Nº 51/2009. A partir de então, o que mudou na prática pedagógica do docente? Além do livro, o professor tem se apropriado de outros recursos didáticos que apoiem o seu trabalho em sala de aula? Essa nova abordagem presente no livro da EJA tem contribuído efetivamente para a formação do aluno da EJA?

Portanto, o objetivo da investigação é analisar a influência dos recursos didáticos docentes sobre a aprendizagem dos alunos Jovens e Adultos de uma Escola Municipal de Eunápolis-Bahia/Brasil. Para alcançar os objetivos foram utilizados os seguintes instrumentos para coleta de dados: questionário para todos os (as) professores (as) que trabalham com alunos da modalidade de ensino EJA – Educação de Jovens e Adultos e a análise da ata de rendimento escolar do ano letivo de 2016. O estudo está sob a égide de caráter descritivo, com enfoque qualitativo. O foco da investigação foi direcionado para

uma escola pública de Ensino Fundamental, situado cidade de Eunápolis - Ba/Brasil, durante o ano letivo de 2016. A pesquisa teve como suporte teórico vários autores, dentre os quais destacamos: Travasso e Giusti (2010), Lima (2006), Frederico e Auxiliadora (2006) e documentos da política educacional brasileira. Os resultados aqui apresentados revelaram que a principal necessidade do professor é a formação continuada para trabalhar com alunos da EJA, além de acesso materiais com abordagens mais significativas para este público, por acreditarem que, mesmo como os avanços obtidos até aqui, os recursos didáticos para esta modalidade ainda não refletem a sua realidade.

PALAVRAS-CHAVE: recursos didáticos; educação de jovens e adultos; aprendizagem; docentes da EJA.

RESUMEN

En este trabajo, se discute la importancia de los recursos didácticos docentes para la construcción del conocimiento de los alumnos de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA). El énfasis se dará en el libro didáctico, teniendo en vista que por muchos años el público de la EJA no poseía un material apropiado para el desarrollo del trabajo pedagógico, que se materializaba mediante el uso de los recursos didácticos disponibles en la escuela, los alumnos de la enseñanza regular, diurno, desde la alfabetización hasta la Enseñanza Media. Esto significa que por mucho tiempo el profesor tuvo que lanzar un material didáctico con lenguaje y enfoque distantes de la realidad de los alumnos jóvenes y adultos. Estos, a su vez, ya estaban insertos en el mundo del trabajo; eran jefes de familia, amas de casa, micro emprendedores, con una visión de mundo mucho más allá de lo que estaba propuesto en los recursos didácticos disponibles para ellos. Esta realidad recorrió por todas las escuelas brasileñas, hasta que, a partir del año 2009, se empieza a pensar en un material con un enfoque más cercano a la realidad de la EJA.

Así, con el objetivo de disponibilizar libros didácticos a los alfabetizandos y estudiantes jóvenes, adultos y ancianos de las entidades asociadas del Programa Brasil Alfabetizado, de las escuelas públicas con clases de alfabetización y de enseñanza fundamental y media en la modalidad EJA, el MEC, a través del Presidente del Consejo Deliberativo del Fondo Nacional de Desarrollo de la Educación (FNDE), dispone sobre el Programa Nacional del Libro y del Material Didáctico (PNLD), a través de la Resolución CD / FNDE N° 51/2009. A partir de entonces, ¿qué cambió en la práctica pedagógica del docente? Además del libro, el profesor se ha apropiado de otros recursos didácticos que apoyen su trabajo en el aula? ¿Este nuevo enfoque presente en el libro de la EJA ha contribuido efectivamente a la formación del alumno de la EJA?

Por lo tanto, el objetivo de la investigación es Analizar la influencia de los recursos didácticos docentes sobre el aprendizaje de los alumnos Jóvenes y Adultos de una Escuela Municipal de Eunápolis-Bahía / Brasil. Para alcanzar los objetivos se utilizaron los siguientes instrumentos para la recolección de datos: cuestionario para todos los (as) profesores (as) que trabajan con alumnos de la modalidad de enseñanza EJA - Educación de Jóvenes y Adultos y el análisis del acta de rendimiento escolar del año de acuerdo con la normativa vigente. El objetivo de la investigación fue dirigido a una escuela pública de Enseñanza Fundamental, ubicada en la ciudad de Eunápolis - Ba / Brasil, durante el año escolar de 2016. La investigación tuvo como soporte teórico varios autores, entre los cuales

destacamos: Travasso y Giusti (2010), Lima (2006), Federico y Auxiliadora (2006) y documentos de la política educativa brasileña. Los resultados aquí presentados revelaron que la principal necesidad del profesor es la formación continuada para trabajar con alumnos de la EJA, además de acceso material con enfoques más significativos para este público, por creer que, aun como los avances obtenidos hasta aquí, los recursos didácticos para esta modalidad aún no refleja su realidad.

PALABRAS CLAVE: recursos didácticos; educación de jóvenes y adultos; aprendizaje; docentes de la EJA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I- EJA: Conceito e histórico	17
1.1 EJA, significado e atribuições	17
1.2 Histórico do contexto político e social da EJA	17
CAPÍTULO II – Recursos didáticos da EJA	26
2.1 Histórico do material didático destinado à EJA.....	26
2.2 Enfoque no PNLD – EJA (Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos	30
2.3 PNLD	32
2.4 Matriz curricular EJA - 2017.....	33
2.5 Matriz curricular EJA - 2018.....	36
CAPÍTULO III – Aspectos Metodológicos	38
3.1 Tipos de pesquisa	38
3.1.1 Problematização	38
3.1.2 Objetivo Geral e Objetivos Específicos	39
3.2 Delimitação e Alcance da Pesquisa	39
3.3 Descrição dos Sujeitos da Pesquisa	40
3.4 Instrumentos Utilizados para Coleta de Dados	41
3.5 Procedimentos Metodológicos Para Coleta de Dados	42
3.5.1 Estado da questão	43
3.5.2 Aplicação do questionário	44

CAPÍTULO IV – Análise e Discussão dos Resultados.....	45
4.1 Análise do Projeto Político Pedagógico.....	57
4.2 Análise das atas do rendimento escolar 2016.1	60
Conclusão.....	67
Recomendações.....	67
REFERÊNCIAS.....	71
Apêndice A – Guia para a apresentação de anteprojeto da Tese.....	77
Apêndice B – Modelo de questionário aplicado ao professor	85
Apêndice C – Questionário validado pela Dr^a. Daniela Ruiz Diaz.....	91
Apêndice D - Questionário validado pelo Dr. Carlos Roberto Rocha da Silva.....	97
Apêndice E - Questionário validado pelo Dr. Davi de Oliveira Santana	103
Anexo A – Cópia do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Modelo Municipal Antônio Batista	109

INTRODUÇÃO

Este estudo parte da reflexão sobre o olhar docente para os estudantes da modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Sobretudo, como a ação pedagógica do professor, apoiada nos recursos didáticos docentes disponíveis na unidade escolar, influencia a aprendizagem destes educandos.

Por muito tempo, o professor encontrou-se sem apoio didático para atender efetivamente o discente jovem e adulto. Por conseguinte, viu-se obrigado a utilizar recursos didáticos com especificidades para o segmento do Ensino Regular. Muitas vezes, a linguagem e os textos utilizados para alfabetizar o estudante da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) eram infantilizados e distantes da realidade deste público. Os discentes sentiam-se constrangidos e desestimulados a continuarem seus estudos.

Com o passar dos tempos, à medida que novos saberes sobre esse público foram construídos, começa-se a pensar e produzir material didático com abordagens coerentes à vivência do discente EJA, como uma resposta às indagações e às solicitações dos profissionais em educação que lidavam com essa modalidade. O material apresenta os conteúdos num contexto mais maduro, com linguagens mais apropriadas para o aluno jovem e adulto, abordando o mundo do trabalho, o cotidiano do chefe de família e da dona de casa, direitos e deveres, dentre outras abordagens.

No entanto, muitos professores mantiveram as suas práticas pedagógicas ancoradas nas metodologias do passado. Continuaram a trabalhar com recursos didáticos específicos do Ensino Regular, próprios para crianças e adolescentes, utilizando os mesmos textos e a mesma linguagem num contexto infanto-juvenil.

É necessário, portanto, que se faça uma reflexão sobre a prática metodológica do docente, relacionada à utilização dos recursos didáticos e a efetivação da aprendizagem do discente na perspectiva de garantir a elevação da qualidade da educação na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Na sua tese de doutorado, Mello (2010) fundamenta-se em Bittecourt (2008), sua orientadora, para abordar a história dos recursos didáticos, dando ênfase à Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Ele apresenta o livro didático como objeto multidimensional e complexo, pois, através de sua forma e conteúdo, dissemina ideologias

e concepções de educação para esse público. O próprio recurso apresenta um currículo para a EJA, com métodos de ensino e aprendizagem, contemplando as especificidades destes discentes. Desta forma, fica claro que o olhar e a postura frente a este público devem ser coerentes à sua realidade e ao seu contexto. Isso porque o jovem, o adulto e o idoso apresentam características próprias, que são resultados de suas vivências, de suas experiências. A postura do educador frente à realidade destes discentes poderá assegurar o seu interesse e a sua continuidade nos estudos.

Na revista *Educação e Pesquisa*, Travasso & Giusti (2010), em seu artigo, apresentam o idoso como referência de atenção. Segundo as autoras, o processo de envelhecimento ainda sofre com o preconceito social. Elas afirmam que o idoso não é bem assistido em suas necessidades. Dessa forma, apresentam algumas perspectivas a respeito da ampliação no número de idosos na sociedade atual, dos preconceitos relacionados ao envelhecimento e da luta pelos direitos do cidadão idoso. Nesse sentido, elas focam a importância do papel do educador no intuito de reverter a obscuridade a que é submetida a pessoa idosa, tanto no âmbito social quanto no educacional. Neste último, espera-se contar com a efetiva adaptação da linguagem dos livros didáticos à dinâmica do cotidiano destes discentes, no intuito de proporcioná-los um ambiente favorável ao conhecimento.

Para elas, o educador dispõe de grande influência na sociedade para lutar junto ao idoso pela garantia do cumprimento de seus direitos e pela atenção política à educação para os idosos.

No livro “Formação de professores para educação de jovens e adultos”, Lima (2006) apresenta um resultado de cinco anos de pesquisa e trabalho com jovens e adultos em processo de alfabetização. O autor ressalta a dívida social que o Brasil tem com milhões de brasileiros sem a oportunidade de galgar novos degraus e explorar novos horizontes em sua vida em consequência da falta de políticas públicas com vista ao público da EJA. Ele sugere caminhos para o educador avançar com seus alunos, para, além de formá-los em conhecimento, formá-los também cidadãos do mundo; cidadãos autônomos e agentes ativos, construtores de sua própria história. Para tanto, fica claro a necessidade de o docente conhecer o seu aluno como um ser social, que trabalha, que cuida da família e, a partir daí, fundamentar a sua prática pedagógica.

No livro *Formação de professores: prática, história e cultura*, Frederico & Auxiliadora (2006), no primeiro capítulo, intitulado “A Formação Continuada de

Professores da/para a Educação de Jovens e Adultos: uma releitura do Silêncio, Vazios e Lacunas Institucionais no Estado de Alagoas”, página 13, apresentam uma crítica ao olhar do Estado para a EJA. Ressaltam o trabalho da Educação de Jovens e Adultos como resultado de um olhar curioso, embasado no senso comum e na sensibilidade cristã, ausente de cientificidade e convicção política. Afirmam que as bases da EJA são frágeis e, portanto, não garantem um resultado eficiente na formação desses alunos. Nesse sentido, o docente deve compreender sua importância neste contexto e avançar em formação, pois ele se constituirá, assim, uma grande força com bases científicas e práticas, necessárias atualmente na Educação de Jovens e Adultos.

Partindo da proposta de trabalho acadêmico, tendo enfoque na EJA - programa educacional para jovens e adultos - desenvolvido no Brasil, é exposto aqui: a história da educação de jovens e adultos no país desde meados da colonização, até o momento presente, movimentos populares e políticos em prol ou contra o desenvolvimento desta modalidade de ensino, grandes nomes nacionais que participaram ativamente para a estruturação do EJA, artigos federais que legalizaram ações em prol do EJA, os materiais didáticos disponibilizados pela EJA e sua trajetória até a adequação atual, dentre toda a carga de conhecimento para que conheçamos a trajetória deste tão grande método de ensino e, além disso, de oportunidade de crescimento intelectual e cultural.

A EJA traz à realidade as palavras de Paulo Freire, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Isto traduz o real significado de um aprendizado compartilhado, onde existe um diálogo estabelecido entre o conhecimento do professor e o conhecimento que o aluno produz, a partir da experiência assistida em sala de aula, embasado por uma realidade social que ultrapassa os muros da escola.

Evidencia-se aqui o papel dos professores na formação do discente, compreendendo a sua função mediadora na aquisição da leitura; comprometidos com a sua missão e munidos com materiais didáticos adequados à Educação de Jovens e Adultos, serão o suporte para formar novos homens e novas mulheres, que lutam pela sua libertação.

Portanto, com base nesses estudos e na coleta de dados de uma escola pública do município de Eunápolis, este trabalho analisará a influência dos recursos didáticos docentes sobre a aprendizagem dos alunos jovens e adultos. Neste contexto e a partir das leituras e análises, buscar-se-á responder às seguintes interrogantes:

- Quais recursos didáticos são efetivamente utilizados como apoio ao trabalho pedagógico do docente da EJA?
- Quais fatores implicam na adequação da metodologia e da prática pedagógica à realidade da EJA?
- Qual a relação entre os recursos didáticos utilizados pelo docente e a proposta curricular da Educação de Jovens e Adultos?
- Como se efetiva a relação da prática metodológica do docente com os recursos didáticos disponíveis na escola?
- Qual a relação do rendimento escolar do discente com o uso efetivo dos recursos didáticos da EJA?

CAPÍTULO I – EJA: Conceito e histórico

1.1 EJA, significado e atribuições.

A EJA (Educação para Jovens e Adultos) é uma modalidade de ensino oferecida gratuitamente pelo governo, em espaços formais ou não formais. Com o intuito de oferecer a oportunidade de escolarização e, além disso, de aprendizagem - dando perspectiva de mudança- para aqueles que não obtiveram a oportunidade de acesso ou ingresso nas atividades escolares em idade regular, ou para aqueles que deram início, mas por inúmeros motivos não concluíram o Ensino Fundamental ou Médio na modalidade regular de ensino. A EJA não oferece apenas um certificado de conclusão, mas a esperança de ingresso no mundo do trabalho, a realização de sonhos e a queda da taxa de analfabetismo no país.

O histórico da EJA no Brasil perpassa a trajetória do próprio desenvolvimento da educação e vem institucionalizando-se desde a catequização dos indígenas, a alfabetização e a transmissão da língua portuguesa servindo como elemento de aculturação dos nativos (Paiva, 1973).

O ingresso de jovens e adolescentes na educação é marcado inicialmente por rupturas ideológicas, conflitos políticos, movimentos sociais, que associavam o atraso econômico às altas taxas de analfabetismo no país. Este contexto mostra-nos que, até ser concebida como modalidade de ensino da Educação Básica Nacional, conforme prevê o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/ 96, lutas e enfrentamentos populares foram necessários, em favor do acesso e permanência do público jovem e adulto nas salas de aula brasileiras.

A LDB 9394/96 assegura esse serviço ao estabelecer, no Art. 37, que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (Brasil, 1996).

Em uma sociedade em constantes transformações tecnológicas e em grandes explorações científicas, a escolaridade básica se torna cada vez mais necessária para o ingresso no mundo do trabalho e até mesmo em grupos sociais. A procura de ingresso nas escolas e, além disso, de certificação, é cada vez mais procurada tanto pelos educandos quanto por parte da indústria, comércio e afins.

1.2 Histórico do contexto político e social da EJA.

A educação básica de jovens e adultos começou a ganhar seu lugar na história da educação no Brasil em meados da década de 30, quando finalmente é consolidado um sistema político de educação elementar no país. Neste período a sociedade brasileira passava por grandes transformações, políticas, geográficas (numerosa concentração populacional em centros urbanos), associadas ao processo de industrialização. A oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos. Tal movimento incluiu também esforços articulados nacionalmente de extensão do ensino elementar aos adultos, especialmente nos anos 1940 (Brasil, 1997).

Parte de iniciativas pontuais do governo, na tentativa de solucionar problemas decorrentes do analfabetismo e falta de qualificação de mão de obra necessária ao modo de produção da época, que tanto se caracterizava como uma educação compensatória da incapacidade do governo de manter as crianças e adolescentes nas instituições regularmente, alfabetizá-los e dar-lhes o conhecimento necessário.

Sendo assim, as altas taxas de analfabetismo (50% da população em 1945) eram enfocados como causa e não efeito da situação econômica, social e cultural do país, visão esta que, no desenrolar da Campanha, foi se modificando através da convivência dos técnicos com os alunos, levando-os a reconhecer o analfabeto como um ser participante da produção, que tem visão própria e amadurecida dos problemas, sendo capaz de resolvê-los.

Em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). A educação e qualificação profissional passam a ser ansiadas como importante vínculo para que a população tenha acesso a conquistas tecnológicas da sociedade como um todo, instrumento para a compreensão do processo produtivo, como instrumento de apropriação do saber tecnológico.

Em 1947, o SEA (Serviço de Educação de Adultos) foi instalado como um serviço especial do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde e tinha como objetivo "... a orientação e a coordenação geral dos trabalhos dos planos anuais de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos." (Beisiegel, 1974, p.88).

Com a instalação desse Serviço, muitas atividades foram desenvolvidas, mobilizando não só a opinião pública, mas também as diversas instâncias do governo e a iniciativa particular, culminando com o lançamento da CEEA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos) (Casério, 2004).

Também, na década de 40, foi regulamentado o Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), criado pelo professor Anísio Teixeira. Esse fundo tinha como objetivo garantir recursos permanentes para o ensino primário. Outro marco desta trajetória foi a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), na qual começou-se a pensar o material didático para a educação de adultos. Este foi seguido por outros fatores da estruturação da EJA tais como: a realização do 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos em 1947 e do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, em 1949.

Como plataforma política de governo de Getúlio Vargas (pensada por Lourenço Filho), foram organizadas escolas em locais diversos. Tal movimento ficou conhecido como Educação de Várzea. A proposta era um currículo básico, visando também à expansão agrícola. Essa ação ficou restrita à alfabetização e por isso foi também denominada "Fábrica de Leitores". Lourenço Filho, para refazer as bases eleitorais, estendeu as escolas para o interior do Brasil e com essa ação ficou a certeza de que somente a alfabetização não resolveria, era preciso uma ação mais ampla junto às comunidades (Di Pierro; Joia; Ribeiro, 2001).

Em 1958, Juscelino Kubitschek de Oliveira, então presidente da república, convoca

grupos de vários estados para relatarem suas experiências no Congresso de Educação de Adultos. Nesse congresso, ganha destaque a experiência do grupo de Pernambuco liderado por Paulo Freire (Gadotti, 2000). Este grupo se constituía em um movimento de educação voltado para o desenvolvimento da educação de adultos, com críticas muito fortes à precariedade dos prédios escolares, a inadequação do material didático e à qualificação do professor. O momento também se caracterizou por inovações pedagógicas, enfatizando uma educação com o homem e não para o homem. Propunha uma renovação dos métodos e processos educativos, abandonando os processos estritamente auditivos em que o discurso seria substituído pela discussão e participação do grupo (Paiva, 1973).

O Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira instituiu-se como preocupado com a conscientização do povo brasileiro e com a participação da população mais pobre, em um esforço conjunto para a construção do país. Assim, criou a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) com o objetivo de diminuir os índices do analfabetismo, mas que por motivos financeiros foi extinta em 1963.

Os anos de 1958 a 1964 foram marcados por ações em que “a educação de adultos era entendida a partir de uma visão das causas do analfabetismo, como uma educação de base, articulada com as “reformas de base” defendida pelo governo popular/populista de João Goulart” (Gadotti; Romão, 2006, p. 36).

Com o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, nasce a ideia de um programa permanente de Educação de Adultos. Em decorrência desse Congresso surge o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), dirigido por Paulo Freire, extinto pelo Golpe de Estado (Codato, 2004) em 1964, juntamente com os demais movimentos de alfabetização de adultos vinculados à ideia de fortalecimento popular, pois apareciam como se fossem uma ameaça ao regime, sendo que seus organizadores foram fortemente reprimidos e o Estado permaneceu executando a função de coerção para garantir a “normalização” das relações sociais.

João Goulart (PTB/RS), então recém-alçado à presidência do país sob o arranjo do parlamentarismo, promulgava a primeira LDB brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. A assinatura de Goulart saiu estampada na edição de 21 de dezembro de 1961 do Diário Oficial da União, mais de 13 anos após a apresentação do primeiro projeto da lei educacional ao parlamento brasileiro. Nesse longo intervalo entre a apresentação do anteprojeto enviado à Câmara Federal em outubro de 1948 pelo então ministro da Educação, Clemente Mariani (UDN/MG), e sua aprovação, nove diferentes cidadãos sentaram-se na cadeira de presidente da República, seis deles efetivos e três interinos.

No ano de 1965, em oposição às ideias de Paulo Freire, surgiu em Recife a Cruzada Ação Básica Cristã (ABC), de caráter conservador e semioficial (Haddad; Di Pierro, 2000). Em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e a Cruzada ABC, constituíram-se em movimentos concebidos com o fim básico de controle político da população, através da centralização das ações e orientações, supervisão pedagógica e

produção de materiais didáticos (Di Pierro; Joia; Ribeiro, 2001).

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL - foi criado pelo regime militar, através da Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967 e surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas por Lourenço Filho. Porém com um cunho ideológico totalmente diferente do que vinha sendo feito até então, o MOBRAL assumiu a educação como investimento, qualificação de mão-de-obra para o trabalho. A atividade de pensar proposta foi direcionada para motivar e preparar o indivíduo para o desenvolvimento, segundo o Modelo Brasileiro em vigor no período de 1970 a 1975. Sendo assim, não pode visar à reflexão da realidade existencial do alfabetizando porque era por em perigo seus objetivos (Bello, 1992).

Em 1971 a Lei nº. 5.692 (Brasil, 1971) regulamenta o Ensino Supletivo (esse grau de ensino visa a contemplar os jovens adultos) como proposta de reposição de escolaridade, o suprimimento como aperfeiçoamento, a aprendizagem e qualificação sinalizando para a profissionalização, foram contemplados com um capítulo específico na legislação oficial. Na sequência, o Parecer do Conselho Federal de Educação nº. 699, publicado em 28 de julho de 1972 e o documento “Política para o Ensino Supletivo”, que tiveram como relator Valnir Chagas, explicitaram as características desta Modalidade de Ensino.

[...] o Ensino Supletivo visou se constituir em “uma nova concepção de escola”, em uma “nova linha de escolarização não-formal, pela primeira vez assim entendida no Brasil e sistematizada em capítulo especial de uma lei de diretrizes nacionais” e, segundo Valnir Chagas, poderia modernizar o Ensino Regular por seu exemplo demonstrativo e pela interpenetração esperada entre os dois sistemas (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 116).

Ainda considerando o Ensino Supletivo, Haddad e Di Pierro (2000, p. 117) enfatizam que o Ensino Supletivo se propunha a recuperar o atraso, reciclar o presente, formando uma mão-de-obra que contribuísse no esforço para o desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola.

Na visão dos legisladores, o Ensino Supletivo nasceu para reorganizar o antigo exame de madureza, que facilitava a certificação e propiciava uma pressão por vagas nos graus seguintes, em especial no universitário. Segundo o Parecer 699, era necessária, também, a ampliação da oferta de formação profissional para “uma clientela já engajada na força de trabalho ou a ela destinada em curto prazo”. Por fim, foram agregados cursos fundados na concepção de educação permanente, buscando responder aos objetivos de uma “escolarização menos formal e ‘mais aberta’”.

Na década de 90, a articulação em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) reafirmou a institucionalização da modalidade EJA substituindo a denominação Ensino Supletivo por EJA. Emergiram iniciativas em favor da Educação de jovens e adultos. O governo incumbiu também os municípios a se engajarem nesta política. Neste momento, ocorrem parcerias entre ONG’s, municípios, universidades, grupos informais, populares, Fóruns estaduais, nacionais e através dos Fóruns, a partir de 1997, a

história da EJA começa a ser registrada no intitulado “Boletim da Ação Educativa”.

É notório que nesta fase da história da Educação brasileira, a EJA possui um foco amplo. Para haver uma sociedade igualitária e uma Educação eficaz é necessária que todas as áreas da Educação sejam focadas e valorizadas, não é possível desvencilhar uma da outra. A mudança de ensino supletivo para educação de jovens e adultos não é uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação.

Por outro lado, a Lei nº. 9.394 (Brasil, 1996), em seu artigo 38, faz referência aos cursos e exames supletivos e, assim, continua a ideia da suplência, de compensação e de correção de escolaridade. A redução das idades mínimas de 18 para 15 anos para o ensino fundamental e de 21 para 18 anos para o ensino médio vem corroborar com a desqualificação desta modalidade de ensino, privilegiando certificação em detrimento dos processos pedagógicos.

A concepção legal da EJA não tem interferido nas políticas públicas para essa modalidade de ensino da qual continua sendo excluída. Um exemplo desse argumento é a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização do Magistério (FUNDEF) que contava os alunos do ensino fundamental para o retorno dos recursos (verbas de investimento em educação), mas não considerava os alunos da EJA. O afastamento da União nas políticas públicas de EJA, transferindo a responsabilidade para Estados e Municípios, proporcionou iniciativas de cunho popular caracterizando uma pulverização de programas na tentativa de minimizar a problemática de EJA no Brasil (Haddad; Di Pierro, 2000).

Acrescentando aqui a gritante realidade do caos instalado na educação de jovens e adultos no ano de 1996 de acordo com o levantamento do IBGE em pesquisa domiciliar, o Brasil possuía 15 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais; a maior parte delas se encontrava nas regiões Norte (parte urbana) e Nordeste. Segundo esses dados, a percentagem de pessoas analfabetas cresce à medida que são consideradas idades mais avançadas. Se de 15 a 19 anos a percentagem é de 6%, de 50 anos ou mais é de 31,5%. Ao mesmo tempo, há indicadores de que as políticas focalizadas no atendimento à educação escolar obrigatória estão promovendo uma queda mais acelerada do analfabetismo nas faixas etárias mais jovens. Os percentuais relativos às taxas de analfabetismo na população de 15 anos de idade ou mais vêm caindo sistematicamente, se tomarmos como referência o período compreendido entre 1920 e 1996.

A partir desses dados, nota-se a importância de investir não só na educação de base – a educação infantil – mas também na Educação de Jovens e Adultos, sobretudo naquela voltada à qualificação profissional, que, além de levar a essas pessoas outra leitura de mundo, proporciona a possibilidade de inserção ou reinserção no mundo do trabalho.

No contexto do governo de FHC – Fernando Henrique Cardoso - (1995-2002), prolongou-se por oito anos de mandato e as ações desse governo em relação à educação de

jovens e adultos foram bastante escassas. Sua principal iniciativa foi a criação, em 1996, do Programa Alfabetização Solidária, que causou polêmica entre os estudiosos da área, pelo seu caráter aligeirado, assistencialista, no qual o analfabeto não era visto como um sujeito de direitos, dificultando a continuidade do processo educativo. Em 1998, “o Programa constituiu personalidade jurídica de sociedade civil sem fins lucrativos e passou a ser gerenciado pela Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária–AAPAS” (Haddad, 2008, p. 37), mas ainda vinculado ao Governo Federal, que respondia pela maior parte dos recursos empregados.

A Campanha “Adote um Aluno”, cujo objetivo era angariar outra fonte de recurso de pessoas físicas e jurídicas para a manutenção do Programa, surgiu por falta de políticas públicas para atender essa demanda. De acordo com o autor, outro programa ganhou destaque neste governo, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador-PLANFOR, criado pelo Ministério do Trabalho, em 1995, cujas bases para seu desenvolvimento são as parcerias firmadas entre vários órgãos governamentais. Nesse contexto, as parcerias entre governos estaduais e municipais e organizações da sociedade civil são fundamentais para a continuidade da educação de jovens e adultos. Em 1998, foi criado o Programa Nacional de Reforma Agrária-PRONERA, pela articulação entre Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras-CRUB e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra-MST, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA.

Foi criado, também, o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, denominado inicialmente de Recomeço, instituído em 2001, para apoiar com recursos financeiros os estados das regiões Norte e Nordeste, além de municípios de microrregiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH inferior a 0,5), pelo Atlas de Desenvolvimento Humano (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD). (Apud Haddad, 2008, p. 58). Os não atendidos pelas ações governamentais foram socorridos por outros agentes sociais, como empresas e fundações empresariais, sindicatos, federações, centrais e cooperativas de trabalhadores etc., que realizaram cursos de alfabetização para os analfabetos e/ ou pouco escolarizados para a elevação da escolaridade a nível nacional.

Em 2000, o Conselho Nacional de Educação estabeleceu, no Parecer nº 11, (das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos), as funções e as bases legais da EJA fundamentadas na LDB, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nas Diretrizes Curriculares Nacionais. O Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, abrangendo a formação inicial e continuada de trabalhadores e a Educação Profissional Técnica de nível médio.

O governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006), sinalizou com iniciativas para as políticas públicas de EJA com maior ênfase do que o tratamento de governos anteriores. A criação do Programa Brasil Alfabetizado envolveu concomitantemente a geração de suas três vertentes de caráter primordialmente social para a modalidade de EJA.

Primeiro, o Projeto Escola de Fábrica que oferece cursos de formação profissional com duração mínima de 600h para jovens de 15 a 21 anos.

Segundo o PROJOVEM, que está voltado ao segmento juvenil de 18 a 24 anos, com escolaridade superior a 4ª série (atualmente o 5º ano), mas que não tenha concluído o ensino fundamental e que não tenha vínculo formal de trabalho. Este tem como enfoque central a qualificação para o trabalho unido à implementação de ações comunitárias. (Conselho Nacional De Educação, 2006).

Terceiro, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA), voltado à educação profissional técnica em nível de ensino médio. Estas vertentes apesar de buscarem a escolarização dos adultos (Rummert, 2007) e constituírem iniciativas ampliadas para as políticas de EJA, estabelecem ações no sentido da profissionalização, mas reforçam a ideia de fragmentação de programas, em que a certificação é meta na busca da universalização da educação e erradicação do analfabetismo sem, contudo, uma perspectiva de continuidade caracterizando a formação inicial (Rummert; Ventura, 2007). Faz-se presente aí, o caráter do capital humano assinalando a força do trabalho tomada como mercadoria na produção de capital econômico (Gentili, 1998).

Em janeiro de 2003, O MEC anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do Governo Federal. Para isso, foi criada a secretaria extraordinária de erradicação do Analfabetismo, cuja meta é erradicar o analfabetismo durante o mandato de quatro anos do governo Lula. Para cumprir essa meta foi lançado o programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC contribuirá com os órgãos públicos Estaduais e Municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos para que desenvolvam ações de alfabetização.

Nessa perspectiva, o governo Lula da Silva deu continuidade aos programas do governo anterior, reafirmando as parcerias com as organizações da sociedade civil, empresas, instituições de ensino superior e pesquisa, governos municipais e estaduais para atender toda clientela da educação de jovens e adultos. Ainda em 2003, dá nova denominação ao Programa Recomeço conhecido a partir de então como “Fazendo Escola”.

Novas iniciativas foram feitas para aumentar a escolaridade desse público como a criação do Programa Brasil Alfabetizado, Projeto Escola de Fábrica, Programa Nacional de Inclusão de Jovens-PROJOVEM, Projeto Saberes das Águas, Saberes da Terra, Pescando Letras, Projeto Educando para a Liberdade, Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA; e mudança na estrutura do MEC com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-SECAD, inclusive centralizando outras secretarias de âmbito educacional às políticas educacionais de EJA, além de outras diversidades como a étnico racial, que ganhou grande destaque e importância neste governo.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA definido pelo MEC

como sendo um programa de responsabilidade social, visa a oferecer oportunidades educacionais aos jovens e adultos que estão fora da faixa etária regular para matrícula em classes de ensino médio regular e também fundamental, garantindo-lhes a conclusão por meio de uma educação pública básica e com qualidade profissionalizante, no intuito de contribuir para a integração sócio laboral das mais diversas camadas populacionais, efetivando, assim, “o direito para todos” como prescreve a Constituição de 1988 (Brasil, 2006).

Até 2006, este foi o programa mais recente de educação de jovens e adultos que atende uma grande parcela da população no âmbito educacional pela mobilização de instituições públicas dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal, entidades privadas nacionais que prestam serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculada ao sistema sindical e entidades vinculadas ao sistema “S”, a saber: termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. São eles: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

A perspectiva de uma formação integral, para o homem sair de sua unilateralidade, de sua singularidade e se elevar à condição de ser genérico, é destacada nos documentos do PROEJA que afirmam buscar a superação de uma concepção estreita de formação para o mercado, apontando a possibilidade de construção de uma base unitária para o Ensino Médio Profissional, constituindo-se como elemento potencializador de uma escola unitária e politécnica.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos–PROEJA é o grande desafio da atualidade dentro da educação profissional, oportunizando a educação profissional técnica a esses sujeitos que se encontram a margem do sistema. Esse desafio não se restringe a inserir esses jovens e adultos na escola. É preciso também preparar os docentes mediante formação continuada (já prevista, mas insuficiente), pois, esta é de grande relevância para que o educador possa abrir seus horizontes e descobrir que há novas formas de ensinar e aprender, assim como compreender as especificidades da EJA, agora integrada à educação profissional-PROEJA e buscar melhores condições de enfrentar os desafios que se tem no cotidiano e na práxis pedagógica, principalmente diante desse “novo aluno.”

Para que essa reflexão aconteça, é necessária a valorização dos profissionais da educação por meio de aperfeiçoamento contínuo, articulado às nuances do mundo do trabalho, da ciência e da tecnologia, considerando os aspectos humanístico, cultural e científico do cenário nacional e promovendo-lhes condições materiais e financeiras para que se reverta a situação em que se encontra a política educacional brasileira e mude a

situação dos excluídos do contexto escolar.

Essa função reparadora da EJA proporciona ao adulto analfabeto a possibilidade de estar em pé de igualdade numa sociedade que, muitas vezes, marginaliza e exclui esses indivíduos.

Deve-se levar em consideração também o perfil desses estudantes, distinto daqueles que têm oportunidade de estudar na “idade convencional” no que diz respeito à seleção de conteúdos, materiais didáticos e metodologias de ensino e de avaliação, uma vez que esses alunos, em sua maioria, trabalham durante o dia em período integral.

A ausência do domínio da leitura e da escrita, no entanto, não representa ausência de cultura e outros saberes não acadêmicos. Nesse contexto, os projetos pedagógicos para turmas da EJA devem ser pensados de maneira que possam contemplar o multiculturalismo e que sejam capazes de valorizar e reconhecer a complementaridade entre os saberes acadêmicos e os informais (ligados ao contexto sociocultural do educando), a experiência de vida já adquirida pelos discentes e as diferenças entre as formas de conhecimento (Santos, 2005). O currículo deve abranger temas que possibilitem compreender o contexto em que os alunos vivem, ou seja, que apresentem significado. Essa concepção está de acordo com o documento base do Proeja (Brasil, 2007), que estabelece o objetivo da educação para adultos integrada à formação profissional.

Nesse processo, o professor tem papel fundamental; ele deve atuar como mediador do processo de construção do conhecimento, utilizando um “método que seja ativo, dialógico, crítico e criticista” (Freire, 1979, p. 39), possibilitando uma interação maior entre docente e discente e favorecendo o processo de ensino-aprendizagem.

CAPÍTULO II – Recursos didáticos da EJA

2.1 Histórico do material didático destinado à EJA

Para falarmos do percurso do material didático da EJA até os dias atuais é importante lembrarmos que na colonização do Brasil também houve Educação de Adultos através dos jesuítas. Na pesquisa "Um olhar sobre os materiais didáticos de leitura da educação de jovens e adultos", as autoras Cavalcante e Freitas nos mostram que os jesuítas foram os primeiros a produzirem materiais didáticos para educação de adultos aqui no Brasil.

Para consolidar o projeto de “catequese”, esses religiosos iniciaram a produção de diversos materiais escritos na língua dos indígenas como: gramática da língua Tupi Guarani e os catecismos de doutrinas (Cavalcante e Freitas, 2010, p.3).

A partir destes materiais didáticos, os colonizadores objetivavam se apropriar da língua nativa, ensinar-lhes sua língua e impor suas tradições religiosas e culturais. Após este período, a educação de adultos ficou emudecida por um longo tempo na história do Brasil.

Ainda segundo autoras, no Brasil, até meados do século XIX, o ensino da leitura era feito através de bíblias ou documentos de cartório. Os livros eram escassos nas escolas, ficando, os poucos existentes, no controle das famílias com mais poder aquisitivo. Nesta época, não havia nenhuma política instituída a favor da educação popular, muito menos dos menos favorecidos.

Dentre estes poucos livros de ensino e prática da leitura, estavam as cartilhas. Registros apontam que a primeira cartilha impressa no Brasil para o ensino do idioma português foi elaborada por João de Barros em 1539, intitulada "Cartinha de aprender a ler". Nestas cartilhas, estavam o alfabeto, o silabário e os princípios do catecismo imposto pela igreja católica, que exercia naquela época uma grande influência política e no âmbito educacional.

As cartilhas surgiram em uma época anterior aos materiais impressos e era destinado ao público infantil na fase de alfabetização.

Segundo as autoras Stauffer e Martins (2010, p.2), na pesquisa "A Historicidade do livro didático: das "cartinhas" moralizadoras às possibilidades discursivas:

"este primeiro material didático tinha por feito instituir um processo civilizatório, através de conteúdos moralizadores, retirando o indivíduo do obscurantismo. Acoplava-se o viés da instrução, com a necessidade de se instaurar novos valores e virtudes."(Stauffer e Martins, 2010, p.2)

Este modelo de educação autoritária, onde o professor era opressor, se manteve no

Brasil até o início do século XX. Na educação de adultos, as pesquisas apontam que, seguindo este modelo de material didático, surgiu a cartilha "Nova carta do ABC", do autor Laudelino Rocha, em 1924.

Na esfera internacional, surgiu a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que além de incentivar ações em benefício da Educação de Adultos, aliou-se aos movimentos populares, forçando o campo político reconhecer que os resultados do sistema educacional tinham que melhorar para o Brasil se juntar aos países desenvolvidos.

Os movimentos em prol da educação de adultos ganham mais força com fim da Era Vargas (1945). O país neste momento passa por um processo de redemocratização, buscando-se ampliar o número de eleitores, através de proposta que realçavam a necessidade de erradicar o analfabetismo no país, dando a oportunidade de ensino para jovens e adultos.

Quanto à produção de material didático, foram reservados 8 a 12% dos planos financeiros da Campanha de Educação de Adultos (CEA). Esta produção ficou sob a responsabilidade do setor de orientação pedagógica do SEA, que neste mesmo ano elaborou e iniciou a distribuição de cartilhas e textos de leituras para as unidades de ensino.

A CEA foi a primeira campanha com produção e distribuição de materiais didáticos em grande quantidade para todo o país. Dez anos após, foi criado o Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA) que apresenta na exposição de motivos ao ministro a finalidade de: atrair iletrados e os reter nas escolas existentes, complementando, ainda, o trabalho dos respectivos professores; a segunda será de servir de escola, onde a escola e o professor faltarem(...). (Mello, 2010, p. 68 apud Exposição de motivos, p.1)

O Sirena produziu uma cartilha denominada Radio Cartilha, além dos programas radiofônicos transmitidos nos horários educativos. Mello (2010), baseado em Fávero, afirma que este sistema era completo, pois contava com a participação de diversos profissionais das áreas de veterinária, agronomia, educação e saúde. Porém, para este havia uma incompatibilidade entre a qualidade das transmissões radiofônicas e o material didático deste sistema, a Radiocartilha.

Para Fávero (2010) havia infantilização do conteúdo, pois as vogais eram acompanhadas de desenhos (Ave/Ema/Ipê/Ovo/Uva); não respeitava a diversidade regional; além das inúmeras frases sem sentido ("O palhaço é alto"/"Ele almoça com calma").

No fim da década de 1950 e início de 1960, foram organizadas iniciativas importantes, com novas perspectivas para a Educação de Adultos. Entre estas estavam o II Congresso de Educação de Adultos, discussões sobre a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o Movimento de Educação de Base (MEB), a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo (MNCA), o Plano Nacional de Educação, o Programa de Emergência, o Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, a Comissão Nacional de Alfabetização e o Plano Nacional de Alfabetização.

Porém, com o golpe militar de 1964, tudo isso se altera e a educação de adultos que passou a ser responsabilidade do município e o estado, extinguindo então a probabilidade de crescimento dos projetos anteriores, passou a estar mais sob a liderança de movimentos de cultura e educação popular do que da esfera federal.

Estes movimentos aconteceram em todo o Brasil, mas se consolidaram mais no nordeste brasileiro. Entre eles, estão o Movimento de Cultura Popular de Recife-PE; a Campanha de Educação Popular da Paraíba; a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler de Natal-RN. Estes movimentos se inspiravam nos ideais Freireanos, que buscavam a conscientização política e transformação social.

Sendo assim, estes movimentos começam a ver problemas nos materiais didáticos de alfabetização de adultos, que não só possuíam uma linguagem infantil, como não realizavam pontes de raciocínio para a realidade do jovem ou adulto, mas fazia analogia a brincadeiras infantis, entre outras, então começam a produzir materiais mais adequados, em suas perspectivas para esta finalidade.

O Movimento de Cultura Popular (MCP) produziu o primeiro Livro de Leituras para Adultos. Este trazia palavras do cotidiano e textos de consciência política. Este livro também foi adotado por outros estados, que apenas fazia pequenas modificações em seu contexto cultural.

O Programa de emergência também publicou um material, denominado Cartilha do ABC, baseado no método silábico e recheado de atividades de cópias. Por isso, segundo Fávero, “o pior material didático já produzido para a alfabetização no Brasil” (Cavalcante, 2009, p27 apud Fávero 1984, p.298). O Movimento de Educação de Base (MEB) cria materiais intitulados "Saber para Viver" e "Viver é Lutar". Estes tinham como temática a vida e trabalho no campo e possuíam um caráter político e conscientizador.

Em 1967 surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que produziu muitos materiais didáticos para educação de adultos durante sua existência. Aliás, foram nestes movimentos que há incorporação de editoras privadas na produção de materiais didáticos direcionados a instituições públicas de ensino.

Estes materiais eram produzidos para distribuição em todo o país. Deste modo, globalizava a realidade brasileira. Exaltavam a identidade nacional e baseava-se em ideais de civismo e moralismo, transmitindo valores que os cidadãos deveriam ter.

Quanto ao ensino da leitura e escrita nos materiais do MOBRAL, segundo Cavalcante (2009), era ensinado aos alunos a técnica de decodificação na leitura e codificação na escrita, através do processo de sonorização, onde os sinais gráficos devem ser transformados em sinais sonoros na leitura e o contrário na escrita. Isto era feito através de atividades de soletração, leitura de frases em voz etc.

Meado dos anos 1990 é lançada a produção didática "Viver é Aprender" elaborada pela Ação Educativa, organização não governamental, atendendo a solicitação do MEC. Esta coleção está dividida em 1º e 2º segmento e os conteúdos subdivididos em três áreas:

Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza. Muitas outras produções didáticas surgiam através de diversas iniciativas, vale destacar os materiais desenvolvidos pela Central Única pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que desenvolveu materiais para serem utilizados em seus assentamentos e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), através dos seus programas Integrar e Integração e em parceria com algumas universidades.

Um grande exemplo de iniciativas de gestões municipais é o Movimento de Alfabetização (MOVA), inaugurado quando Paulo Freire estava à frente da Secretaria de Educação de São Paulo (1989-1992). Este movimento fazia parte de uma "política pública de alfabetização de jovens e adultos, desenvolvida em parceria entre o governo municipal e organizações comunitárias vinculadas aos movimentos sociais urbanos" (Mello, 2010, p.88 apud Graciano e Di Pierro, 2003).

Acreditava-se que para a promoção da inclusão educacional da classe popular, se fazia necessária a participação da sociedade. O MOVA se espalhou por grande parte do Brasil, aumentando a demanda de EJA e incentivando o desenvolvimento de produções didáticas entre docentes e discentes.

Neste âmbito, as gestões públicas e ONG's começam a apoiar produções de materiais a partir de experiências educativas. Começam a surgir materiais como o Almanaque Aluá (1998), fomentado pelo pelos Serviços de Apoio à Pesquisa em Educação (SAPÉ), o Almanaque Popular de Sabedoria nº 1 e 2 e Confabulando, Poetizando e Historiando, fomentado por Veredas em parceria com MEB. Este último também produziu o conjunto Viver e lutar.

Alguns municípios também participaram destes movimentos, produzindo materiais importantes para EJA, como os livros Palavras de trabalhador, desenvolvido em Porto Alegre pelo Sistema de Educação de Jovens e Adultos (SEJA), e a coletânea de textos Nossa Vida Lida e Escrita (1996), desenvolvida em Goiânia.

No início dos anos 2000, o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD) expande a distribuição de livros para além do ensino fundamental da rede pública para o Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Especificamente, em 2007, é criado o Programa Nacional do Livro de Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA).

Instituído pela Resolução nº 18, de 24 de abril de 2007, visava distribuir produções didáticas às instituições parceiras que ofertam alfabetização e escolarização de pessoas com idade de 15 anos ou mais.

Em 2004, o Ministério da Educação cria a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Esta, a partir do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, visa valorizar a diversidade cultural, racial, econômica, religiosa e geográfica, respeitando as diferenças e objetivando reduzir a desigualdade e amenizar a dívida histórica educacional com os jovens e adultos que ainda não concluíram a educação

básica.

Com isto, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), elabora um novo material para EJA. Neste mesmo ano, foi publicada a Coleção Cadernos de EJA.

A SECAD também publicou a coleção Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, destinada para os professores de EJA. Esta, foi dividida em cinco cadernos temáticos:

- Alunas e alunos da EJA;
- A sala de aula como um grupo de vivência e aprendizagem;
- Observação e registro;
- Avaliação e planejamento
- O processo de aprendizagem dos alunos e professores.

Estes cadernos traziam muitas contribuições, como informações para os educadores conhecerem o perfil do público da EJA, estratégias para fazer da sala um grupo de aprendizagem, estimulando uma conexão entre docentes/discentes e discentes/discentes, orientações sobre como os alunos aprendem e como os professores podem aprender ensinando.

Em 2009, o PNLA foi incorporado ao PNLD EJA e, a partir daí, a distribuição de livros didáticos para Educação de Jovens e Adultos da rede pública passa seguir o que está estabelecido atualmente neste programa.

2.2 Enfoque no PNLD - EJA, (Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi instituído em 19 de agosto de 1985 através do Decreto nº 91.542 que torna incontestáveis os seguintes artigos:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando os propósitos de universalização e melhoria do ensino de 1º grau, contidos no Programa "Educação para Todos";

Considerando a necessidade de promover-se a valorização do magistério, inclusive mediante a efetiva participação do professor na indicação do livro didático;

Considerando, finalmente, o objetivo de reduzir os gastos da família com educação

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Programa Nacional do Livro Didático, com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º Grau.

Art. 2º. O Programa Nacional do Livro Didático será desenvolvido com a participação dos professores do ensino de 1º Grau, mediante análise e indicação dos títulos dos livros a serem adotados.

§ 1º A seleção far-se-á escola, série e componente curricular, devendo atender às peculiaridades regionais do País.

§ 2º Os professores procederão a permanentes avaliações dos livros adotados, de modo a aprimorar o processo de seleção.

Art. 3º. Constitui requisito para o desenvolvimento do Programa, de que trata este Decreto, a adoção de livros reutilizáveis.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, deverá ser considerada a possibilidade da utilização dos livros nos anos subsequentes à sua distribuição, bem como a qualidade técnica do material empregado e o seu acabamento.

§ 2º A reutilização deverá permitir progressiva constituição de bancos de livros didáticos, estimulando-se seu uso e conservação.

Art. 4º. A execução do Programa Nacional do Livro Didático competirá ao Ministério da Educação, através da Fundação de Assistência ao Estudante - FAE, que deverá atuar em articulação com as Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, e com órgãos municipais de ensino, além de associações comunitárias.

Parágrafo único. A execução prevista neste artigo compreenderá a seleção final, a aquisição e a distribuição do livro didático às escolas da rede pública de ensino de 1º Grau, bem, como atividades de acompanhamento e controle do Programa.

Art. 5º. A secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus - SEPS, do Ministério da Educação, responderá pela formulação, supervisão e avaliação da Política do livro didático.

Art. 6º. O Programa Nacional do Livro Didático instituído por este Decreto entrará em vigor no ano letivo de 1986.

Art. 7º. O Ministro de Estado da Educação expedirá as normas que se fizerem necessárias à execução deste Decreto.

Art. 8º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Na década de 2000, o PNLD deixa de distribuir livros didáticos apenas para alunos da rede pública do ensino fundamental e expande sua distribuição para o Ensino Médio e para Educação de Jovens e Adultos (EJA), que fora um grande marco para o início da educação voltada para a certificação do Ensino Médio.

Em 2003 é produzido o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) e, em 2007, o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA).

Em 2009, estes programas foram incorporados ao PNLD, denominado atualmente como PNLD para educação básica e Programa Nacional do Livro didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA).

2.3 PNLD – Plano Nacional do Livro Didático

O PNLD EJA foi criado pela Resolução nº 51, de 16 de setembro de 2009, considerando alguns fatores importantes como: as diversidades culturais e sociais do país, que demandam o oferecimento de oportunidades e condições igualitárias de acesso e permanência dos alunos na escola; a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), de erradicação do analfabetismo; a necessidade da distribuição de livros didáticos adequados para esta modalidade de ensino, educação de jovens e adultos (EJA).

O PNLD EJA tem como objetivo a distribuição de livros didáticos, acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários aos estudantes de turmas de alfabetização, ensino fundamental e ensino médio na modalidade EJA da rede pública ou de entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado.

Para participar, todas as unidades devem aceitar o termo de adesão específico deste programa, disponibilizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação. Depois de aderir ao termo, cabe a entidade beneficiada que não desejar mais participar do programa, solicitar a sua exclusão.

Os livros didáticos serão consumíveis, sem a necessidade dos alunos devolvê-lo no fim ano letivo, servindo, então, como material de estudo e de revisão para o Exame Nacional do Ensino Médio e até mesmo concursos públicos e federais. A escolha e a distribuição dos livros didáticos acontecerão a cada triênio. A quantidade será de acordo com o número de matrícula e haverá uma reposição anual, considerando o número de matrículas adicionais.

Compete ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), elaborar editais de convocação para seleção de livros didáticos para o Programa, além da avaliação pedagógica dos inscritos para o mesmo. Elaborar um guia de livros didáticos para educação de jovens e adultos, apresentando as obras aprovadas nesta avaliação.

Através deste guia, os professores das entidades cadastradas no PNLD EJA podem

selecionar os livros que julgarem mais adequados, baseados na proposta pedagógica de sua escola e até mesmo à realidade local. As entidades receberão os livros escolhidos por ela e, quando não o fizerem, receberão os títulos mais selecionados em seu município.

Desde a criação da resolução que institui o PNLD EJA, em 2009, já foram elaborados dois guias de livros didáticos para educação de jovens e adultos. A primeira edição em 2011, onde foram escolhidos os livros didáticos utilizados nos próximos três anos. E a edição 2014, que foram escolhidos os livros didáticos utilizados atualmente nas entidades participantes do Programa. A edição seguinte estava prevista para 2017, mas até o momento não ocorreu.

2.4 Matriz curricular EJA – 2017

Publicado em 8 de julho de 2017 no Diário Oficial do Poder Executivo – Seção I São Paulo, 127 (127) – 19 GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SE/30, de 07/7/2017

Estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos – EJA, em classes multisseriadas, e dá providências correlatas

O Secretário Da Educação, à vista do que lhe representou a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB, e considerando:

– a especificidade das características da demanda escolar atendida nos cursos da Educação de Jovens e Adultos – EJA dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, das escolas estaduais, destinada, prioritariamente, a alunos trabalhadores;

– a necessidade de se assegurar, prioritariamente, a oferta de cursos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, com avaliação em processo, a jovens e adultos cujos estudos anteriores não ocorreram em idade própria;

– os esforços que vêm sendo dispensados pela Pasta no sentido de potencializar, mediante oferta de oportunidades educacionais apropriadas, o espaço físico disponível nas unidades escolares estaduais, ampliando o atendimento da demanda de ingressantes e das demais séries do Ensino Médio regular, no período diurno,

Resolve:

Artigo 1º – Para efeito do que dispõe esta resolução, entende-se por demanda escolar reduzida dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, a procura de matrícula por determinado número de alunos, cujo total não atende aos referenciais e normas que disciplinam a organização e a composição de classes/turmas de alunos de EJA.

Artigo 2º – O atendimento à demanda reduzida de alunos, em cursos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, far-se-á com observância da faixa etária considerada adequada

para esse segmento do ensino regular, do disposto na Resolução SE nº 4/2017 e da seguinte ordem de prioridades:

I – nos Anos Finais do Ensino Fundamental:

a) completando vagas em classes do período diurno ou noturno regular e sequencial, desse nível de ensino, observada, preferencialmente, a faixa etária considerada adequada para esse segmento do ensino regular e respeitado o referencial numérico por classe estabelecido no inciso II e no § 2º, do artigo 2º, da Resolução SE nº 2/2016;

b) constituindo turma/classe de Educação de Jovens e Adultos – EJA, desse nível de ensino, respeitado o referencial numérico por classe estabelecido no inciso IV e no § 2º, do artigo 2º da Resolução SE nº 2/2016;

c) constituindo turma/classe de Educação de Jovens e Adultos – EJA, organizada com dois termos de estudos sequenciais, dos anos finais do Ensino Fundamental, de presença obrigatória e duração semestral, com até 20 (vinte) alunos;

II – no Ensino Médio:

a) completando vagas, ingressantes e alunos das demais séries, em classes do período diurno ou noturno regular e sequencial, observada, preferencialmente, a faixa etária considerada adequada para esse segmento do ensino regular e respeitado o referencial numérico por classe estabelecido no inciso III e no § 2º, do artigo 2º, da Resolução SE nº 2/2016;

b) constituindo turma/classe de Educação de Jovens e Adultos – EJA, desse nível de ensino, respeitado o referencial numérico por classe, estabelecido no inciso IV e no § 2º, do artigo 2º, da Resolução SE nº 2/2016;

c) constituindo turma/classe de Educação de Jovens e Adultos – EJA, organizada com, no máximo, dois termos de estudos sequenciais do Ensino Médio, de presença obrigatória e duração semestral, com até 25 (vinte e cinco) alunos.

Parágrafo único – Excepcionalmente, quando a demanda devidamente justificada assim o exigir, poderão ser acrescentados, nas classes multisseriadas, até 10% aos referenciais estabelecidos na alínea c, dos incisos I e II deste artigo.

Artigo 3º – As classes de que trata a alínea c dos incisos I e II, do artigo 2º desta resolução, caracterizam-se por apresentar organização didática diferenciada, constituída por agrupamentos de alunos de níveis diversos de aprendizagem, implicando ensino com ajustes curriculares especiais e atendimento metodológico e estratégico próprios.

Parágrafo único – As unidades escolares, no processo de organização didática dos diferentes termos trabalhados nas classes multisseriadas, adotarão as matrizes curriculares únicas constantes dos Anexos I, II, III e IV, que integram a presente resolução.

Artigo 4º – No segmento de ensino correspondente aos anos finais do ensino

fundamental deverá ser assegurada a seguinte carga horária:

I – no período diurno: 30 (trinta) aulas semanais, sendo 6 (seis) aulas diárias, com duração de 50 (cinquenta) minutos cada, totalizando 1.200 (mil e duzentas) aulas anuais, conforme disposto no Anexo I desta resolução;

II – no período noturno: carga horária de 27 (vinte e sete) aulas semanais, com duração de 45 (quarenta e cinco) minutos cada, totalizando 1.080 (mil e oitenta) aulas anuais, sendo que as aulas da disciplina Educação Física deverão ser ministradas no contra turno ou aos sábados, conforme consta do Anexo III desta resolução.

Artigo 5º – No segmento de ensino médio deverá ser assegurada a seguinte carga horária:

I – período diurno: 30 (trinta) aulas semanais, sendo 6 (seis) aulas diárias, com duração de 50 (cinquenta) minutos cada, totalizando 1.200 (mil e duzentas) aulas anuais, conforme consta do Anexo II desta resolução;

II – período noturno: 27 (vinte e sete) aulas semanais, sendo 5 (cinco) aulas diárias, com duração de 45 (quarenta e cinco) minutos cada, totalizando 1.080 (mil e oitenta) aulas semanais, sendo que as aulas da disciplina Educação Física deverão ser ministradas no contra turno ou aos sábados, conforme dispõe o Anexo IV, desta resolução.

Artigo 6º – Fará jus ao certificado de conclusão do Ensino Fundamental ou Médio o aluno que tiver rendimento escolar satisfatório e comprovar ter cumprido a carga horária integral de cada termo semestral e de todos os termos do curso concluído, na seguinte conformidade:

I – no Curso Fundamental: 4 (quatro) termos de, no mínimo, 400 (quatrocentas) horas cada, totalizando, ao final do curso, no mínimo, 1.600 (mil e seiscentas) horas;

II – no Curso Médio: 3 (três) termos de, no mínimo, 400 (quatrocentas) horas cada, totalizando, ao final do curso, no mínimo, 1.200 (mil e duzentas) horas;

Artigo 7º – As classes multisseriadas somente poderão ser instaladas e organizadas em unidade escolar que já oferece curso na modalidade Educação de Jovens e Adultos e que:

I – seja o único estabelecimento público de ensino existente no município/distrito, de demanda reduzida, com impossibilidade de essas classes multisseriadas serem absorvidas por classes de ensino regular ou por CEEJA;

II – esteja distante de unidades escolares que ofereçam, em nível de município/distrito, cursos na modalidade EJA, incluídos os CEEJAs, inviabilizando, desse modo, o acesso do aluno a essas unidades.

Artigo 8º – As unidades escolares que mantêm em funcionamento classes multisseriadas em determinado semestre letivo não poderão deixar de oferecê-las nos

semestres subsequentes, enquanto houver alunos matriculados, em continuidade, nos cursos de Educação de Jovens e Adultos – EJA, de Anos Finais de Ensino Fundamental e ou de Ensino Médio.

Artigo 9º – Casos de demanda escolar reduzida, não atendida na conformidade dos critérios estabelecidos nesta resolução, deverão constituir expediente próprio da Diretoria de Ensino, devidamente justificado e instruído, com solicitação de atendimento em caráter de exceção, a ser encaminhado à Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB para a competente decisão.

Artigo 10 – As aulas previstas nas matrizes curriculares únicas, constantes dos Anexos que integram a presente resolução, serão atribuídas, preferencialmente, por área de conhecimento, a docentes inscritos e classificados no processo anual de atribuição de classes e aulas da rede estadual de ensino.

Artigo 11 – A Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB poderá baixar normas que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta resolução.

Artigo 12 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. [...]

2.5 Matriz curricular - 2018

Segundo documento disponibilizado via web pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação:



Informe 46/2017 – COARE/FNDE

Brasília, novembro de 2017.

Livros Didáticos destinados à EJA

Parceiro(a) do Livro Didático,

O FNDE informa que, em decorrência de estar em andamento a revisão de marcos legais da educação nacional com posterior necessidade de atualização dos livros didáticos, não haverá, para 2018, distribuição de novos materiais para atendimento do PNLD EJA, destinado à Educação de Jovens e Adultos.

Para garantir a continuidade de atendimento, será encaminhada reposição para os livros destinados ao ensino fundamental, tomando como base o quantitativo de novas matrículas constante no censo escolar.

Para o ensino médio, deverão ser reutilizados os materiais disponíveis na escola.

Mais informações estarão disponíveis no Portal do FNDE, em www.fnde.gov.br >> Programas >> Programas do Livro >> Livro Didático >> Apoio à gestão.

FNDE
Fundo Nacional
de Desenvolvimento
da Educação

Seria este um marco para mais um momento estacionário da EJA?

É a partir deste saber fundamental: mudar é difícil, mas é possível, que vamos programar nossa ação político pedagógica, segundo Paulo Freire

CAPÍTULO III Aspectos Metodológicos

3.1 Tipo de pesquisa

O objetivo principal dessa pesquisa é analisar a influência dos recursos didáticos docentes sobre a aprendizagem dos alunos Jovens e Adultos. Apresenta como tipo de investigação a Fundamental, de pesquisa básica, pois, conforme González, Fernández e Barros (2013), ela pretende apontar conhecimentos recentes aos prévios, sem, contudo, a obrigatoriedade de aplicar os resultados na prática. Ela é de caráter descritivo, com enfoque qualitativo. A investigação se deu através da coleta de dados (questionário), da análise do rendimento escolar e da proposta curricular da EJA. O questionário foi elaborado de forma fechados e, assim, a metodologia é qualitativa e quantitativa, de aspecto misto.

Sobre o paradigma, pode-se afirmar que é interpretativo, por haver uma relação entre sujeito e objeto e, ainda, é verificável que os valores axiológicos do investigador exercem influência em todo processo. Para González, Fernández e Barros (2013) a pesquisa conceituada em um paradigma interpretativo busca compreender a realidade, e não alterar ou modificar o seu contexto, seguindo sempre as dimensões fundamentais: ontológica (fenomenologia), epistemológica (construtivismo) e metodológica (indutivo).

A metodologia utilizada foi a humanista-interpretativa, pois o investigador, enquanto participante, é também um instrumento da investigação.

3.1.1 *Problematização*

A problemática desta pesquisa se fundamenta nas seguintes interrogantes:

- 1- Quais recursos didáticos são efetivamente utilizados como apoio ao trabalho pedagógico do docente da EJA?
- 2- Quais fatores implicam na adequação da metodologia e da prática pedagógica à realidade da EJA?
- 3- Qual a relação entre os recursos didáticos utilizados pelo docente e a proposta curricular da Educação de Jovens e Adultos?
- 4- Como se efetiva a relação da prática metodológica do docente com os recursos didáticos disponíveis na escola?
- 5- Qual a relação do rendimento escolar do discente com o uso efetivo dos recursos didáticos da EJA?

Portanto, a partir destas questões, surge a problemática que dá origem à pesquisa planteada neste anteprojeto; a saber, “Os recursos didáticos utilizados pelos docentes da EJA influenciam a aprendizagem do aluno?”

O problema se deu mediante as observações do cotidiano escolar, relacionado à prática pedagógica do docente no uso dos recursos disponíveis na escola para a Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Observava-se uma resistência para a utilização desses recursos e, em contrapartida, um uso contínuo de recursos didáticos, a princípio, não relacionados a essa modalidade de ensino.

Desta forma, nasceu a necessidade de analisar o motivo da inutilização dos recursos apropriados, desde a sua idealização, para o público da EJA; de averiguar, também, a incidência desta prática sobre o rendimento escolar dos discentes.

3.1.2 Objetivo geral e objetivos específicos

A pesquisa tem com objetivo geral “Analisar a influência dos recursos didáticos docentes sobre a aprendizagem dos alunos Jovens e Adultos” e como objetivos específicos:

- ✓ Determinar quais recursos didáticos (tics, metodologia didática, material bibliográfico) estão sendo utilizados na Escola Modelo Municipal Antônio Batista.
- ✓ Identificar os recursos didáticos oficiais e extraoficiais trabalhados pelos docentes com os alunos Jovens e Adultos, por meio de entrevista.
- ✓ Estabelecer relação entre a proposta curricular para a modalidade de ensino EJA e os recursos didáticos utilizados pelos docentes.
- ✓ Estabelecer relação entre as práticas metodológicas docentes e a proposta dos recursos didáticos EJA.
- ✓ Analisar os dados documentais sobre o rendimento escolar dos alunos da EJA, referentes ao ano letivo de 2016/1, coletados na secretaria da Escola Modelo Municipal Antônio Batista dados.

3.2 Delimitação e alcance da pesquisa

O Universo - O Município de Eunápolis está localizado na região do Extremo Sul da Bahia - Brasil. Faz parte da Costa do Descobrimento. Possui uma área total de 1.425,968

Km², com topografia de planície. De acordo com o censo de 2010, o município de Eunápolis consta de 100.196 mil habitantes, sendo 49.396 de homens e 50.800 de mulheres.

População e Amostra– A sede do Município de Eunápolis, “universo da pesquisa” consta de sete (7) escolas do Ensino Fundamental, que oferecem aulas no turno noturno para alunos jovens e adultos. Apenas uma escola participará desta pesquisa, pois ela é a maior, dispondo de oito (8) turmas da EJA, totalizando 284 alunos e 14 professores. Para atender este público, a escola dispõe de um Diretor Geral, um Diretor Administrativo, um Diretor Pedagógico, um Coordenador Pedagógico, de uma Secretária e duas auxiliares de Secretaria. Vale ressaltar, que os diretores e vice trabalham os turnos diurno e noturno. Portanto, para atender a EJA, é feito um revezamento da presença deles. Desta forma, sempre há um ou dois funcionários da Direção presente(s) com o Coordenador Pedagógico à noite.

A amostra de professores que responderão ao questionário representa o mesmo tamanho da população, que são 14. Portanto, quatorze (14) professores participarão da pesquisa.

O Tamanho da população de estudante da EJA é de 284. A mostra será composta de 163 estudantes, conforme fórmula, a saber:

$$N = 284$$

$$N = \frac{284 \times 0,9604}{0,9604 + 883 \times 0,0025}$$

$$0,9604 + 0,7075 = 1.6679$$

$$N = \frac{272.7536}{1.6679}$$

$$N = 163$$

Portanto, a seleção da amostra de alunos se construirá de forma Intencional. Assim, foram selecionados os alunos dos Estágios IV, V, VI e VII, que equivalem aos alunos do Ensino Fundamental anos finais (6º, 7º, 8º e 9º anos). Neste caso, para coleta de informações com relação ao rendimento escolar dos discentes da mostra, a secretaria da escola será visitada para acesso aos documentos e registros das notas e médias anuais.

3.3 Descrição dos sujeitos da pesquisa

A amostra foi selecionada de forma intencional, pois já atuo nesta escola há sete anos e isso indica um conhecimento prévio, prático e de observação.

A formação étnica dos atores da pesquisa é oriunda da própria região. Os discentes são provenientes do turno diurno e outros são regressos. Os que são de origem da manhã ou tarde, são alunos repetentes, que começaram a trabalhar e os que apresentam indisciplina. Os regressos são de escolas e cidades variadas. Muitos deles estavam sem estudar há muito tempo e, por motivo de exigência do trabalho, retornaram à sala de aula.

Participaram da pesquisa, através do questionário, quatorze (14) professores do quadro efetivo da escola. Mais da metade desses professores distribuem suas cargas horárias nos turnos vespertino e matutino, tanto na escola pesquisada quanto em outras escolas públicas e privadas. Um deles atua em outro segmento de trabalho durante o dia. Todos possuem uma graduação e uma pós-graduação. Apenas um deles tem uma pós-graduação que contempla a modalidade de ensino EJA.

3.4 Instrumentos utilizados para coleta de dados

Para coletar os dados desta pesquisa foi utilizado um questionário semiaberto com 13 questões, direcionadas aos professores da modalidade de ensino EJA. Além da aplicação do questionário, também foram analisados o Projeto Político Pedagógico da escola e a ata de resultados finais do ano 2016.1

No processo de construção do questionário levou-se em consideração a dimensão axiológica do investigador, permitindo assim que esse instrumento conduzisse de forma imparcial aos questionamentos do objeto.

O questionário aplicado ao professor buscou atender aos seguintes objetivos: estabelecer relação entre a proposta curricular para a modalidade de ensino EJA e os recursos didáticos utilizados pelos docentes e estabelecer relação entre as práticas metodológicas docentes e a proposta dos recursos didáticos EJA.

Além do questionário, as atas de resultados finais de 2016.1 também foram analisadas, a fim de verificar o rendimento escolar dos discentes e compreender a sua relação com o uso de recursos didáticos e das metodologias utilizadas pelos docentes.

Para garantir a confiabilidade, o conteúdo do passou pelo julgamento de doutores em educação, que analisaram tanto os aspectos formais quanto o valor (importância) dado a cada questão.

Segundo González, Fernández e Barros (2013), o questionário é um procedimento técnico que deve seguir critérios específicos para transmitir qualidade e confiabilidade. A primeira etapa de validez foi a avaliação de três (3) peritos professores doutores, um (1) paraguaio e dois (02) brasileiros. Foi construído um formulário com colunas SIM e NÃO, onde os peritos marcaram com (X) avaliando cada questão quanto a CLAREZA e COERÊNCIA entres perguntas, opções de repostas e os objetivos específicos.

Além da aplicação do questionário fez-se necessário a análise documental que foi realizada seguindo o guia de observação. Foram analisados o Projeto Político Pedagógico e os relatórios dos conselhos de classes e as cadernetas de rendimento do ano letivo 2016.1.

3.5 Procedimentos metodológicos para coletas de dados

A metodologia da investigação é considerada como a disciplina que elabora, sistematiza e avalia o conjunto de técnicas procedimentais das que dispõe a Ciência, para a busca de dados e a construção do conhecimento científico. A metodologia consiste então em um conjunto coerente e racional de técnicas e procedimentos cujo objetivo fundamental é implementar processos de coletas, classificação e validação de dados e experiências provenientes da realidade, a partir dos quais pode construir-se o conhecimento científico. Campoy (2016, p. 37)

Tendo como base o pressuposto de que a metodologia é o caminho que nos faz chegar ao objetivo desejado e que não há conhecimento científico validado sem um processo metodológico é que se faz necessário definir quais os procedimentos para se desenvolver uma investigação científica. Vale, ainda, ressaltar que, segundo Campoy (2016, p. 37), a metodologia se define como a ciência que estuda o processo da investigação, enquanto que o método se define como o conjunto de técnicas que se utilizam para conduzir a investigação. Essa é uma etapa de suma importância para entender como se dará o desenvolvimento da pesquisa, dando assim um valor empírico e científico ao que foi estudado, investigado e produzido como novo paradigma.

Segundo Bunge (apude Campoy 2016, p. 39) método é considerado como procedimentos que trata de um conjunto de problemas e cada problema requer um conjunto

de técnicas ou métodos diferentes. Nesse sentido ele conceitua o método científico como um conjunto de regras que devem ser seguidas de modo que os resultados da investigação sejam validados pela comunidade científica. Então podemos concluir que não há investigação científica sem que haja um planejamento metodológico a ser seguido. São também os métodos que vão embasar cientificamente a pesquisa. São “ações ou modelos de proceder para obter conhecimentos novos e verdadeiros.” Gortary (apud Campoy 2016, p. 38).

Com objetivo de valorar os resultados dessa investigação a pesquisa se desenvolveu seguindo fidedignamente o conjunto de etapas definidas abaixo:

- ✓ Definição do problema a ser investigado;
- ✓ Seleção da população e amostra;
- ✓ Aprofundamento teórico (revisão literária);
- ✓ Formulação das hipóteses;
- ✓ Análise de documentos;
- ✓ Coleta de dados;
- ✓ Tabulação dos dados;
- ✓ Interpretação dos resultados;
- ✓ Publicação dos resultados.

Como toda investigação tem o seu ponto de partida, a problemática desta pesquisa se deu a partir das observações feitas no cotidiano escolar, das práticas metodológicas vinculadas aos recursos didáticos utilizados pelos docentes para o desenvolvimento de suas aulas. Estes, não são recursos específicos para a modalidade de ensino EJA. São confeccionados para o Ensino Regular, com metodologias apropriadas para este público. Vale ressaltar que os docentes têm acesso aos recursos exclusivos para a EJA, mas poucos fazem uso. A intenção com essa pesquisa, portanto, é analisar este contexto e observar a sua incidência sobre o rendimento escolar dos discentes Jovens e Adultos.

3.5.1 Estado da Questão

Após definir o problema, aprofundou-se na busca e na leitura de autores, com objetivo de delimitar o marco teórico da pesquisa em questão. Selecionou-se alguns autores que contribuíram com o desenvolvimento desse trabalho.

Na sua tese de doutorado, Mello (2010) fundamenta-se em Bittecourt (2008), sua orientadora, para abordar a história dos recursos didáticos, dando ênfase à Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Ele apresenta o livro didático como objeto multidimensional e complexo, pois, através de sua forma e conteúdos dissemina ideologias e concepções de educação para esse público. O próprio recurso apresenta um currículo para a EJA, com métodos de ensino e aprendizagem, contemplando as especificidades destes discentes. Desta forma, fica claro que o olhar e a postura frente a este público devem ser coerentes à sua realidade e ao seu contexto. Isso porque o jovem, o adulto e o idoso apresentam características próprias, que são resultados de suas vivências, de suas experiências. A postura do educador frente à realidade destes discentes poderá assegurar o seu interesse e a sua continuidade nos estudos.

Na revista Educação e Pesquisa, Travasso & Giusti (2010), em seu artigo, apresentam o idoso como referência de atenção. Segundo as autoras, o processo de envelhecimento ainda sofre com o preconceito social. Elas afirmam que o idoso não é bem assistido em suas necessidades. Dessa forma, apresentam algumas perspectivas a respeito da ampliação no número de idosos na sociedade atual, dos preconceitos relacionados ao envelhecimento e da luta pelos direitos do cidadão idoso. Nesse sentido, elas focam a importância do papel do educador no intuito de reverter a obscuridade a que é submetida a pessoa idosa, tanto no âmbito social quanto no educacional.

Para elas, o educador dispõe de grande influência na sociedade para lutar junto ao idoso pela garantia do cumprimento de seus direitos e pela atenção política à educação para os idosos.

No livro “Formação de professores para educação de jovens e adultos”, Lima (2006) apresenta um resultado de cinco anos de pesquisa e trabalho com jovens e adultos em processo de alfabetização. O autor ressalta a dívida social que o Brasil tem com milhões de brasileiro sem a oportunidade de galgar novos degraus e explorar novos horizontes em sua vida em consequência da falta de políticas pública com vista ao público da EJA. Ele sugere caminhos para o educador avançar com seus alunos, para, além de formá-los em conhecimento, formá-los também cidadãos do mundo; cidadãos autônomos e agentes ativos, construtores de sua própria história. No livro Formação de professores: prática, história e cultura, Frederico & Auxiliadora (2006), no primeiro capítulo, intitulado “A Formação Continuada de Professores da/para a Educação de Jovens e Adultos: uma

releitura do Silêncio, Vazios e Lacunas Institucionais no Estado de Alagoas”, página 13, apresentam uma crítica ao olhar do Estado para a EJA. Ressaltam o trabalho da Educação de Jovens e Adultos como resultado de um olhar curioso, embasado no senso comum e na sensibilidade cristã, ausente de cientificidade e convicção política. Afirmam que as bases da EJA são frágeis e, portanto, não garantem um resultado eficiente na formação desses alunos. Nesse sentido, o docente deve compreender sua importância neste contexto e avançar em formação, pois ele se constituirá, assim, uma grande força com bases científicas e práticas, necessárias atualmente na Educação de Jovens e Adultos.

3.5.2 Aplicação do questionário

O questionário constou de 13 perguntas fechadas, com possibilidade para justificativa. É importante registrar que, dos 14 (quatorze) professores que receberam o questionário, apenas 12 (doze) responderam-no. Destes, apenas 08 (oito) justificaram algumas de suas respostas. A aplicação do questionário durou uma semana, entre a entrega e a devolutiva do instrumento.

Alguns professores se mostraram resistentes para responder ao questionário, sob a justificativa da falta de tempo. Dentre eles, os 02 (dois) que não devolveram.

CAPÍTULO IV – Análise e discussão dos resultados

A proposta do projeto de pesquisa foi apresentada aos professores e à equipe gestora da Escola Modelo Municipal Antônio Batista, em reunião. Durante o período de uma semana, os professores receberam e responderam ao questionário. À medida que iam respondendo, faziam suas ponderações, conforme a necessidade. Dentre as ponderações, estão as queixas com relação à atenção que a modalidade de ensino, educação de jovens e adultos, tem recebido do poder público.

As observações concentram-se na formação continuada do docente, no tempo de estudo destinado aos discentes em cada ano/série e, finalmente, aos recursos didáticos próprios para esse público, que é o objeto de estudo deste trabalho. Quando se fala do tempo de estudo da EJA, refere-se à semestralização desta modalidade. As turmas estudam os conteúdos equivalentes à série/ano em pouco menos de seis meses. Essa decisão foi tomada pela Secretaria de Educação do Município, sem uma discussão mais profunda e reflexiva sobre as consequências que essa mudança poderia causar. A princípio, seria uma alteração em apenas uma escola, que funcionaria como escola-piloto.

Se, a partir de uma observação cuidadosa com relação aos resultados e da análise dos docentes ficasse decidido semestralizar toda a EJA do município, isso seria feito. Contudo, não foi assim que aconteceu. Isso gerou alguns debates entre os docentes e a Secretaria de Educação do município. Os professores defendem que em apenas um semestre, os estudantes não concluem o processo de aprendizagem dos conteúdos destinados a cada série/ano. Segundo os docentes, quando os alunos começam a demonstrar um princípio de compreensão do conteúdo, há uma ruptura de sequência na construção de um conceito que, por conseguinte, interrompe a apropriação do conhecimento. Isso comprometeria toda a sua formação. A Secretaria, por sua vez, defende que a semestralização reduz a repetência.

Em decorrência desse impasse, há um movimento que busca resolver a situação. Nesse sentido, têm ocorrido algumas reuniões e discussões entre representantes da Secretaria, do Conselho de Educação do município e de uma comissão, formada por professores e gestores escolares. O objetivo desse movimento é decidir a continuidade do modelo semestral por ano/série ou retornar ao modelo anual, além de fomentar a sistematização dos conteúdos para a EJA, visto que as escolas os têm trabalhado de maneira isolada e conforme a sua própria escolha. Isso vem gerando conflitos, principalmente no momento em que o discente é transferido de uma escola para outra, pois ele deixa de

estudar conteúdos que não viu na escola de origem e que já foram abordados na escola atual.

Sobre a necessidade da formação continuada para docentes, eles argumentaram que isso é relevante, dentre outras coisas, por causa do perfil do estudante da EJA que vem mudando ano após ano. Segundo os professores, esse público tem rejuvenescido ao longo do tempo. Antes, essa modalidade agrupava um número maior de discentes mais adultos e idosos, portanto, mais maduros. Os mais novos eram minoria. Atualmente, no entanto, os mais jovens estão migrando do diurno para a noite, período reservado à EJA, no município de Eunápolis.

Essa movimentação/transição tem alterado a dinâmica do espaço escolar e, por consequência, mudado o perfil dessa turma. Anteriormente, as turmas eram formadas por pais, avós, trabalhadores rurais, domésticas, funcionários públicos e de segmentos privados. Hoje, a maior parte é formada por estudantes de 15 a 20 anos de idade. Destes, grande parte não está empregada. Essa nova característica assumida pela modalidade, exige do professor posturas e metodologias adequadas, além de uma contínua formação.

No entanto, o poder público não tem manifestado preocupação em oferecer um suporte na preparação/capacitação do docente, de modo que ele consiga lidar com essa modalidade que se encontra em constante transformação de perfil. O básico seriam palestras, cursos, encontros reflexivos, debates numa formação continuada. Esses profissionais, por vezes, acabam agindo intuitivamente, amparados apenas por sua própria experiência de trabalho e boa vontade de trabalhar. É claro que há aqueles que buscam algumas referências e leituras. Mas, é minoria. Poucos têm uma formação acadêmica que contemple em seu currículo a Educação de Jovens e Adultos.

Numa tentativa de demonstrar preocupação com a situação, buscando sanar o problema, a prefeitura da cidade, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação iniciou, há pouco mais de três anos, uma parceria com a UNEB – Universidade do Estado da Bahia, Polo Eunápolis, que consistia em ofertar um curso de formação do docente da modalidade EJA. Nesse sentido, todos os professores, que lecionam para jovens e adultos neste município, poderiam fazer essa formação pela Universidade.

O problema se assentou na pouca agilidade do processo de firmar parceria, planejar as ações e executá-las. Esperava-se que, no período de dois anos e seis meses, os professores já estivessem em formação, colocando em prática o conhecimento teórico, estudado no curso. No entanto, os docentes ainda aguardam por essa formação.

Sobre os recursos didáticos, a Secretaria de Educação disponibiliza o livro didático,

por meio do Programa Nacional do Livro Didática para a EJA e a escola dispõe de recursos que podem enriquecer a aula do professor, como Smart TV, sala de informática, ábacos, fichas de alfabetização, som, projetor de imagens, notebook, biblioteca, quadra de esporte e um auditório.

O livro tem sido base para o trabalho pedagógico de uma boa parte dos professores. Alguns acreditam que o material ajuda no desenvolvimento de seu trabalho e no resultado final do rendimento escolar dos discentes. Outros, no entanto, não utilizam esse material, que é específico para essa modalidade. Eles preferem outros livros e outras fontes para embasar seu trabalho. Defendem que o material disponível não contempla a realidade social e intelectual dos discentes e que, por isso, preferem variar as fontes e, por vezes, fazerem adaptações.

A pesquisa de campo teve por objetivos estabelecer relação entre a proposta curricular para a modalidade de ensino EJA e os recursos didáticos utilizados pelos docentes e, ainda, estabelecer relação entre as práticas metodológicas docentes e a proposta dos recursos didáticos EJA. Nesta perspectiva, 12 (doze) professores foram convidados a participar da pesquisa, a fim de contribuir para o levantamento de dados que dariam suporte à conclusão desta tese.

O questionário aplicado é composto de 13 (treze) perguntas, com 04 (quatro) alternativas para a escolha de uma resposta, com a opção de justificá-la, que buscavam contemplar os objetivos traçados para essa pesquisa.

Vale ressaltar que apenas oito professores justificaram algumas de suas respostas. Com os dados coletados, comparou-se a eles os resultados do rendimento escolar dos discentes, referente ao ano letivo de 2016. Desta forma, espera-se concluir sobre a influência dos recursos didáticos docentes na aprendizagem dos jovens e adultos.

Fonte: Dado de pesquisa 2017

Sobre a primeira pergunta “A sua escola possui um Projeto Político Pedagógico, PPP?”, a resposta “sim” foi unânime. Portanto, sendo 100% da mesma resposta e, portanto, não havendo necessidade da utilização de gráfico, segue a análise reflexiva referente à resposta positiva.

Gráfico 01. Ao questionar se a escola tem um Projeto Político Pedagógico (PPP), os docentes foram unânimes em responder que sim. Todos demonstraram ter conhecimento da existência desse documento. No entanto, demonstraram conhecê-lo pouco, mesmo que tenha sido fruto de uma produção coletiva, fundamentada em estudos e discussões. Isso

ficou claro na segunda pergunta, quando são indagados se têm acesso ao material. A resposta ficou dividida entre às vezes e nunca, sendo que a maioria respondeu “nunca”. Cinco professores justificaram suas respostas, dizendo: 1 – Sim. Atualização em processo; 2 – Sim. Mas, não está atualizado; 3 – Sim. Porém não está atualizado. 4 – Sim. Porém, não está atualizado; 5 – Sim. Porém não está atualizado.

Numa análise mais rasa, é possível ponderar que se o corpo docente desconhece o documento que deve nortear a sua prática pedagógica, é muito provável que o resultado final do seu trabalho será diferente do que se propõe no PPP. Neste caso, trabalha-se na perspectiva do imprevisto e da coincidência. Portanto, vale ressaltar que, se tratando de educação - processo principal pelo qual o sujeito é formado, a coincidência e o imprevisto na prática pedagógica precisam ser repensados.

Fonte: Dado de pesquisa 2017

Gráfico 02.

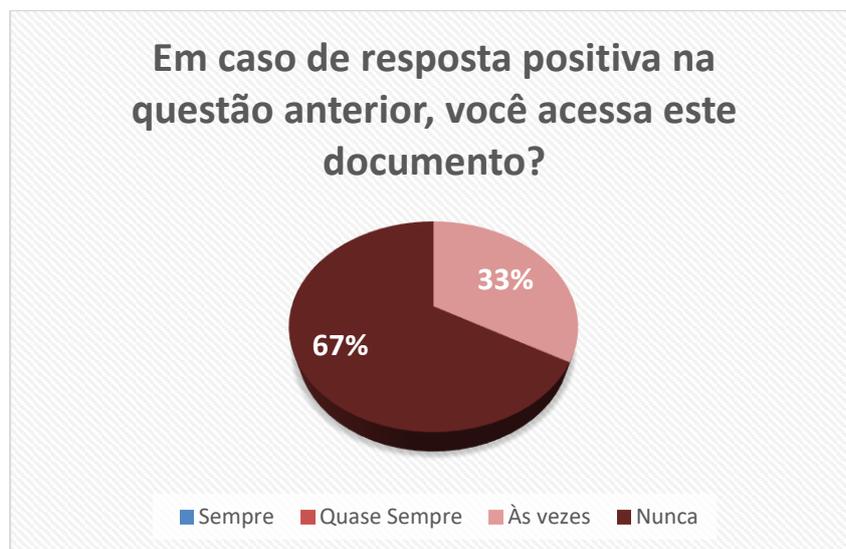


Gráfico 02. Os professores foram questionados na segunda pergunta se já tiveram acesso ao documento. 04 (quatro) disseram às vezes e 08 (oito) afirmaram que nunca leram o PPP. Destes, 05 (cinco) justificaram suas respostas, sendo que 04 (quatro) disseram que faltou interesse em conhecer esse material e 01 (um) disse que é novo na escola e que não procurou, pois sabia que estava em atualização.

Fonte: Dado de pesquisa 2017

Gráfico 03.

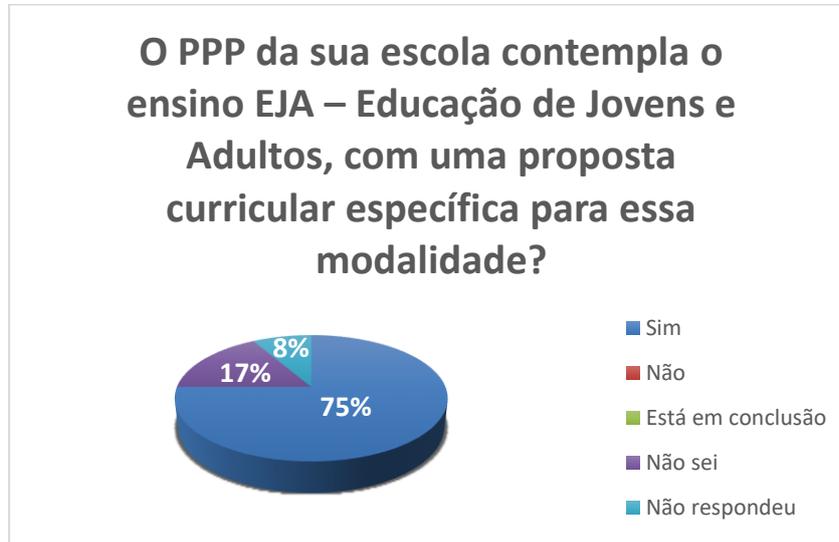


Gráfico 03. Na questão três, o docente é indagado sobre a possível citação da EJA no PPP. Essa pergunta quer saber se o documento contempla a modalidade com uma proposta curricular específica. Para essa pergunta, oito professores disseram que sim; dois desconhecem e um optou por não responder. No entanto, ao examinar o PPP, foi observado que essa modalidade é citada genericamente, sem aprofundamento algum ou fundamentação, num trecho de 30 (trinta) linhas, onde se apresentam os objetivos específicos para a modalidade. Contudo, ao ser indagado sobre isso, a Direção da escola esclareceu que o documento está em reformulação. A citação é superficial e não contempla as especificidades da EJA. Logo, as respostas para essa questão deixam clara a falta de conhecimento dos docentes quanto ao documento em questão. Isso justifica a resposta da questão 02 (dois).

Fonte: Dado de pesquisa 2017

Gráfico 04.

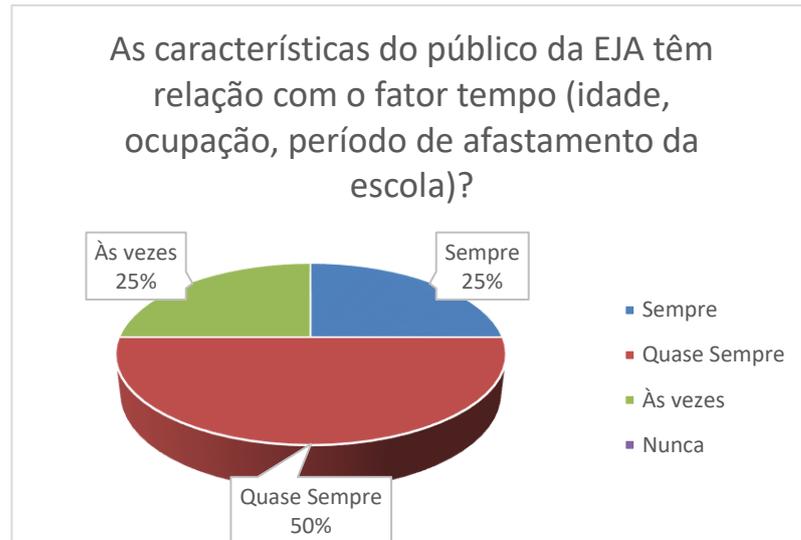


Gráfico 04. Ao se tratar do perfil da turma, relacionando suas características com o fator tempo (idade, ocupação, tempo de afastamento da escola), a quarta pergunta quer saber se essa relação é notória ao docente. Neste sentido, a pergunta que se faz é: “As características do público da EJA têm relação com o fator tempo? Para essa pergunta, a maioria dos docentes respondeu que quase sempre essa relação se confirma; os demais, dividiram-se em sempre e às vezes.

Fonte: Dado de pesquisa 2017

Gráfico 05.

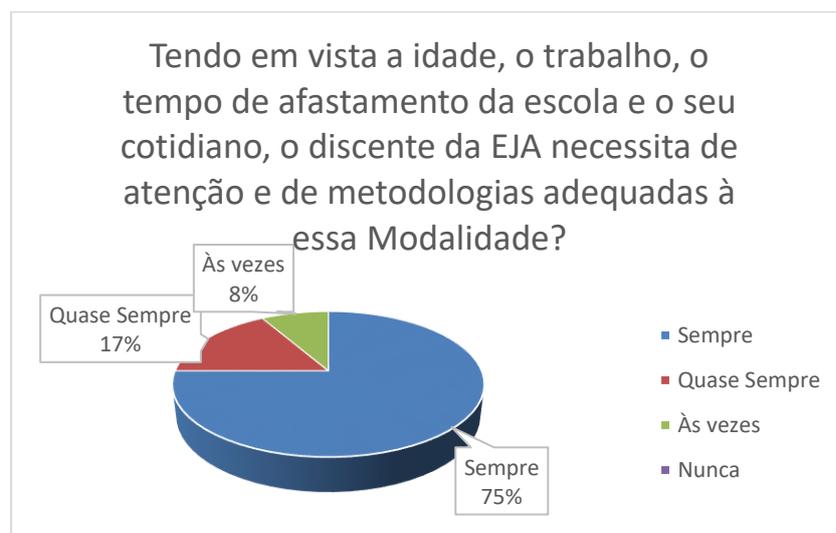


Gráfico 05. Sobre a necessidade da adaptação metodológica e de uma atenção maior ao público da EJA, em decorrência das suas características e do seu cotidiano (tema relacionado à quinta pergunta do questionário), nove professores disseram que sempre será

necessária uma adequação metodológica. Dois docentes disseram que quase sempre e apenas um respondeu que às vezes haverá necessidade. As respostas a essa questão apresentam um perfil zeloso e consciente do professor quanto ao olhar direcionado às especificidades desses discentes. Isso implica um amadurecimento profissional, adquirido ao longo de sua carreira através da experiência, de leituras e/ou da própria formação acadêmica. O importante aqui é ressaltar a consciência dos professores quanto ao olhar sobre as características próprias desta modalidade e, por conseguinte, sobre a sua postura profissional frente ao perfil desses educandos.

Fonte: Dado de pesquisa 2017

Gráfico 06.

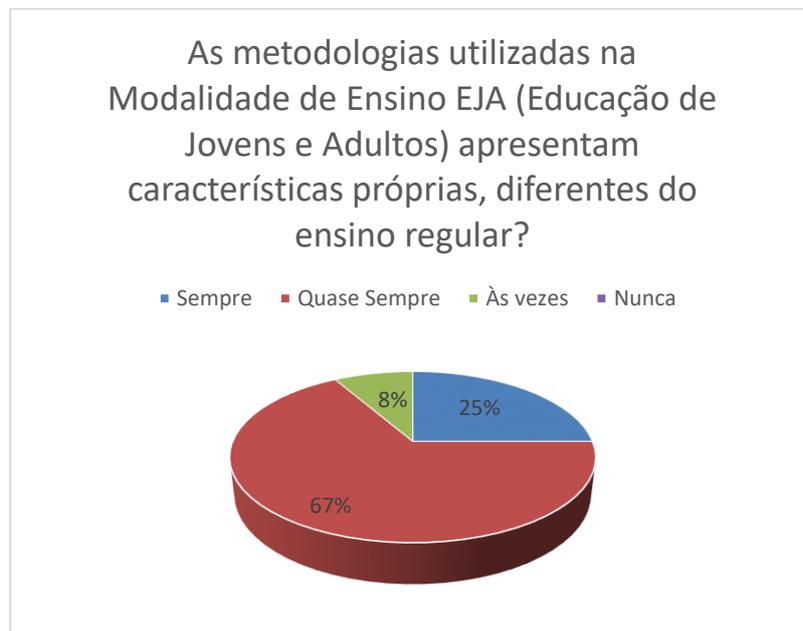


Gráfico 06. A sexta questão quer saber sobre a prática metodológica real; sobre o que, de fato, acontece entre os docentes. De certa forma, a pergunta generaliza a prática; não direciona para a vivência do professor entrevistado. No entanto, ao responder sobre o todo, ele precisa basear-se na prática docente individual, incluindo a sua própria. Essa pergunta prepara o docente para a próxima questão, que é mais pessoal. Assim, para a sexta questão, os docentes responderam em maioria que, quase sempre as metodologias utilizadas na modalidade de ensino EJA apresentam características próprias e específicas para esses discentes.

Fonte: Dado de pesquisa 2017

Gráfico 07.

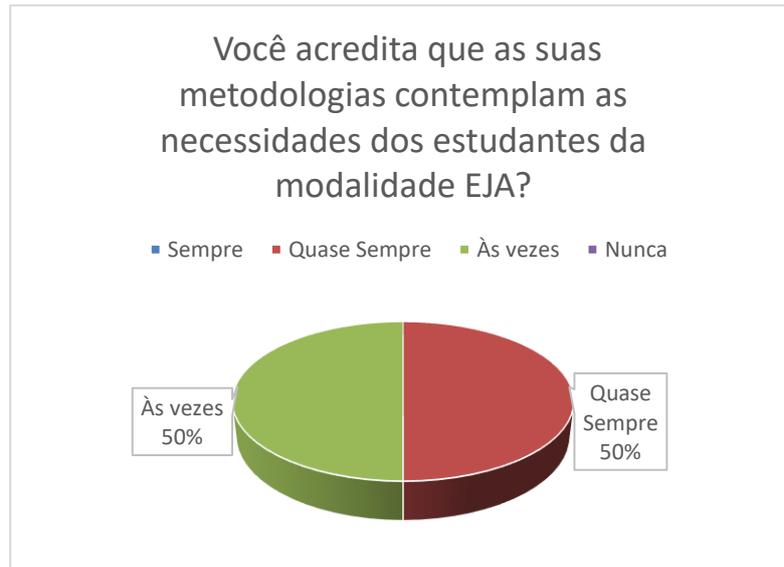


Gráfico 07. A sétima questão direciona a resposta à prática do docente entrevistado, pois ela quer saber se o professor acredita que as suas metodologias contemplam as necessidades dos discentes EJA. As respostas a essa pergunta ficaram divididas entre quase sempre e às vezes. Assim, mais uma vez, o professor demonstra consciência do quanto tem contemplado as necessidades da EJA e da importância da sua prática metodológica para a apropriação do saber por esses discentes. Essa conclusão pode ser obtida numa análise comparativa das questões 5 (cinco) e 7 (sete), onde o docente é indagado sobre a adaptabilidade metodológica ao fator tempo do discente e a sua prática pedagógica. Nas duas questões, o professor reconhece a importância do seu papel na formação do discente a partir de um trabalho mais adequado ao perfil dessa modalidade.

Fonte: Dado de pesquisa 2017

Gráfico 08.

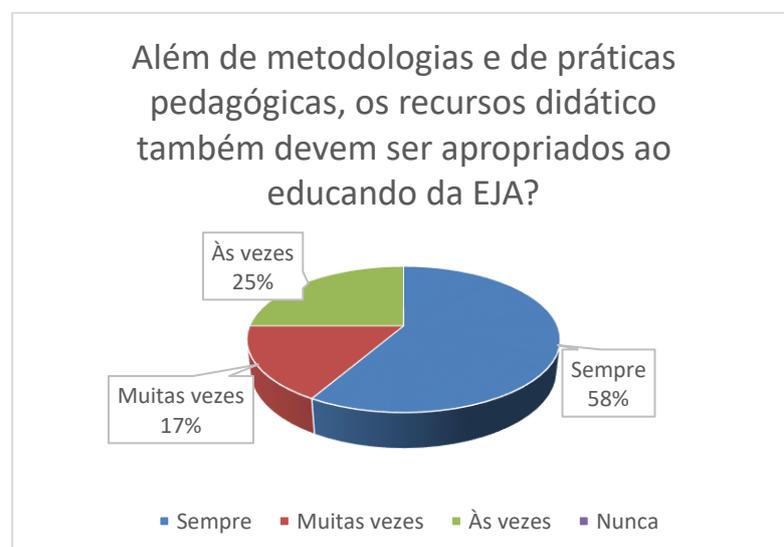


Gráfico 08. A pergunta seguinte busca ampliar o conhecimento sobre a ação docente em sala de aula, ao questionar se ele reconhece a relevância do uso dos recursos didáticos à sua prática pedagógica e às suas metodologias. Dessa forma, a oitava questão quer saber se, além das metodologias, os recursos didáticos também devem ser adequados ao perfil do educando da EJA. Sete professores responderam que sempre deve se adequar. Os demais ponderaram entre muitas vezes e às vezes. A maioria, portanto, compreende como relevante a utilização de recursos didáticos específicos para essa modalidade.

Fonte: Dado de pesquisa 2017

Gráfico 09.

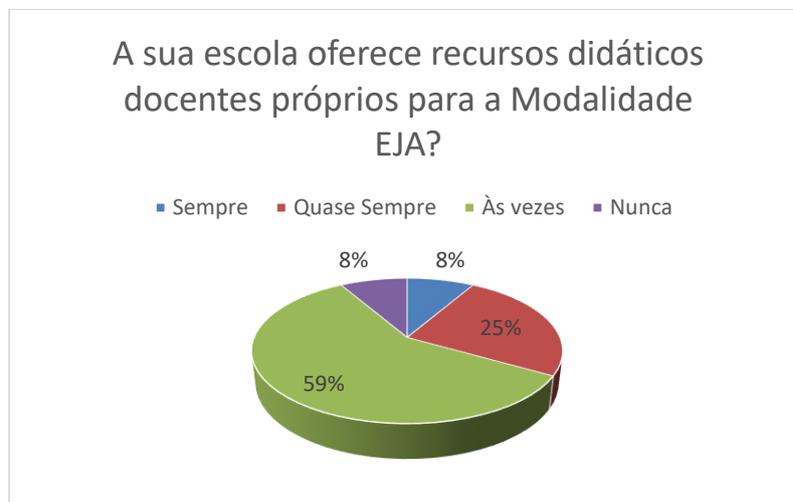


Gráfico 09. Ao serem questionados, na nona pergunta, se a escola oferece recursos didáticos para auxiliar o trabalho docente, os professores, em sua maioria, responderam que às vezes. Os demais ficaram divididos entre sempre, quase sempre e nunca. O que chama a atenção para essas respostas é o fato de que a escola dispõe de livros didáticos da EJA, de TV, de projetor de imagem, notebook, biblioteca, sala de informática com internet, ábacos, globos, aparelhos de som, auditório com sonorização adequada e, ainda assim, houve uma resposta negativa (nunca). O professor demonstrou desconhecer os recursos disponíveis em sua escola. Vale ressaltar, que todos os entrevistados trabalham na escola pesquisada há, pelo menos, 3 (três) anos. Esse fato inspira preocupação com o compromisso profissional pela a sua escola e com o seu trabalho. Isso pode comprometer significativamente o resultado final, estipulado pelo PPP da unidade escolar.

Fonte: Dado de pesquisa 2017

Gráfico 10.

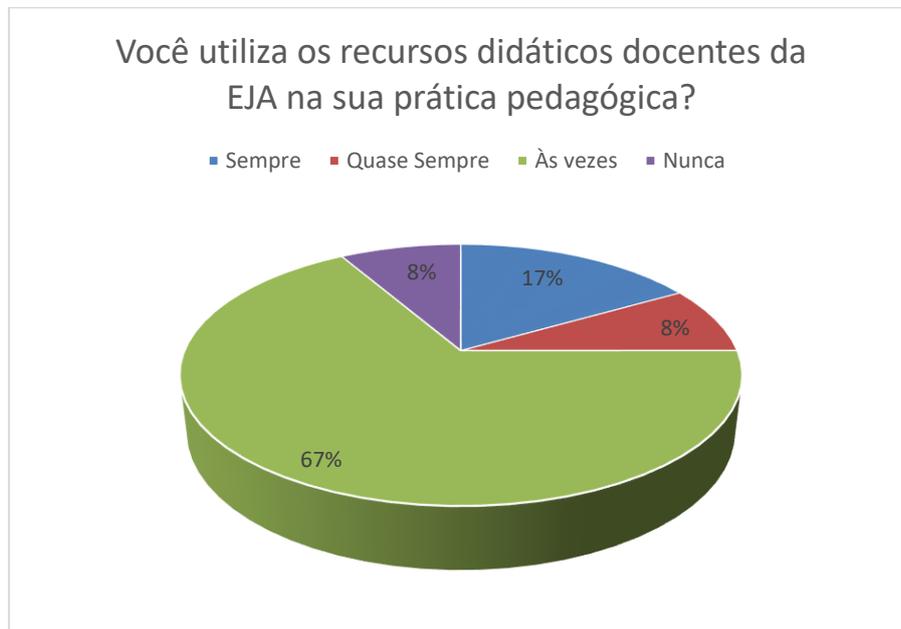


Gráfico 10. Na décima questão, busca-se saber se o docente entrevistado faz uso dos recursos didáticos que a escola dispõe para enriquecer as suas práticas metodológicas. Oito professores afirmaram que às vezes fazem uso; dois sempre utilizam, um utiliza quase sempre e um nunca utiliza.

Fonte: Dado de pesquisa 2017

Gráfico 11.

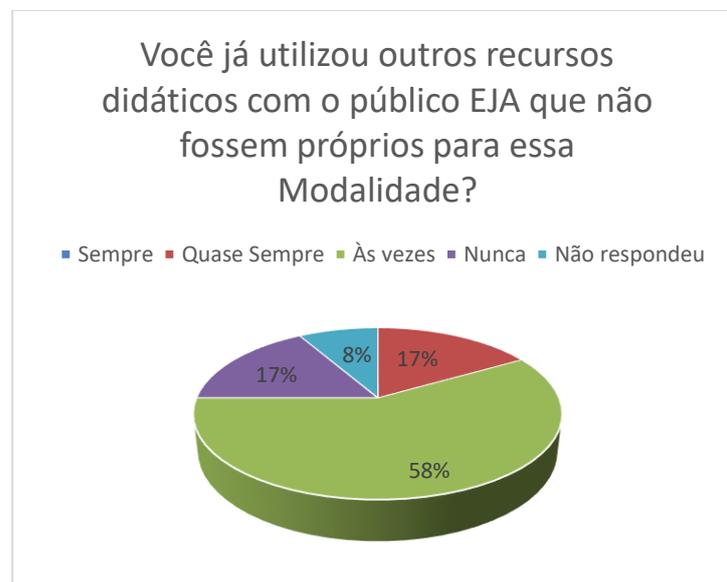


Gráfico 11. Na décima primeira questão, o professor é indagado sobre a utilização de outros recursos didáticos, que não fossem específicos da EJA, mas, de outros segmentos (Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e finais). A maioria dos docentes afirmou que às vezes utilizam. Os demais ponderaram em quase sempre e nunca.

Fonte: Dado de pesquisa 2017

Gráfico 12.

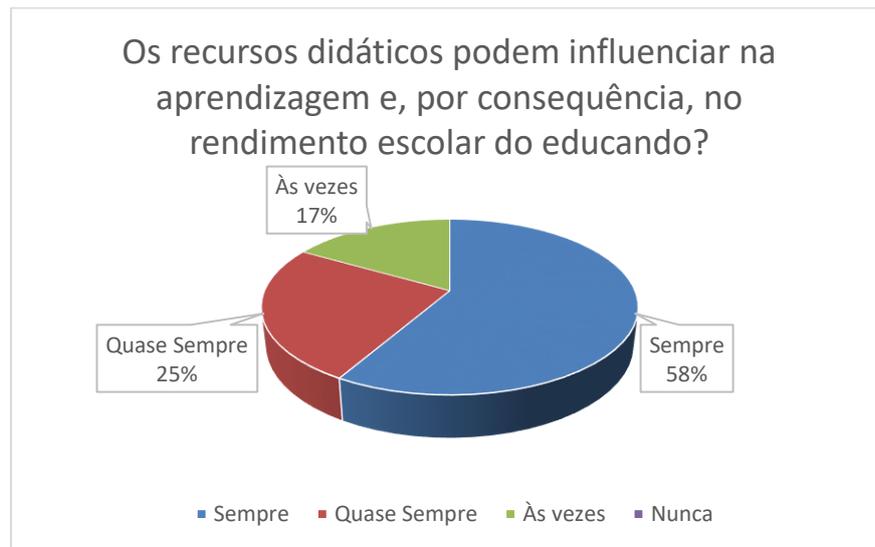


Gráfico 12. Quando indagados, na décima segunda pergunta, se os recursos didáticos podem influenciar na aprendizagem e no rendimento escolar do educando, a maioria afirmou que sim (sempre). Eles compreendem que os resultados da aprendizagem serão mais satisfatórios, com os recursos didáticos permeando o trabalho do professor. Os demais professores ponderaram em quase sempre e às vezes.

Fonte: Dado de pesquisa 2017

Gráfico 13.

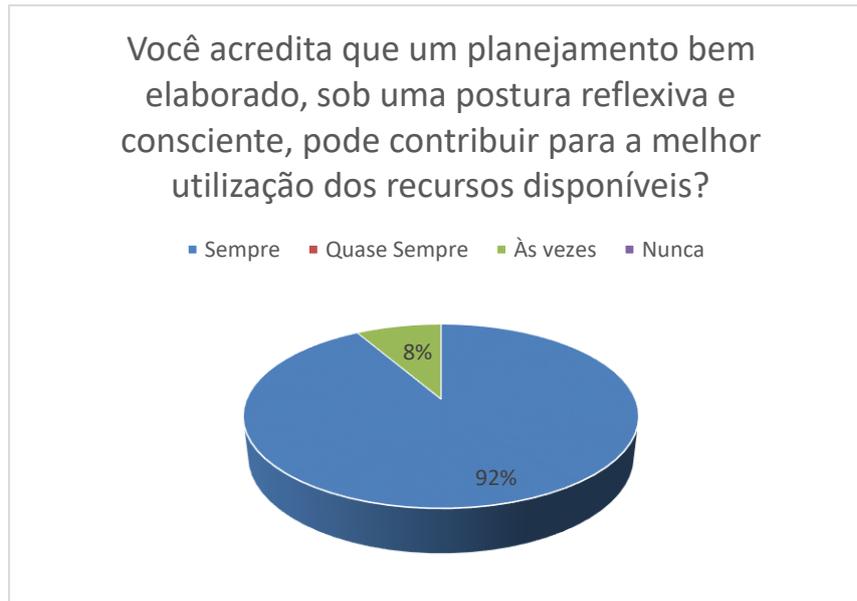


Gráfico 13. A décima terceira e última questão quer saber se o professor entrevistado acredita que um planejamento bem elaborado, de caráter reflexivo e consciente (sobre o perfil EJA) pode contribuir para a melhor utilização dos recursos didáticos disponíveis. Para essa pergunta, esperava-se que o docente levasse em consideração que a boa utilização dos recursos disponíveis na escola depende de um planejamento bem organizado, com objetivos bem traçados. Para essa pergunta, 11 (onze) professores deram resposta afirmativa, dizendo que isso sempre acontece e apenas um disse que isso acontece às vezes.

Diante das respostas dadas pelos docentes, fica clara a necessidade da sua formação para melhorar suas práticas com a modalidade em questão, cabendo ao poder público a função de ofertar a formação continuada para esses profissionais e de criar condições para a ampliação da oferta de qualidade de ensino para os discentes da EJA. Segundo Capucho (2012),

Destaca-se a estruturação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Brasil, MEC/SECADI), a qual tem como proposta promover políticas e programas voltados à potencialização do papel da educação nas mudanças culturais e sociais, assim como contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos(as) os(as) cidadãos (ãs) em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação. (Capucho, 2012. p. 53)

4.1 Análise do Projeto Político Pedagógico da Escola

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola apresenta-se norteado pela organização de valores, na construção de conhecimentos, de habilidades e competências para a formação humana para o bem estar da sociedade.

Ele propõe que a escola deve repensar seu papel na formação de cidadãos como sujeitos construtores do seu próprio saber, tendo em vista as grandes mudanças que ocorrem no mundo, que está cada vez mais globalizado, neoliberal que interfere significativamente nos processos da educação.

Para tanto, o PPP salienta a necessidade das pesquisas permanentes, no intuito de ressignificar, sempre que preciso, as ações pedagógicas e as concepções para educar, humanizar, socializar valores de justiça, respeito e solidariedade.

Esse documento, ao apresentar o histórico do Patrono da escola, expõe o perfil do bairro, no qual está localizada, que é periférico, com aproximadamente 30 (trinta) mil habitantes e composto de muitos problemas sociais, a exemplo da prostituição, das drogas, da violência, dentre outros (não cita os demais).

Através do documento, a escola assume-se orientada pela gestão democrática, em que o trabalho é coletivo, envolvendo representações da comunidade escolar e local em todas as atividades desenvolvidas no espaço escolar. Para justificar essa afirmativa, fundamenta-se em Ferreira (2006).

[...] se tomam decisões sobre todo o projeto político pedagógico, sobre as finalidades e objetivos do planejamento dos cursos, das disciplinas, dos planos de estudos, do elenco disciplinar e os respectivos conteúdos, sobre as atividades dos professores e dos alunos necessárias para a sua consecução, sobre os ambientes de aprendizagem, recurso humanos, físicos e financeiros necessários, os tipos, modos e procedimentos de avaliação e o tempo para sua realização. É quando se organiza e se administra coletivamente todo esse processo [...] (Ferreira, 2006, p. 310).

O PPP afirma que, embora a LDB assegure a gestão democrática nas escolas públicas, isso não ocorrerá instantaneamente sem que a Direção e a Secretaria Municipal de Educação internalizem e assumam essa orientação.

Para justificar a gestão democrática da escola, o documento fundamenta-se em Alonso (2012)

[...] é a forma não violenta que faz com que a comunidade educacional se capacite para levar a termo um projeto pedagógico de qualidade e possa também gerar “cidadãos ativos” que participem da sociedade como profissionais comprometidos e não se ausentem de ações organizadas que questionam a indivisibilidade do poder. (Alonso, 2012. p. 28-29)

O documento foi construído e, posteriormente, reformulado num processo de coparticipação, envolvendo todos os professores e, estendendo o convite de participação aos representantes de pais e alunos. Ele fundamenta-se na LDBEM 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e cita outros autores, como Ferreira, Passos e Alonso, que discutem a importância do PPP para o bom direcionamento do trabalho escolar e para a boa formação do sujeito.

Apresenta o direcionamento que se deve observar num Projeto Político Pedagógico, que segundo Veiga, trata-se de um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados.

Através deste documento, a escola pesquisada apresenta sua concepção pedagógica influenciada por Lev Vygotsky, Piaget e Paulo Freire, pois, sendo ela, os alunos constroem seu conhecimento na interação, valorizando o conhecimento de mundo que trazem da vida.

Para a EJA, o documento apresenta um objetivo geral e treze específicos. A saber:

Objetivo geral: Contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a inclusão social e a construção de uma cultura de paz para a formação de cidadãos capazes de compreender os princípios que fundamentam a sociedade, de interferir na realidade e transformá-la.

Como objetivos específicos, propõe:

- Possibilitar ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extraescolar e na própria vida e possibilitar uma aprendizagem fundamentada na sua realidade sociocultural, política e econômica.
- Oferecer a oportunidade de alcançar um padrão mínimo de qualidade de aprendizagem.
- Propiciar uma preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamentos posteriores.
- Instigar a curiosidade, desenvolvendo a capacidade de fazer perguntas e de

aprender.

- Desenvolver a autonomia intelectual e moral, assim como a capacidade de cooperação, respeito e solidariedade.
- Promover a construção de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas às diferentes áreas do conhecimento, garantido o acesso aos saberes já construídos e a possibilidade de criação, desenvolvendo as capacidades expressivas, éticas e estéticas e de interação social.
- Proporcionar à participação em situações nas quais a consciência social vá sendo progressivamente formada, bem como construída a identidade individual.
- Garantir o envolvimento e a integração com o ambiente escolar, vivenciando uma socialização ativa e democrática, em diferentes práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma.
- Desenvolver a capacidade de análise crítica e de síntese.
- Desenvolver a capacidade de observação e de leitura de mundo (igualdades, diferenças, acontecimentos, inserção na sociedade).
- Desenvolver a capacidade de estabelecer relações interpessoais e a convivência social.
- Desenvolver as habilidades cognitivas necessárias: adaptar, transformar, reformular, transformar, ser crítico e consciente, refletir, sentir, captar e perceber.
- Desenvolver a auto criticidade.

Vale ressaltar que o documento é generalista e tenta contemplar todas os segmentos do ensino regular e a modalidade pesquisada. Ele não é específico para a EJA. Além dos aspectos comuns às demais escolas, esse texto também propõe a construção de uma cultura de paz, tendo em vista que essa unidade escolar está inserida num bairro periférico, dominado pelo tráfico de drogas e pela violência, em que muitos de seus alunos foram vitimados e parte dessas vítimas perderam suas vidas. Essa característica da localidade tende a infiltrar-se no ambiente escolar, nos turnos diurno e noturno, pois os atores aprendentes desse espaço são os mesmos que compõem o bairro e trazem consigo as marcas de um povo sofrido e educado em meio à violência; vítimas da falta de estrutura familiar, muito comum neste ambiente. Muitos desses discentes são privadas da companhia dos pais, de uma alimentação decente e de um espaço digno para construírem-se cidadãos. É nesse sentido que o Projeto Político Pedagógico busca estabelecer-se, fundamentado na perspectiva de suscitar o interesse por uma cultura de paz e de respeito aos seus pares.

Essa proposta busca contemplar o ensino regular e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sem necessariamente dar ênfase à modalidade em estudo. Esse déficit é corrigido com o acompanhamento de uma equipe do núcleo específico, pertencente ao departamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. A equipe acompanha o desempenho dos discentes, apresenta propostas de trabalho e projetos, promove jornadas pedagógicas para os docentes da EJA.

Neste sentido, as propostas vindas da SMECE – Secretaria Municipal de Cultura e Esporte nem sempre coincidem com o que se propõe no PPP da escola, cabendo à Coordenação e à Direção da escola fazer as adequações necessárias, de modo a contemplar o documento escolar e a realidade da comunidade.

O que se pode propor a partir da análise deste documento é que ele, noutra avaliação e refazimento, deve contemplar mais profundamente a modalidade de ensino para jovens e adultos, apontando a direção mais assertiva para o trabalho pedagógico, a fim de elevar a qualidade do ensino, da aprendizagem e dos rendimentos escolares ao final de cada ano letivo.

4.2 Análise das atas do rendimento escolar

Conforme as atas do rendimento anual de 2016.1, das turmas do 6º ano (Estágio IV), do 7º ano (Estágio V), do 8º ano (Estágio VI) e do 9º ano (Estágio VII), que contabilizam 163 alunos, correspondente a amostra dos discentes analisados, observou-se um índice alto de evasão e reprovação, com a maior incidência maior os Estágios IV e V.

Para essas problemáticas, foram apontados alguns possíveis motivos. Um deles, e que diz respeito à evasão, é que vários discentes são trabalhadores de produtoras de café. Eles têm como função, colher e ensacar os frutos. Assim, no período da colheita, grande parte desses alunos deixa a escola para o labor, pois, precisam dormir e acordar muito cedo, não restando tempo e nem disposição física para estudar. Dessa forma, acabam por desistir no meio do período das aulas.

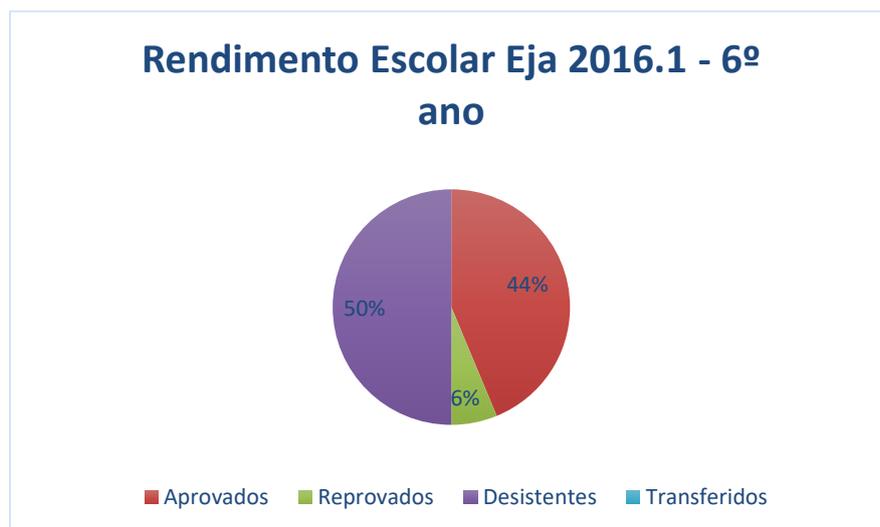
Outro motivo, relacionado à evasão e à reprovação e igualmente importante, é o índice de violência e criminalidade nos bairros periféricos, quase sempre motivadas pelo tráfico, conforme veiculados nas mídias locais (rádios, sites e telejornais). Vários alunos tornam-se vítimas dessa situação e, nem sempre têm a chance de libertarem-se desta condição. Alguns desistem dos estudos, outros são presos ou dizimados. Essas informações não são discutidas no espaço escolar em função do medo da comunidade. Por vezes, discentes e docentes sentem-se ameaçados ao expor o assunto. Este triste cenário é um

poderoso agravante para a evasão escolar e reprovação, dadas as constantes ausências da sala de aula como consequência do medo.

Outro motivo, diretamente relacionado à reprovação, está a dificuldade de apreensão dos saberes dos discentes mais idosos. Eles alegam que não conseguem reter os conteúdos. Segundo eles, esquecem muito fácil. Alguns afirmam que não conseguem entender o professor. Isso pode ter uma relação muito próxima com as metodologias e os recursos didáticos utilizados pelos docentes. Afinal, segundo Paulo Freire, ensinar é criar condições de aprendizagem. Nesse sentido, se não houve aprendizado, as condições não foram favoráveis.

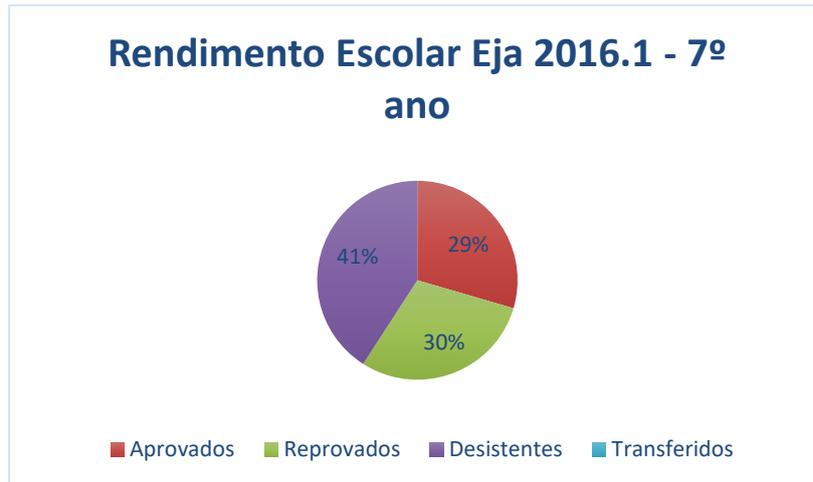
Assim ao analisar os gráficos referentes ao número de alunos matriculados na EJA em 2016.1, de aprovados, de reprovados, de desistentes e de óbito, observa-se:

Gráfico 01.



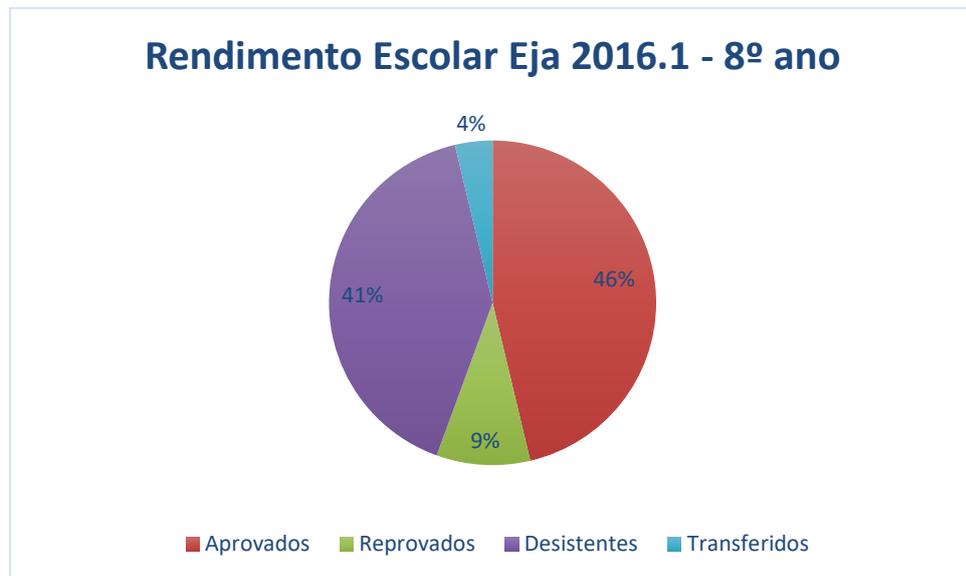
O 6º ano (Estágio IV), embora seja uma turma pequena, o número de aprovação é inferior ao somatório de reprovados e desistentes. Portanto, o número de alunos aptos a ingressarem na próxima série, não é considerado um quantitativo ideal. Pois o que se espera é que o número de aprovação supere o de conservados e desistente, em especial numa turma pequena, se comparado ao número padrão de uma classe da escola pública. Contudo, vale ressaltar que a reprovação é ínfima. O que puxa o quantitativo positivo para baixo é a desistência.

Gráfico 02.



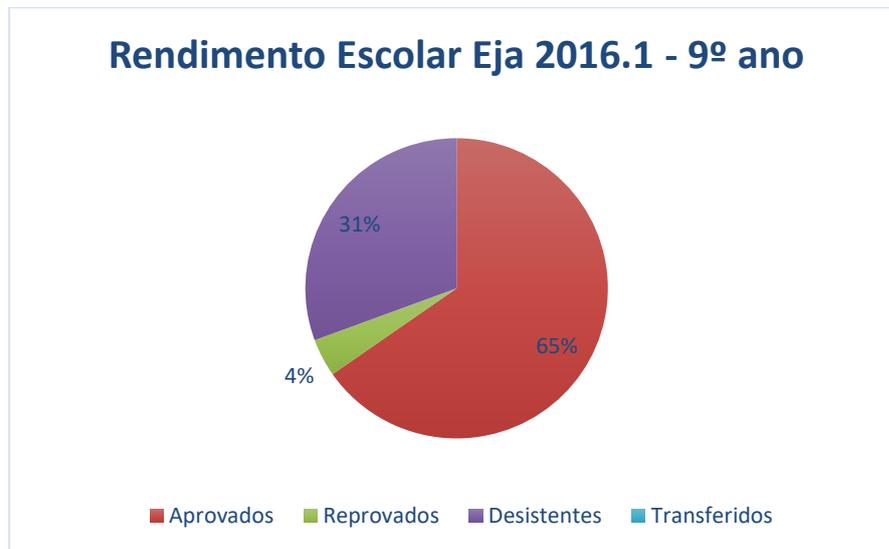
A turma do 7º ano (Estágio V) é maior. Proporcionalmente, aumentam-se os números de reprovação e desistência e reduz-se o de aprovados. Mais uma vez, o quantitativo de desistente supera o de aprovação e reprovação, sinalizando com isso que, deixar a escola tem sido a melhor opção para a realidade vivenciada por esse público.

Gráfico 03.



A partir do 8º ano (Estágio VI), historicamente, o número de aprovação tende a melhorar e superar o de reprovação e desistência. O perfil da maioria desses alunos é de discentes mais jovens, diferente das séries anteriores, que são mais adultos e idosos. Nesta turma, o público apresenta uma perspectiva de trabalho menos pesado. São adolescentes que não pretendem assumir o mesmo trabalho que seus pais tiveram (mais voltados para o campo ou para o trabalho doméstico). Demonstram interesse em cursos técnicos ou apenas se adequarem ao trabalho que já possuem, em redes de supermercados e/ou no comércio em geral.

Gráfico 04.



O 9º ano (Estágio VII) segue o mesmo padrão da série anterior, com relação à perspectiva da formação escolar e do trabalho, tendo o número de reprovação e desistência ainda menor. No geral, o que preocupa é o fato dos alunos optarem mais facilmente por deixar a escola, com o objetivo de driblar as dificuldades que enfrentam na sua lida diária.

No geral, comparado ao número inicial de matriculados, nota-se uma baixa na aprovação em todas as turmas analisadas. Percebe-se, também, que o número de aprovado se eleva proporcionalmente à mudança de um estágio para o outro. Nesse sentido, pode-se observar uma evolução na apropriação do saber pelo discente à medida que vai mudando de estágio, ano/série.

Contudo, a aprovação das turmas é considerada baixa. Conforme observou-se no perfil do público EJA e na falta de consenso quanto ao uso do material didático apropriado, é possível dizer que pode haver uma influência desses fatores no resultado final do rendimento escolar desses discentes.

Desta maneira, somada à reprovação, verifica-se um alto índice de desistência, que por sua vez, está relacionado, também, ao fator trabalho, conforme discutido no perfil desta modalidade. A saber, grande parte desses alunos é absorvida pelo trabalho da colheita de café a partir do mês de maio. Esse labor exige um grande esforço físico. Além disso, os trabalhadores devem acordar muito cedo para pegar o transporte. Seu retorno para casa coincide com o horário inicial da aula à noite.

Desses trabalhadores, poucos permanecem na escola e conseguem concluir o ano letivo. Os que desistem, retornam à mesma série, no semestre seguinte, na esperança de conseguir concluí-lo.

Há de se pensar que, para este público, as aulas precisam ser mais significativas e objetivas. A metodologia do docente precisa ser atrativa e envolvente para essa modalidade, levando em consideração todas as suas mazelas vivenciadas diariamente. Esse histórico de desistência e reprovação na EJA não é novo. Portanto, há muito tempo já se deveria ter repensado os recursos didáticos e as metodologias aplicados a ela.

Segundo o questionário aplicado ao docente, bem como, as observações feitas no espaço escolar, ficou evidente a disponibilidade de recursos didáticos; alguns exclusivos para a modalidade (é o caso dos livros didáticos), outros não. Os que não são específicos para a EJA, podem ser utilizados em qualquer modalidade de ensino, em especial, os recursos tecnológicos. No entanto, poucos professores fazem uso desse material. Eles existem para promover possibilidades de ensino e, por consequência, de aprendizagem. Existem para contribuir com o professor na diversificação de suas práticas metodológicas. O bom uso desses recursos, seguramente elevaria a probabilidade de elevação nos níveis de aprendizagem e de aprovação na escola pesquisada.

Diante dos dados coletados em uma pesquisa, realizada através do questionário aplicado aos professores, da análise das atas de rendimento escolar do ano de 2016.1 e da leitura do Projeto Político Pedagógica da Escola Modelo Municipal Antônio Batista, na cidade de Eunápolis, Bahia, Brasil, é possível fazer algumas indagações e reflexões relevantes sobre o processo de ensino e aprendizagem dos discentes da Educação de Jovens e Adultos.

A primeira, é que os professores reconhecem a existência de um PPP, têm consciência que esse documento foi construído coletivamente e sabem onde o encontrar. Eles reconhecem a sua importância para a organização do trabalho escolar. Sabem também que a elaboração do seu planejamento e o desenvolvimento das suas aulas devem estar diretamente relacionados ao PPP. Compreendem que precisam conhecer esse material para que seu trabalho não destoe do trabalho dos demais colegas e do que se propõe no documento. No entanto, o desconhecem e, na sua maioria, ainda não demonstraram interesse em conhecê-lo.

Sabendo disso, surgem algumas indagações, como: que garantia a comunidade escolar terá sobre o sucesso da aprendizagem e do rendimento escolar dos discentes, se não há harmoniza entre o trabalho docente e a proposta pedagógica da escola? Que sujeitos

serão formados para a sociedade num espaço escolar em que há desacordo entre o documento que o norteia e a prática docente? Qual o nível de comprometimento da aprendizagem dos educandos? Além desses, outros tantos questionamentos poderão ser feitos, tendo como princípio a prática docente destoada da proposta orientada pelo Projeto Político Pedagógico da escola.

A segunda está relacionada ao fazer pedagógico, alinhado com o contexto em que se encontram inseridos os discentes da EJA. Isso significa, levar em consideração o conhecimento de mundo dos educandos no momento da elaboração do planejamento. Nesse sentido, o que se espera é que a aula seja significativa para eles; tenha relação com o seu cotidiano e com a sua vida laboral. Dessa forma, levá-los a sentirem-se bem familiarizados com o que se está ensinando. Para tanto, o docente deve lançar mão de metodologias variadas, que deem conta de alcançar cada indivíduo na construção do seu conhecimento.

Vale ressaltar que a maioria dos docentes têm consciência da importância da união de um bom planejamento, com o uso dos recursos didáticos disponíveis na escola, executado por variadas metodologias podem garantir a excelência de seu trabalho, que é, no final, o conhecimento construído pelo aluno. As respostas ao questionário e a análise das atas de rendimento escolar, em que se destacam as evasões e as reprovações, levam-nos a crer que necessita-se de mais reflexões sobre a prática docente e de ações sobre isso. Nesse sentido, é relevante e salutar cobrar do poder público capacitações, formações e palestras periódicas, na esperança de qualificar o docente e melhorar o nível da aprendizagem dos educandos.

Outra reflexão, que segue o mesmo nível de importância, é que a escola dispõe de uma gama de materiais utilizáveis no cotidiano do espaço escolar. Eles podem ser usados para elevar a qualidade da aula do professor, bem como, para melhorar a qualidade da aprendizagem dos discentes. Além disso, podem colaborar, se manuseados adequadamente à proposta do planejamento, para dinamizar as aulas, tornando-as mais agradáveis e desejáveis. Esses recursos estão à disposição de todos os docentes nas salas das Coordenações, da Direção, na biblioteca, na sala dos professores, na sala de informática, no espaço escolar, que são livros didáticos, TV HD, computadores conectados, biblioteca, quadra poliesportiva, projetor de imagem, notebook, aparelho de som com bluetooth, globo terrestre, entre outros. Assim, o que se quer saber é: o que tem atrapalhado o trabalho do professor e impedindo-o de utilizar esses recursos? Ou, simplesmente, por que o docente não se dispõe a contemplar esses materiais em seu planejamento?

Há algumas indicações como possíveis respostas a essas indagações, contudo, não são absolutas. Elas estão relacionadas ao perfil dos docentes, que, embora não esteja traçado aqui em gráficos, corresponde a um perfil geral, observado durante a coleta de dados. Todos eles, sem exceção, (aqui, se refere aos que fizeram parte da pesquisa) trabalham também durante o dia, seja com outras profissões ou no magistério. Assim, há duas vertentes a serem analisadas. A primeira é sobre o profissional que está na docência durante o dia e à noite que, por vezes, lança mão do mesmo planejamento para trabalhar com alunos de turnos diferentes e, portanto, com perfis diferentes, utilizando metodologias e literaturas fora do contexto da EJA. A segunda é sobre o profissional de outra área, oriundo do dia e que não dispõe de muito tempo para o planejamento e, quase sempre, quando o faz, é à noite, próximo ao horário da aula. Nesse caso, ou o planejamento foi feito às pressas e, por consequência, não contempla as reais necessidades das turmas ou não se faz um planejamento e, assim, trabalha-se com base na intuição ou no improvisado.

Conforme foi descrito, essas indicações não fomentam uma verdade absoluta, pela certeza de que ela não existe e porque não são resultados de um perfil traçado em questionário, pois as observações aconteceram durante as conversas, as análises de documentos e os relatos dos colegas diretores e coordenadores. No entanto, não sugerem uma inverdade, mas, indicações a serem estudadas mais profundamente num momento oportuno.

CONCLUSÃO

As questões que motivaram o desenvolvimento deste estudo, também originaram a problemática, objeto da pesquisa realizada na Escola Modelo Municipal Antônio Batista, a saber, “Os recursos didáticos utilizados pelos docentes da EJA influenciam a aprendizagem do aluno?”. Aqui, como recursos didáticos, subentende-se tudo aquilo que pode ser utilizado pelo docente para incrementar e dar suporte à sua prática pedagógica. Portanto, além do livro didático, compreende-se como recursos todo material disponível na escola para o fim pedagógico, bem como, os ambientes e suas especificidades (sala de informática, biblioteca, auditório, quadra poliesportiva, cozinha, pátio).

Com relação à primeira questão – Quais recursos didáticos são efetivamente utilizados como apoio ao trabalho pedagógico do docente da EJA? – o que se pôde observar é que o profissional tem se apoiado muito mais nos livros didáticos (LD), sejam direcionados a essa modalidade de ensino ou não. Alguns fazem uso do LD oferecido pelo governo por meio do programa PNLD-EJA, financiado pelo FNDE do Ministério da Educação, da editora Moderna, escolhido pelos professores e disponível a todos os educandos. Outros fazem garimpos dos conteúdos em literaturas variadas, atuais e antigas. Os demais recursos são utilizados esporadicamente por um grupo pequeno de professores. Neste caso, os mais utilizados são a TV e o projetor de imagens.

Sobre a segunda questão – Quais fatores implicam na adequação da metodologia e da prática pedagógica à realidade da EJA? – ficou claro que os profissionais compreendem a importância dessa adequação e, algumas vezes, conseguem fazer. Eles são conscientes que isso não é uma prática frequente e que precisam adequar-se.

Conforme descrito no Capítulo 4, há algumas indicações que podem responder a essa questão, que dizem respeito ao fator tempo e à pré-disposição. Com relação ao tempo, para alguns profissionais, ele é escasso em função da sua carga de trabalho, pois, muitos deles trabalham durante o dia, nos turnos matutino e vespertino. Eles veem nisso uma justificativa para não planejar suas aulas em conformidade com as necessidades desta modalidade. Sobre a pré-disposição, alguns docentes sinalizaram no questionário o desinteresse em conhecer o PPP e o que nele se propõe para a EJA.

Para a terceira questão – Qual a relação entre os recursos didáticos utilizados pelo docente e a proposta curricular da Educação de Jovens e Adultos? – a resposta está relacionada ao que se propõe no PPP. Este documento não apresenta uma proposta exclusiva para a modalidade de educação de jovens e adultos. O que há, são apenas os

objetivos específicos para ela. Portanto, salienta-se que a relação está implícita nesses objetivos e que se pode estabelecê-la à medida em que o docente faz o uso adequado (no sentido de correspondente) dos diversos recursos disponíveis na escola, bem como, do LD, já elaborado, respeitando a realidade e necessidades deste público.

A falta e/ou a inadequação de recursos didáticos têm sido apontadas como destaques entre os sérios problemas enfrentados na Educação de Jovens e Adultos. É sabido que, dentre os recursos utilizados nas salas de aula, o livro didático (LD) é um dos que exercem maior influência na prática de ensino brasileira (Brasil, 2002). Por essa razão, é importante refletir sobre a qualidade do material que tem sido levado para as salas de aula da EJA. É importante analisar suas especificidades, relação com o perfil do público, relação com as vivências do discente e com o seu conhecimento de mundo, tendo em vista que, segundo Freire, a leitura de mundo vem antes que a leitura das palavras.

Me parece indispensável, ao procurar falar de tal importância, dizer algo do momento mesmo em que me preparava para aqui estar hoje; dizer algo do processo em que me inseri enquanto ia escrevendo este texto que agora leio, processo que envolvia uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. Ao ensaiar escrever sobre a importância do ato de ler, eu me senti levado - e até gostosamente - a "reler" momentos fundamentais de minha prática, guardados na memória, desde as experiências mais remotas de minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler se veio em mim constituindo. (Freire, 1989, p 9)

Nesse sentido, há necessidade de adequação para melhor aproveitamento do processo de aprendizagem dos discentes. Essa adequação deve ser feita e refeita continuamente, de acordo com as novas diretrizes curriculares, com as novas propostas de ensino, com a transformação e atualização que vão além do ambiente escolar. Entretanto, o docente deve buscar qualificar-se para atender bem ao seu público, segundo as suas especificidades. Essa formação deve ocorrer continuamente em parceria com o poder

público. Deve ser permanente, pois as transformações vivenciadas na sociedade são constantes e para acompanhá-las, faz-se necessária também uma formação continuada dos docentes.

A educação é permanente não por que certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. Mas ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à uma natureza não apenas saber que vivia mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí. (Freire, 1997 p. 20).

Vale salientar que o público do EJA é formado por discentes que enfrentam diversas dificuldades cotidianas e, portanto, dependentes de um acompanhamento especial, de perto, multidirecional, onde o docente esteja aberto para escutar sobre os saberes populares trazidos pelo educando, de modo que seja exposta uma realidade esperançosa e otimista, para estes que veem e devem ver além da sala de aula.

Em relação à quarta questão – Como se efetiva a relação da prática metodológica do docente com os recursos didáticos disponíveis na escola? - ficou claro, pelas respostas dadas no questionário aplicado ao docente, que essa relação se estabelece nas práticas intuitivas, advindas da experiência profissionais.

A quinta e última questão, que oriunda a problemática é “Qual a relação do rendimento escolar do discente com o uso efetivo dos recursos didáticos da EJA?”. Os professores deixam claro em suas respostas ao questionário aplicado que reconhecem a importância do uso desses recursos, inseridos no seu planejamento frequentemente, para a qualidade da aprendizagem do discente. Assim, se isso ocorrer, por consequência, deve acontecer um aumento no índice de aprovação. Nesse sentido, segundo os próprios profissionais, se o uso adequado dos recursos for frequente em sua prática pedagógica, o aluno apreenderá com mais propriedade os conteúdos. Levando em conta que os conteúdos serão mais significativos para eles, em sua realidade.

A Educação de Jovens e Adultos ainda precisa de ajustes, e um dos aspectos que podem melhorar é o material didático de qualidade e adaptado às características dessa modalidade de ensino, que vai auxiliar o educador, servindo de instrumento facilitador do seu trabalho. Os materiais da EJA precisam atender necessidades como fator tempo, a diversidade regional e a identidade da comunidade escolar, o que torna a produção desse

material mais complexa e dispendioso. Isso significa a necessidade de se criar políticas públicas que deem conta de atender aos anseios de toda a comunidade escolar. Esta é uma tarefa árdua e que merece toda atenção e critério das entidades competentes para este feito.

Recomendações

Após conclusões relatadas nesse estudo, seguem algumas recomendações:

- Que os governos estadual e federal disponibilizem recursos didáticos, em especial o livro didático (LD) mais próximo à realidade do perfil do discente da EJA;
- Que os governos municipal, estadual e federal ofereçam cursos de formação continuada e capacitação dos docentes da EJA;
- Que os docentes se inscrevam em cursos de formação continuada sobre a EJA para elevar a qualidade das suas práticas pedagógicas;
- Que a escola abra as suas portas para a comunidade apresentarem suas produções culturais;
- Que o Ministério da Educação – MEC realize uma revisão na matriz curricular das universidades, principalmente, nos cursos de licenciatura, com a inserção de disciplinas que garantam aos educadores, a formação específica sobre educação de jovens e adultos;
- Que sejam realizadas mais pesquisas a respeito dessa temática com uma abrangência maior em relação à população pesquisada e que os resultados sejam socializados e debatidos nos encontros pedagógicos dos professores, a fim de subsidiar as práticas pedagógicas dos docentes.
- Que os docentes se interessem em estudar e discutir mais sobre a temática com a finalidade de expandir as possibilidades de usos de práticas metodológicas.

REFERÊNCIAS

- Araújo, C. (2005). *Reflexão em Paulo Freire: Uma Contribuição para a Formação Continuada de Professores*. V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife.
- Batista, A.; Rojo, R. (2003). *Livro didático de Língua Portuguesa: letramento e cultura da escrita*. São Paulo: Mercado de Letras.
- Beisiegel, C. (2003). *A educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil. Alfabetização e Cidadania*, São Paulo.
- Bezerra, C. (2003). *Programas e projetos para a educação de jovens e adultos, governo Luiz Inácio Lula da Silva*. Discurso do Presidente Lula, CEFET/ BA, Santo Amaro, São Paulo.
- Bittencourt & Fernandes (2008). *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Autêntica Editora Belo Horizonte.
- Brasil (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Nº 9.394/96*. Brasília.
- Brasil (2009). *Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento nacional preparatório a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)*. Brasília.
- Brasil (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Nº 9.394/96*. Brasília.
- Brasil (2010). *Conferência Nacional de Educação (CONAE). Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias*. Documento de Referência. Brasília.
- Brasil (2010). *A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação*. Educ. Soc. Campinas.
- Brasil (2001). *Educação para todos: o compromisso de Dakar*. Ação Educativa. São Paulo.

- Campoy, G. (2016) *Análise das técnicas utilizadas e tendências da manufatura enxuta na indústria automobilística*. Guaratinguetá.
- Capucho, V. (2012). *Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimentos da cidadania*. Cortez. São Paulo.
- Casério, V. (2003). *Uma visão histórica da educação no Brasil. Educação de Jovens e Adultos na sociedade da informação e do conhecimento: tecnologias e inovação*. EDUSC. São Paulo.
- Crisóstomo, K.; Crisóstomo, M. (2015). *O uso de livro didáticos da educação de jovens e adultos: que caminho trilhar?*. Revista Científica Interdisciplinar. Nº 4, volume 2, artigo nº 8. Rio de Janeiro.
- Cury, C. (2000). *Parecer CNE/CEB n. 11/2000, que dispõe sobre as diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos*. MEC/CNE. Brasília.
- Delors, J. (1998). *Educação: um tesouro a descobrir*. Cortez. São Paulo.
- Di Giorgi, C. (2001). *A educação básica no Plano Nacional de Educação*. Cadernos do Observatório. Rio de Janeiro.
- Di Pierro, M. (2001). *Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos*. Educação & Pesquisa. São Paulo.
- Di Pierro, M. (2005). *Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil*. Educação & Sociedade. Campinas.
- Di Pierro, M. (2008). *Luta social e reconhecimento jurídico do direito humano dos jovens e adultos à educação*. Revista Educação. Santa Maria.
- Di Pierro, M. (2010). *Balanço e desafios das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil*. In: SOARES, L. et al. (Org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: educação de jovens e adultos*. Autêntica. Belo Horizonte.

- Di Pierro, M.; Abbonizio, A.; Graciano, M. (2004). *Seis anos de educação de jovens e adultos no Brasil*. Ação Educativa. São Paulo.
- Di Pierro, M.; Graciano, M. (2003). *Educación de personas jóvenes y adultas en Brasil*. In: *LA EDUCACIÓN de jóvenes y adultos en América Latina y el Caribe: hacia un estado del arte*. UNESCO/OREALC. Santiago do Chile.
- Di Pierro, M.; Vovio, C.; Andrade, E. (2008). *Alfabetização de jovens e adultos: lições da prática*. UNESCO. Brasília.
- Fávero, O. (1984). *Referências sobre materiais didáticos para a educação popular: Perspectivas e Dilemas da Educação Popular*. Edições Graal. Rio de Janeiro.
- Fávero, O. & Rivero, J. (1984). *Educação de Jovens e adultos na América Latina: direito e desafio de todos*. UNESCO, Fundação Santillana. São Paulo
- Ferreira, N. (2006). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. Cortez. São Paulo.
- Frederico, N. & Auxiliadora, M. (2006). *A Formação Continuada de Professores da/para a Educação de Jovens e Adultos: uma releitura do Silêncio, Vazios e Lacunas Institucionais no Estado de Alagoas*. Ed. UFAL. Maceió.
- Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. Autores Associados. Cortez. São Paulo.
- Freire, P. (2000). *Educação como prática de liberdade: a sociedade brasileira em transição*. Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- Freire, P. (1997). *Política e educação*. Cortez. São Paulo.
- Frigotto, G. (2005). *Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio*. In: *FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições*. Cortez. São Paulo.
- Fuck, I. (1994). *Alfabetização de Adultos. Relato de uma experiência construtivista*. Vozes. Petrópolis.

- Gadotti, M. (2000). *Estado e Movimentos Populares*. In: GADOTTI, M. & ROMÃO, J. E. (org.). *Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta*. Cortez: Instituto Paulo Freire. São Paulo.
- Gatti, B.; Nunes, M. (2009). *Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas*. FCC. São Paulo.
- GLEACE: Grupo latino-americano de especialistas em alfabetização e cultura escrita (2009). *Declaração sobre analfabetismo e alfabetização*. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/22896417/GLEACE-Declaracao-sobre-Analfabetismo-e-Alfabetizacao>>.
- González, T.; Fernández, H.; Barros, C.C. (2013). *Aspectos fundamentais da pesquisa científica*. Ediciones Adeo. Granada (Espana).
- Haddad, S. (2009). *A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA VI*. Revista Brasileira Educação, Rio de Janeiro.
- Haddad, S.; Di Pierro, M. (2006). *An historical overview of adult formal education in Brazil*. In: CASTRO, R.V.; SANCHO, A.V.; GUIMARÃES, P. (Ed.). *Adult education: new routes in a new landscape*. Universidade do Minho. Braga.
- Haddad, S. (2008). *A situação da atual educação de pessoas jovens e adultas no Brasil*. Resumo Executivo. Crefal. México.
- Haddad, S. (2007). *Por uma nova cultura na educação de jovens e adultos, um balanço de experiências de poder local*. Anais da 30ª. Reunião Anual da Anped. Caxambu.
- Lima, V. (2006). *Formação de professores para educação de jovens e adultos*. Vozes. Petrópolis.
- Mello, P. (2010). *Materiais Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos: História, formas e conteúdos*. Tese (doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo.

- Ministério da Educação e do Desporto (2008). *Secretaria de Educação Básica. Guia PNLA*. Brasília.
- Ministério da Educação e do Desporto (2000). *Secretaria da Educação Fundamental. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 01. Brasília.
- Ministério da Educação e do Desporto (2014). *Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Guia dos Livros Didáticos do PNL D EJA*. EDUFRRN. Natal.
- Paiva, V. (1983). *Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira*. Loyola. São Paulo.
- Paiva, J.; Machado, M.; Ireland, T. (2004). *Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea (1996-2004)*. UNESCO/MEC, Brasília.
- Piletti, C. (2000). *Didática geral*. Ática. São Paulo.
- Pierro, M. & Graciano, M. (2003). *Educação de Jovens e Adultos no Brasil: informe apresentado à Oficina Regional da UNESCO para América Latina e Caribe*. Ação Educativa. São Paulo.
- Schmitz, E. (1993). *Fundamentos da Didática*. UNISINOS. São Leopoldo.
- Silva, R. (2000) *Ensino de ciências e cidadania: fundamentos e abordagens*. Vieira Campinas.
- Soares, L. (1999). *Processos de inclusão/exclusão na educação de jovens e adultos*. Presença Pedagógica. São Paulo.
- Torres, R. (2002). *Aprendizaje a lo largo de toda la vida: un nuevo momento y una nueva oportunidad para el aprendizaje y la educación básica de las personas en el sur*. ASDI. Buenos Aires.
- Travassos, D. & Giusti, G. (2010), *Formação de Educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programa de EJA*. Educação e Pesquisa. São Paulo.
- Vygotsky, L. (1989). *A formação social da mente*. Martins Fontes. São Paulo.

Apêndice A – Guia para a apresentação do anteprojeto da tese



Universidad Autónoma de Asunción

Dirección de Investigación

Ficha Técnica de Proyecto de Tesis

GUÍA PARA LA PRESENTACIÓN DE ANTEPROYECTO DE TESIS

Fecha de presentación: 24/07/2016

DATOS DEL ALUMNO/A							
Nombre de programa de Maestría/Doctorado en curso: MAESTRÍA CIENCIAS DA EDUCACIÓN							
Nombre y Apellido: Antonio Dias dos Santos							
Documento Identidade: Nº 08969966 11					Nacionalidad: Brasileira		
Dirección particular (Endereço): Rua Itabuna, 164- 1º andar, Centauro							
Dirección laboral (Endereço): Av. Ipiranga, 66 – Centauro							
Estado: Bahia			Ciudad: Eunápolis		Caixa Postal: CEP: 45821-080		
Telefonos: (73) 98115 7830, (73) 99123 8163				E-mail: antioniodiasdossantos@hotmail.com			
Maestría	<input checked="" type="checkbox"/>	Doctorado	<input type="checkbox"/>	Promoción Nº	<input type="checkbox"/>	Agencia	<input type="checkbox"/>
Título Tese:							
Recursos didáticos docentes e a aprendizagem dos Jovens e Adultos da Escola Modelo Municipal Antonio Batista, em Eunápolis-BA- Brasil.							
EL PROBLEMA: PLANTEAMIENTO Y FORMULACIÓN							
A problemática desta pesquisa se fundamenta nas seguintes interrogantes:							
6- Quais recursos didáticos são efetivamente utilizados como apoio ao trabalho pedagógico do docente da EJA?							

- 7- Quais fatores implicam na adequação da metodologia e da prática pedagógica à realidade da EJA?
- 8- Qual a relação entre os recursos didáticos utilizados pelo docente e a proposta curricular da Educação de Jovens e Adultos?
- 9- Como se efetiva a relação da prática metodológica do docente com os recursos didáticos disponíveis na escola?
- 10- Qual a relação do rendimento escolar do discente com o uso efetivo dos recursos didáticos da EJA?

Portanto, a partir destas questões, surge a problemática que dá origem à pesquisa planteada neste anteprojeto; a saber, “Os recursos didáticos utilizados pelos docentes da EJA influenciam a aprendizagem do aluno?”

OBJETIVOS

Objetivo General:

Analisar a influência dos recursos didáticos docentes sobre a aprendizagem dos alunos Jovens e Adultos.

Objetivos Específicos:

1. Determinar quais recursos didáticos (tics, metodologia didática, material bibliográfico) estão sendo utilizados na Escola Modelo Municipal Antônio Batista.
2. Identificar os recursos didáticos oficiais e extra-oficiais trabalhados pelos docentes com os alunos Jovens e Adultos, por meio de entrevista.
3. Estabelecer relação entre a proposta curricular para a modalidade de ensino EJA e os recursos didáticos utilizados pelos docentes.
4. Estabelecer relação entre as práticas metodológicas docentes e a proposta dos recursos didáticos EJA.
5. Coletar na secretaria da Escola Modelo Municipal Antônio Batista dados documentais sobre o rendimento escolar dos alunos da EJA, referentes ao ano letivo de 2016/1.

JUSTIFICACIÓN

A pesquisa que se inicia, nasce de uma preocupação com o olhar docente para os estudantes da modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Por muito tempo, o professor se viu sem apoio didático para atender efetivamente o discente jovem e adulto. Por conseguinte, viu-se obrigado a utilizar recursos didáticos com especificidades para o segmento do Ensino Regular. Muitas vezes, a linguagem e os textos utilizados para alfabetizar o estudante da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) eram infantilizados e distantes da realidade deste público. Os discentes sentiam-se constrangidos e desestimulados a continuarem seus estudos.

A partir do ano de 2012, as editoras começam a produzir o material didático com abordagens coerentes à

vivência do discente EJA, como uma resposta às indagações e às solicitações dos profissionais em educação que lidavam com este público. O material apresenta os conteúdos num contexto mais maduro, com linguagens mais apropriadas para o aluno jovem e adulto, abordando o mundo do trabalho, o cotidiano do chefe de família e dona de casa, direitos e deveres, dentre outras abordagens.

No entanto, muitos professores mantiveram a sua prática e suas metodologias. Continuaram a trabalhar com recursos didáticos específicos do Ensino Regular, próprios para crianças e adolescentes, utilizando os mesmos textos e a mesma linguagem num contexto diferente.

É necessário, portanto, que se faça uma reflexão sobre a prática metodológica do docente, associada à utilização dos recursos didáticos e a efetivação da aprendizagem do discente para garantir a elevação da qualidade da educação na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

MARCO TEÓRICO

Na sua tese de doutorado, Mello (2010) fundamenta-se em Bittecourt (2008), sua orientadora, para abordar a história dos recursos didáticos, dando ênfase à Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Ele apresenta o livro didático como objeto multidimensional e complexo, pois, através de sua forma e conteúdos dissemina ideologias e concepções de educação para esse público. O próprio recurso apresenta um currículo para a EJA, com métodos de ensino e aprendizagem, contemplando as especificidades destes discentes. Desta forma, fica claro que o olhar e a postura frente a este público devem ser coerentes à sua realidade e ao seu contexto. Isso porque o jovem, o adulto e o idoso apresentam características próprias, que são resultados de suas vivências, de suas experiências. A postura do educador frente à realidade destes discentes poderá assegurar o seu interesse e a sua continuidade nos estudos.

Na revista Educação e Pesquisa, Travasso & Giusti (2010), em seu artigo, apresentam o idoso como referência de atenção. Segundo as autoras, o processo de envelhecimento ainda sofre com o preconceito social. Elas afirmam que o idoso não é bem assistido em suas necessidades. Dessa forma, apresentam algumas perspectivas a respeito da ampliação no número de idosos na sociedade atual, dos preconceitos relacionados ao envelhecimento e da luta pelos direitos do cidadão idoso. Nesse sentido, elas focam a importância do papel do educador no intuito de reverter a obscuridade a que é submetida a pessoa idosa, tanto no âmbito social quanto no educacional.

Para elas, o educador dispõe de grande influência na sociedade para lutar junto ao idoso pela garantia do cumprimento de seus direitos e pela atenção política à educação para os idosos.

No livro “Formação de professores para educação de jovens e adultos”, Lima (2006) apresenta um resultado de cinco anos de pesquisa e trabalho com jovens e adultos em processo de alfabetização. O autor ressalta a dívida social

que o Brasil tem com milhões de brasileiro sem a oportunidade de galgar novos degraus e explorar novos horizontes em sua vida em consequência da falta de políticas pública com vista ao público da EJA. Ele sugere caminhos para o educador avançar com seus alunos, para, além de formá-los em conhecimento, formá-los também cidadãos do mundo; cidadãos autônomos e agentes ativos, construtores de sua própria história.

No livro Formação de professores: prática, história e cultura, Frederico & Auxiliadora (2006), no primeiro capítulo, intitulado “A Formação Continuada de Professores da/para a Educação de Jovens e Adultos: uma releitura do Silêncio, Vazios e Lacunas Institucionais no Estado de Alagoas”, página 13, apresentam uma crítica ao olhar do Estado para a EJA. Ressaltam o trabalho da Educação de Jovens e Adultos como resultado de um olhar curioso, embasado no senso comum e na sensibilidade cristã, ausente de cientificidade e convicção política. Afirmam que as bases da EJA são frágeis e, portanto, não garantem um resultado eficiente na formação desses alunos. Nesse sentido, o docente deve compreender sua importância neste contexto e avançar em formação, pois ele se constituirá, assim, uma grande força com bases científicas e práticas, necessárias atualmente na Educação de Jovens e Adultos.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

LOCAL DE INVESTIGAÇÃO:

O Município de Eunápolis está localizado na região do Extremo Sul da Bahia - Brasil. Faz parte da Costa do Descobrimento. Possui uma área total de 1.425,968 Km², com topografia de planície. De acordo com o censo de 2010, o município de Eunápolis consta de 100.196 mil habitantes, sendo 49.396 de homens e 50.800 de mulheres.

TIPO DE INVESTIGAÇÃO:

É uma pesquisa de **caráter descritivo**, com enfoque qualitativo. Seu objetivo principal é indagar a influência dos recursos didáticos docentes na aprendizagem dos estudantes Jovens e Adultos. A investigação se dará através da coleta de dados, por questionário; de rendimento escolar, pela análise da ata de rendimento escolar e da proposta curricular da EJA. Os questionários serão elaborados de forma fechada e, assim, a metodologia será qualitativa e quantitativa.

Este tipo questionário facilitará a tabulação, proporcionando qualidade na exploração das informações, que será aplicado aos docentes e aos da Modalidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA da Escola Modelo Municipal Antônio Batista, no município de Eunápolis.

PARADIGMA:

Nesta pesquisa temos um paradigma de caráter interpretativo. Porque, “é um conjunto de ações que nos

permite entender a realidade sem afetar ao contexto. Sendo que nos ajuda filtrar a percepção e interpretação da realidade”. (González, Fernández & Barros, 2013).

POPULAÇÃO, AMOSTRA:

População e Amostra - A sede do Município de Eunápolis, “universo da pesquisa” consta de sete (7) escolas do Ensino Fundamental, que oferecem aulas no turno noturno para alunos jovens e adultos. Apenas uma escola participará desta pesquisa, pois ela é a maior, dispo de oito (8) turmas da EJA, totalizando 284 alunos e 14 professores. Para atender este público, a escola dispõe de um Diretor Geral, um Diretor Administrativo, um Diretor Pedagógico, um Coordenador Pedagógico, de uma Secretária e duas auxiliares de Secretaria. Vale ressaltar, que os diretores e vice trabalham os turnos diurno e noturno. Portanto, para atender a EJA, é feito um revezamento da presença deles. Desta forma, sempre há um ou dois funcionários da Direção presente(s) com o Coordenador Pedagógico à noite.

A amostra de professores que responderão ao questionário representa o mesmo tamanho da população, que são 14. Portanto, quatorze (14) professores participarão da pesquisa.

O Tamanho da população de estudante da EJA é de 284. A mostra será composta de 163 estudantes, conforme fórmula. Portanto, a seleção da amostra de alunos se construirá de forma **intencional**. Neste caso, para coleta de informações com relação ao rendimento escolar dos discentes da mostra, a secretaria da escola será visitada para acesso aos documentos e registros das notas e médias anuais.

TÉCNICA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS:

A pesquisa será realizada na Escola Modelo Municipal Antônio Batista, situada no Bairro Juca Rosa, na periferia da cidade. A escola é composta de 1.830 alunos, mais de 200 funcionários, incluindo gestores, professores e funcionários de apoio. A coleta de dados efetivar-se-á a partir da análise de documentos que apontem o rendimento escolar dos discentes da EJA no ano letivo 2016.1, da proposta curricular para a EJA na secretaria da escola.

Será utilizado um questionário aos professores como uma ferramenta de pesquisa, afim de coletar informações importantes que contribuirão com os resultados desta pesquisa, por meio dos dados estatísticos que elas produzirão.

VALIDADEZ:

Antes da aplicação do questionário, será revisado por um grupo de especialistas na área, para que se garanta a efetiva clareza no que se busca pesquisar e a compreensão dos participantes, será selecionado um pequeno grupo,

compondo características similares às da amostragem, que receberá e responderá ao questionário, como prova piloto. Assim, após passado esse processo e observadas quaisquer deficiências, ele será validado para a sua aplicação final.

A pesquisa fundamenta-se no **paradigma interpretativo**, pois não carrega a intenção de intervir no ambiente de pesquisa. Esta investigação busca agregar conhecimentos novos aos pré-existentes, sem a pretensão de aplicar quaisquer resultados na prática, conforme explicam González, Fernández e Camargo (2013).

DE TRABALHO- PASSOS A SEGUIR DURANTE AS FASES:

1º fase: Selecionar a amostra;

2º fase: Confeccionar ou fazer os instrumentos e valida-los;

3º fase: Aplicar os instrumentos;

4º fase: Estudos dos dados;

5º fase: Análises e processamentos dos dados estabelecidos parâmetros de análise;

6º fase: Conclusão (recomendações e impacto).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bittencourt & Fernandes (2008). *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Brasil (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB N° 9.394/96*. Brasília.

Pierro, M. C & Graciano, M. (2003). *Educação de Jovens e Adultos no Brasil: informe apresentado à Oficina Regional da UNESCO para América Latina e Caribe*. Ação Educativa: São Paulo.

Fávero, O. (1984). *Referências sobre materiais didáticos para a educação popular: Perspectivas e Dilemas da Educação Popular*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Fávero, O. & Rivero, J. (1984). *Educação de Jovens e adultos na América Latina: direito e desafio de todos*. UNESCO, Fundação Santillana.

Frederico, N. & Auxiliadora, M. (2006). *A Formação Continuada de Professores da/para a Educação de Jovens e Adultos: uma releitura do Silêncio, Vazios e Lacunas Institucionais no Estado de Alagoas*. Maceió: Alagoas Ed. UFAL.

Haddad, S. (2007). *Por uma nova cultura na educação de jovens e adultos, um balanço de experiências de*

poder local. Anais da 30ª. Reunião Anual da Anped: Caxambu.

Lima, V. (2006). *Formação de professores para educação de jovens e adultos*. Ed. Vozes.

Mello, P. E. D. (2010). *Materiais Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos: História, formas e conteúdos*. Tese (doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

São Paulo.

Ministério da Educação e do Desporto (2008). *Secretaria de Educação Básica*. Guia PNLA: Brasília.

Ministério da Educação e do Desporto(2000). *Secretaria da Educação Fundamental. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 01.

Ministério da Educação (2014). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Guia dos Livros Didáticos do PNLD EJA / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão*. – Natal: EDUFRRN.

Paiva, V. P. (1983). *Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira*. São Paulo, Loyola.

Piletti, C. (2000). *Didática geral*. 23ª edição. São Paulo: Ática.

Schmitz, E. (1993). *Fundamentos da Didática*. 7ª ed. São Leopoldo: UNISINOS.

Silva, R. M. G. (2000) *Ensino de ciências e cidadania: fundamentos e abordagens*. Campinas: R. Vieira Gráfica e Ed Ltda.

Soares, L. J. G. (1999). *Processos de inclusão/exclusão na educação de jovens e adultos*. Presença Pedagógica, v.5 n.30.

Torres, R.M. (2002). *Aprendizaje a lo largo de toda la vida: un nuevo momento y una nueva oportunidad para el aprendizaje y la educación básica de las personas en el sur*. Buenos Aires: ASDI.

Travassos, D. & Giusti, G. (2010), *Formação de Educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programa de EJA*. Educação e Pesquisa. vol. 36 – nº 2. São Paulo.

Vygotsky, L. S (1989). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.

CRONOGRAMA TENTATIVO (SUJETO A LA APROBACIÓN DE INICIO DE TUTORÍA)

Actividad	Mes 1	Mes 2	Mes 3	Mes 4	Mes 5	Mes 6	Mes 7	Mes 8	Mes 9	Mes 10	Mes 11	Mes 12
Inicio de Tutoría	X											
Elaboração do projeto	X											
Elaboração do marco teórico	X	X	X									
Coleta de dados		X										
Análise dos dados coletados		X	X	X								
Redação texto			X	X								
APA - revisão				X								
Entrega de tesis				X								

Firma (assinatura) del alumno/a: _____

Nombre Completo del Tutor: JOSÉ ANTONIO TORRES GONZÁLEZ

Firma del tutor/a propuesto: _____

USO INTERNO DE DIRECCIÓN METODOLOGÍA

Pertinencia del tema	VºBº Dirección Metodología	Fecha de Aprobación

Apêndice B – Modelo do Questionário aplicado aos Professores



Universidad Autónoma de Asunción

Dirección de Investigación

Ficha Técnica de Proyecto de Tesis

QUESTIONÁRIO SEMI ESTRUTURADO

MESTRANDO: ANTONIO DIAS DOS SANTOS

TUTOR: Dr. JOSÉ ANTONIO TORRES GONZÁLEZ

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Prezado Professor (a) Doutor (a): _____.

Este formulário destina-se a primeira fase de validação do instrumento que será utilizado na coleta de dados em minha pesquisa de campo cujo tema é: “**Recursos didáticos docentes e a aprendizagem dos Jovens e Adultos da Escola Modelo Municipal Antônio Batista, em Eunápolis-BA- Brasil**” que tem como objetivo geral “Analisar a influência dos recursos didáticos docentes sobre a aprendizagem dos alunos Jovens e Adultos”. Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas, além da clareza na construção dessas mesmas questões. Caso jogue necessário fique à vontade para sugerir melhorias nas questões formuladas bem como sugerir novas questões.

As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinadas com (x) se houver, ou não, coerência entre perguntas, opções de respostas e objetivos. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna (?) descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou no verso da folha. Sem mais para o momento, antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Por favor, preencher os dados abaixo, após a análise das questões.

DADOS DO AVALIADOR (A) PROFESSOR (A) DOUTOR (A)

NOME COMPLETO: _____

FORMAÇÃO: Dra. _____

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: _____

ASSINATURA DO AVALIADOR

Instrumento: QUESTIONÁRIO

Quadro para registro das observações do questionário

Caso haja questões que gerem dúvidas, descrever, se possível, no verso da folha

Objetivos da Pesquisa	Questões	Coerência			Clareza		
		SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
<p>Estabelecer relação entre a proposta curricular para a modalidade de ensino EJA e os recursos didáticos utilizados pelos docentes.</p> <p>Estabelecer relação entre as práticas metodológicas docentes e a proposta dos recursos didáticos EJA.</p>	01						
	02						
	03						
	04						
	05						
	06						
	07						
	08						
	09						
	10						
	11						
	12						
	13						

Assinatura do avaliador (a)

Questionário para o professor

OBJETIVOS DA PESQUISA	PERGUNTAS REFERENTES AOS OBJETIVOS
<p>Estabelecer relação entre a proposta curricular para a modalidade de ensino EJA e os recursos didáticos utilizados pelos docentes.</p> <p>Estabelecer relação entre as práticas metodológicas docentes e a proposta dos recursos didáticos EJA.</p>	<p>1- A sua escola possui um Projeto Político Pedagógico, PPP? A) () Sim B) () Não C) () Está em construção D) () Não sei Justifique sua resposta: _____</p> <p>2- Em caso de resposta positiva na questão anterior, você acessa este documento? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p> <p>3- O PPP da sua escola contempla o ensino EJA – Educação de Jovens e Adultos, com uma proposta curricular específica para essa modalidade? A) () Sim B) () Não C) () Está em conclusão D) () Não sei Justifique sua resposta: _____</p> <p>4- As características do público da EJA têm relação com o fator tempo (idade, ocupação, período de afastamento da escola)? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p> <p>5- Tendo em vista a idade, o trabalho, o tempo de afastamento da escola e o seu cotidiano, o discente da EJA necessita de atenção e de metodologias adequadas à essa Modalidade? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p> <p>6- As metodologias utilizadas na Modalidade de Ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos) apresentam características próprias, diferentes do ensino regular? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p> <p>7- Você acredita que as suas metodologias contemplam as necessidades dos estudantes da modalidade EJA? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p>

	<p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>8- Além de metodologias e de práticas pedagógicas, os recursos didático também devem ser apropriados ao educando da EJA?</p> <p>A) () Sempre B) () Muitas vezes C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>9- A sua escola oferece recursos didáticos docentes próprios para a Modalidade EJA?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>10- Você utiliza os recursos didáticos docentes da EJA na sua prática pedagógica?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>11- Você já utilizou outros recursos didáticos com o público EJA que não fossem próprios para essa Modalidade?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>12- Os recursos didáticos podem influenciar na aprendizagem e, por consequência, no rendimento escolar do educando?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>13- Você acredita que um planejamento bem elaborado, sob uma postura reflexiva e consciente, pode contribuir para a melhor utilização dos recursos disponíveis?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p>
--	---

Instrumento:	OBSERVAÇÃO
---------------------	-------------------

Objetivo geral: Analisar a influência dos recursos didáticos docentes sobre a aprendizagem dos alunos Jovens e Adultos.

Objetivos específicos a serem alcançados:

1. Determinar quais recursos didáticos (metodologia didática, material bibliográfico) estão sendo utilizados na Escola Modelo Municipal Antônio Batista.
2. Identificar os recursos didáticos oficiais e extra-oficiais trabalhados pelos docentes com os alunos Jovens e Adultos, por meio de entrevista.
3. Analisar os dados documentais sobre o rendimento escolar dos alunos da EJA, referentes ao ano letivo de 2016/1, coletados na secretaria da Escola Modelo Municipal Antônio Batista dados.

Aspectos a serem observados

1. Tipos, disponibilidade e utilização de recursos didáticos para o docente da EJA.

1.1 Oferta de recursos didáticos para o docente da EJA

- () inexistência de recursos didáticos específicos para o público da modalidade de ensino EJA.
- () precariedade de recursos didáticos específicos para o público da modalidade de ensino EJA.
- () aguardando a chegada de recursos didáticos específicos para o público da EJA.
- () há disponibilidade de recursos didáticos específicos para o público da EJA.

1.2 Tipos de recursos didáticos a escola oferece ao professor da EJA.

- () material bibliográfico impresso, específico para a EJA.
- () material bibliográfico impresso, específico para a EJA, associado à metodologia adequada.
- () material bibliográfico impresso, específico para a EJA e recursos tecnológicos.
- () material bibliográfico impresso, específico para a EJA, associado à metodologia adequada e recursos tecnológicos.
- () a escola não oferece nenhum tipo de recurso didático específico para a EJA.

2. Recursos didáticos, variados, utilizados pelo docente que não são oferecidos pela escola.

2.1 Utilização de recursos didáticos diversos, selecionados pelo professor.

- () inexistência de recursos didáticos, variados, selecionados e utilizados pelo professor.
- () poucos recursos didáticos, variados, selecionados e utilizados pelo professor.
- () muitos recursos didáticos, variados, selecionados e utilizados pelo professor.
- () utiliza apenas recursos didáticos, variados, selecionados pelo professor.

2.2 Tipos de recursos didáticos, variados, selecionados e utilizados pelo docente da EJA.

- () material bibliográfico impresso do ensino regular e/ou específico para EJA, oriundas de outras instituições de ensino..

- () recursos audiovisuais, recursos tecnológicos, variados e/ou específicos para a EJA.
- () recursos didáticos variados, incluindo material bibliográfico do ensino regular e da EJA, além de recursos audiovisuais e recursos tecnológicos diversos.

3. Análise de documentos

- 3.1 Analisar se o Projeto Político Pedagógico da escola contempla a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos.
- 3.2 Analisar se a proposta curricular da EJA discorre sobre os recursos didáticos com especificidade para esta modalidade de ensino.
- 3.3 Analisar a ata de resultados finais da EJA, referente ao ano letivo de 2016.1, analisar o relatório do conselho de classe e os diários de frequência do mesmo ano.

Apêndice C – Questionário validado pela Dr^a. Daniela Ruiz Diaz



Universidad Autónoma de Asunción

Dirección de Investigación

Ficha Técnica de Proyecto de Tesis

QUESTIONÁRIO SEMI ESTRUTURADO

MESTRANDO: ANTONIO DIAS DOS SANTOS
TUTOR: Dr. JOSÉ ANTONIO TORRES GONZÁLEZ

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Prezado Professor (a) Doutor (a): Daniela Ruiz – Díaz M.

Este formulário destina-se a primeira fase de validação do instrumento que será utilizado na coleta de dados em minha pesquisa de campo cujo tema é: “**Recursos didáticos docentes e a aprendizagem dos Jovens e Adultos da Escola Modelo Municipal Antônio Batista, em Eunápolis-BA- Brasil**” que tem como objetivo geral “**Analisar a influência dos recursos didáticos docentes sobre a aprendizagem dos alunos Jovens e Adultos**”. Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há **adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da **clareza na construção** dessas mesmas questões. Caso jogue necessário fique à vontade para sugerir melhorias nas questões formuladas bem como sugerir novas questões.

As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinadas com **(x)** se houver, ou não, coerência entre **perguntas, opções de respostas e objetivos**. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna **(?)** descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou no verso da folha. Sem mais para o momento, antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Por favor, preencher os dados abaixo, após a análise das questões.

DADOS DO AVALIADOR (A) PROFESSOR (A) DOUTOR (A)

NOME COMPLETO: Daniela Ruiz Díaz Morales

FORMAÇÃO: Dra. Em Psicologia Master em Educación

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Universidad Autónoma de Asunción; Universidad Nacional de Asunción; Universidad Americana

ASSINATURA DO AVALIADOR

Instrumento: QUESTIONÁRIO

Quadro para registro das observações do questionário

Caso haja questões que gerem dúvidas, descrever, se possível, no verso da folha

Objetivos da Pesquisa	Questões	Coerência			Clareza		
		SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
<p>Estabelecer relação entre a proposta curricular para a modalidade de ensino EJA e os recursos didáticos utilizados pelos docentes.</p> <p>Estabelecer relação entre as práticas metodológicas docentes e a proposta dos recursos didáticos EJA.</p>	01	X			X		
	02	X			X		
	03	X			X		
	04	X			X		
	05	X			X		
	06	X			X		
	07	X			X		
	08	X			X		
	09	X			X		
	10	X			X		
	11	X			X		
	12	X			X		
	13	X			X		

Assinatura do avaliador (a)

Questionário para o professor

OBJETIVOS DA PESQUISA	PERGUNTAS REFERENTES AOS OBJETIVOS
<p>Estabelecer relação entre a proposta curricular para a modalidade de ensino EJA e os recursos didáticos utilizados pelos docentes.</p> <p>Estabelecer relação entre as práticas metodológicas docentes e a proposta dos recursos didáticos EJA.</p>	<p>1- A sua escola possui um Projeto Político Pedagógico, PPP? A) () Sim B) () Não C) () Está em construção D) () Não sei Justifique sua resposta: _____</p> <p>2- Em caso de resposta positiva na questão anterior, você acessa este documento? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p> <p>3- O PPP da sua escola contempla o ensino EJA – Educação de Jovens e Adultos, com uma proposta curricular específica para essa modalidade? A) () Sim B) () Não C) () Está em conclusão D) () Não sei Justifique sua resposta: _____</p> <p>4- As características do público da EJA têm relação com o fator tempo (idade, ocupação, período de afastamento da escola)? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p> <p>5- Tendo em vista a idade, o trabalho, o tempo de afastamento da escola e o seu cotidiano, o discente da EJA necessita de atenção e de metodologias adequadas à essa Modalidade? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p> <p>6- As metodologias utilizadas na Modalidade de Ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos) apresentam características próprias, diferentes do ensino regular? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p> <p>7- Você acredita que as suas metodologias contemplam as necessidades dos estudantes da modalidade EJA? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes</p>

	<p>D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>8- Além de metodologias e de práticas pedagógicas, os recursos didático também devem ser apropriados ao educando da EJA?</p> <p>A) () Sempre B) () Muitas vezes C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>9- A sua escola oferece recursos didáticos docentes próprios para a Modalidade EJA?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>10- Você utiliza os recursos didáticos docentes da EJA na sua prática pedagógica?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>11- Você já utilizou outros recursos didáticos com o público EJA que não fossem próprios para essa Modalidade?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>12- Os recursos didáticos podem influenciar na aprendizagem e, por consequência, no rendimento escolar do educando?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>13- Você acredita que um planejamento bem elaborado, sob uma postura reflexiva e consciente, pode contribuir para a melhor utilização dos recursos disponíveis?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p>
--	---

Instrumento:	OBSERVAÇÃO
---------------------	-------------------

Objetivo geral: Analisar a influência dos recursos didáticos docentes sobre a aprendizagem dos alunos Jovens e Adultos.

Objetivos específicos a serem alcançados:

1. Determinar quais recursos didáticos (metodologia didática, material bibliográfico) estão sendo utilizados na Escola Modelo Municipal Antônio Batista.
2. Identificar os recursos didáticos oficiais e extra-oficiais trabalhados pelos docentes com os alunos Jovens e Adultos, por meio de entrevista.
3. Coletar na secretaria da Escola Modelo Municipal Antônio Batista dados documentais sobre o rendimento escolar dos alunos da EJA, referentes ao ano letivo de 2016/1.

Aspectos a serem observados

1. Tipos, disponibilidade e utilização de recursos didáticos para o docente da EJA.

1.1 Oferta de recursos didáticos para o docente da EJA

- inexistência de recursos didáticos específicos para o público da modalidade de ensino EJA.
- precariedade de recursos didáticos específicos para o público da modalidade de ensino EJA.
- aguardando a chegada de recursos didáticos específicos para o público da EJA.
- há disponibilidade de recursos didáticos específicos para o público da EJA.

1.2 Tipos de recursos didáticos a escola oferece ao professor da EJA.

- material bibliográfico impresso, específico para a EJA.
- material bibliográfico impresso, específico para a EJA, associado à metodologia adequada.
- material bibliográfico impresso, específico para a EJA e recursos tecnológicos.
- material bibliográfico impresso, específico para a EJA, associado à metodologia adequada e recursos tecnológicos.
- a escola não oferece nenhum tipo de recurso didático específico para a EJA.

2. Recursos didáticos, variados, utilizados pelo docente que não são oferecidos pela escola.

2.1 Utilização de recursos didáticos diversos, selecionados pelo professor.

- inexistência de recursos didáticos, variados, selecionados e utilizados pelo professor.
- poucos recursos didáticos, variados, selecionados e utilizados pelo professor.
- muitos recursos didáticos, variados, selecionados e utilizados pelo professor.
- utiliza apenas recursos didáticos, variados, selecionados pelo professor.

2.2 Tipos de recursos didáticos, variados, selecionados e utilizados pelo docente da EJA.

- material bibliográfico impresso do ensino regular e/ou específico para EJA, oriundas de outras instituições de ensino..
- recursos audiovisuais, recursos tecnológicos, variados e/ou específicos para a EJA.
- recursos didáticos variados, incluindo material bibliográfico do ensino regular e da EJA, além de recursos audiovisuais e recursos tecnológicos diversos.

material bibliográfico impresso do ensino regular e/ou específico para EJA, oriundas de outras instituições de ensino..

recursos audiovisuais, recursos tecnológicos, variados e/ou específicos para a EJA.

recursos didáticos variados, incluindo material bibliográfico do ensino regular e da EJA, além de recursos audiovisuais e recursos tecnológicos diversos.

3. Análise de documentos

3.1 Analisar se o Projeto Político Pedagógico da escola contempla a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos.

3.2 Analisar se a proposta curricular da EJA discorre sobre os recursos didáticos com especificidade para esta modalidade de ensino.

3.3 Analisar a ata de resultados finais da EJA, referente ao ano letivo de 2016.1, analisar o relatório do conselho de classe e os diários de frequência do mesmo ano.



Assinatura do avaliador (a)

Apêndice D – Questionário validado pela Dr. Carlos Roberto Rocha da Silva



Universidad Autónoma de Asunción

Dirección de Investigación

Ficha Técnica de Proyecto de Tesis

QUESTIONÁRIO SEMI ESTRUTURADO

MESTRANDO: ANTONIO DIAS DOS SANTOS

TUTOR: Dr. JOSÉ ANTONIO TORRES GONZÁLEZ

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Prezado Professor (a) Doutor (a): **Carlos Roberto Rocha da Silva**

Este formulário destina-se a primeira fase de validação do instrumento que será utilizado na coleta de dados em minha pesquisa de campo cujo tema é: “**Recursos didáticos docentes e a aprendizagem dos Jovens e Adultos da Escola Modelo Municipal Antônio Batista, em Eunápolis-BA- Brasil**” que tem como objetivo geral “**Analisar a influência dos recursos didáticos docentes sobre a aprendizagem dos alunos Jovens e Adultos**”. Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há **adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da **clareza na construção** dessas mesmas questões. Caso jugue necessário fique à vontade para sugerir melhorias nas questões formuladas bem como sugerir novas questões.

As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinadas com (x) se houver, ou não, coerência entre **perguntas, opções de respostas e objetivos**. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna (?) descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou no verso da folha. Sem mais para o momento, antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Por favor, preencher os dados abaixo, após a análise das questões.

DADOS DO AVALIADOR (A) PROFESSOR (A) DOUTOR (A)

NOME COMPLETO: **Carlos Roberto Rocha da Silva**

FORMAÇÃO: **Licenciado em Ciências com Habilitação em Matemática pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia(1987), Pós-Graduação em Matemática pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2003), Mestre em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011); Doutor em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015).**

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.**

ASSINATURA DO AVALIADOR

Instrumento: **QUESTIONÁRIO**

Quadro para registro das observações do questionário

Caso haja questões que gerem dúvidas, descrever, se possível, no verso da folha

Objetivos da Pesquisa	Questões	Coerência			Clareza		
		SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
<p>Estabelecer relação entre a proposta curricular para a modalidade de ensino EJA e os recursos didáticos utilizados pelos docentes.</p> <p>Estabelecer relação entre as práticas metodológicas docentes e a proposta dos recursos didáticos EJA.</p>	01	X			X		
	02	X			X		
	03	X			X		
	04	X			X		
	05	X			X		
	06	X			X		
	07	X			X		
	08	X			X		
	09	X			X		
	10	X			X		
	11	X			X		
	12	X			X		
	13	X			X		

Lucy

Questionário para o professor

OBJETIVOS DA PESQUISA	PERGUNTAS REFERENTES AOS OBJETIVOS
<p>Estabelecer relação entre a proposta curricular para a modalidade de ensino EJA e os recursos didáticos utilizados pelos docentes.</p> <p>Estabelecer relação entre as práticas metodológicas docentes e a proposta dos recursos didáticos EJA.</p>	<p>1- A sua escola possui um Projeto Político Pedagógico, PPP? A) () Sim B) () Não C) () Está em construção D) () Não sei Justifique sua resposta: _____</p> <p>2- Em caso de resposta positiva na questão anterior, você acessa este documento? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p> <p>3- O PPP da sua escola contempla o ensino EJA – Educação de Jovens e Adultos, com uma proposta curricular específica para essa modalidade? A) () Sim B) () Não C) () Está em conclusão D) () Não sei Justifique sua resposta: _____</p> <p>4- As características do público da EJA têm relação com o fator tempo (idade, ocupação, período de afastamento da escola)? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p> <p>5- Tendo em vista a idade, o trabalho, o tempo de afastamento da escola e o seu cotidiano, o discente da EJA necessita de atenção e de metodologias adequadas à essa Modalidade? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p> <p>6- As metodologias utilizadas na Modalidade de Ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos) apresentam características próprias, diferentes do ensino regular? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p> <p>7- Você acredita que as suas metodologias contemplam as necessidades dos estudantes da modalidade EJA? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p>



	<p>8- Além de metodologias e de práticas pedagógicas, os recursos didático também devem ser apropriados ao educando da EJA?</p> <p>A) () Sempre B) () Muitas vezes C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>9- A sua escola oferece recursos didáticos docentes próprios para a Modalidade EJA?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>10- Você utiliza os recursos didáticos docentes da EJA na sua prática pedagógica?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>11- Você já utilizou outros recursos didáticos com o público EJA que não fossem próprios para essa Modalidade?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>12- Os recursos didáticos podem influenciar na aprendizagem e, por consequência, no rendimento escolar do educando?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>13- Você acredita que um planejamento bem elaborado, sob uma postura reflexiva e consciente, pode contribuir para a melhor utilização dos recursos disponíveis?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p>
--	---

Carlos Roberto Rocha da Silva

Assinatura do avaliador (a)

Carla

Instrumento:	OBSERVAÇÃO
---------------------	-------------------

Objetivo geral: Analisar a influência dos recursos didáticos docentes sobre a aprendizagem dos alunos Jovens e Adultos.

Objetivos específicos a serem alcançados:

1. Determinar quais recursos didáticos (metodologia didática, material bibliográfico) estão sendo utilizados na Escola Modelo Municipal Antônio Batista.
2. Identificar os recursos didáticos oficiais e extra-oficiais trabalhados pelos docentes com os alunos Jovens e Adultos, por meio de entrevista.
3. Coletar na secretaria da Escola Modelo Municipal Antônio Batista dados documentais sobre o rendimento escolar dos alunos da EJA, referentes ao ano letivo de 2016/1.

Aspectos a serem observados

1. Tipos, disponibilidade e utilização de recursos didáticos para o docente da EJA.

1.1 Oferta de recursos didáticos para o docente da EJA

- inexistência de recursos didáticos específicos para o público da modalidade de ensino EJA.
- precariedade de recursos didáticos específicos para o público da modalidade de ensino EJA.
- aguardando a chegada de recursos didáticos específicos para o público da EJA.
- há disponibilidade de recursos didáticos específicos para o público da EJA.

1.2 Tipos de recursos didáticos a escola oferece ao professor da EJA.

- material bibliográfico impresso, específico para a EJA.
- material bibliográfico impresso, específico para a EJA, associado à metodologia adequada.
- material bibliográfico impresso, específico para a EJA e recursos tecnológicos.
- material bibliográfico impresso, específico para a EJA, associado à metodologia adequada e recursos tecnológicos.
- a escola não oferece nenhum tipo de recurso didático específico para a EJA.

2. Recursos didáticos, variados, utilizados pelo docente que não são oferecidos pela escola.

2.1 Utilização de recursos didáticos diversos, selecionados pelo professor.

- inexistência de recursos didáticos, variados, selecionados e utilizados pelo professor.
- poucos recursos didáticos, variados, selecionados e utilizados pelo professor.
- muitos recursos didáticos, variados, selecionados e utilizados pelo professor.
- utiliza apenas recursos didáticos, variados, selecionados pelo professor.

2.2 Tipos de recursos didáticos, variados, selecionados e utilizados pelo docente da EJA.

- material bibliográfico impresso do ensino regular e/ou específico para EJA, oriundas de outras instituições de ensino..
- recursos audiovisuais, recursos tecnológicos, variados e/ou específicos para a EJA.
- recursos didáticos variados, incluindo material bibliográfico do ensino regular e da EJA, além de recursos audiovisuais e recursos tecnológicos diversos.

3. Análise de documentos

- 3.1 Analisar se o Projeto Político Pedagógico da escola contempla a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos.
- 3.2 Analisar se a proposta curricular da EJA discorre sobre os recursos didáticos com especificidade

para esta modalidade de ensino.
3.3 Analisar a ata de resultados finais da EJA, referente ao ano letivo de 2016.1, analisar o relatório do conselho de classe e os diários de frequência do mesmo ano.



Assinatura do avaliador (a)

Apêndice E – Questionário validado pelo Dr. Davi de Oliveira Santana



Universidad Autónoma de Asunción

Dirección de Investigación

Ficha Técnica de Proyecto de Tesis

QUESTIONÁRIO SEMI ESTRUTURADO

MESTRANDO: ANTONIO DIAS DOS SANTOS

TUTOR: Dr. JOSÉ ANTONIO TORRES GONZÁLEZ

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Prezado Professor (a) Doutor (a): **Davi de Oliveira Santana**

Este formulário destina-se a primeira fase de validação do instrumento que será utilizado na coleta de dados em minha pesquisa de campo cujo tema é: “**Recursos didáticos docentes e a aprendizagem dos Jovens e Adultos da Escola Modelo Municipal Antônio Batista, em Eunápolis-BA- Brasil**” que tem como objetivo geral “**Analisar a influência dos recursos didáticos docentes sobre a aprendizagem dos alunos Jovens e Adultos**”. Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há **adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da **clareza na construção** dessas mesmas questões. Caso jugue necessário fique à vontade para sugerir melhorias nas questões formuladas bem como sugerir novas questões.

As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinadas com (x) se houver, ou não, coerência entre **perguntas, opções de respostas e objetivos**. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna (?) descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou no verso da folha. Sem mais para o momento, antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Por favor, preencher os dados abaixo, após a análise das questões.

DADOS DO AVALIADOR (A) PROFESSOR (A) DOUTOR (A)

NOME COMPLETO: **Davi de Oliveira Santana**

FORMAÇÃO: **Doutorado em Letras e Linguística**

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.**

Davi de Oliveira Santana

ASSINATURA DO AVALIADOR

Instrumento: QUESTIONÁRIO

Quadro para registro das observações do questionário

Caso haja questões que gerem dúvidas, descrever, se possível, no verso da folha

Objetivos da Pesquisa	Questões	Coerência			Clareza		
		SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
<p>Estabelecer relação entre a proposta curricular para a modalidade de ensino EJA e os recursos didáticos utilizados pelos docentes.</p> <p>Estabelecer relação entre as práticas metodológicas docentes e a proposta dos recursos didáticos EJA.</p>	01	✓			✓		
	02	✓			✓		
	03	✓			✓		
	04	✓			✓		
	05	✓			✓		
	06	✓			✓		
	07	✓			✓		
	08	✓			✓		
	09	✓			✓		
	10	✓			✓		
	11	✓			✓		
	12	✓			✓		
	13	✓			✓		

Questionário para o professor

OBJETIVOS DA PESQUISA	PERGUNTAS REFERENTES AOS OBJETIVOS
<p>Estabelecer relação entre a proposta curricular para a modalidade de ensino EJA e os recursos didáticos utilizados pelos docentes.</p> <p>Estabelecer relação entre as práticas metodológicas docentes e a proposta dos recursos didáticos EJA.</p>	<p>1- A sua escola possui um Projeto Político Pedagógico, PPP? A) () Sim B) () Não C) () Está em construção D) () Não sei Justifique sua resposta: _____</p> <p>2- Em caso de resposta positiva na questão anterior, você acessa este documento? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p> <p>3- O PPP da sua escola contempla o ensino EJA – Educação de Jovens e Adultos, com uma proposta curricular específica para essa modalidade? A) () Sim B) () Não C) () Está em conclusão D) () Não sei Justifique sua resposta: _____</p> <p>4- As características do público da EJA têm relação com o fator tempo (idade, ocupação, período de afastamento da escola)? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p> <p>5- Tendo em vista a idade, o trabalho, o tempo de afastamento da escola e o seu cotidiano, o discente da EJA necessita de atenção e de metodologias adequadas à essa Modalidade? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p> <p>6- As metodologias utilizadas na Modalidade de Ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos) apresentam características próprias, diferentes do ensino regular? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p> <p>7- Você acredita que as suas metodologias contemplam as necessidades dos estudantes da modalidade EJA? A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca Justifique sua resposta: _____</p>

	<p>8- Além de metodologias e de práticas pedagógicas, os recursos didático também devem ser apropriados ao educando da EJA?</p> <p>A) () Sempre B) () Muitas vezes C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>9- A sua escola oferece recursos didáticos docentes próprios para a Modalidade EJA?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>10- Você utiliza os recursos didáticos docentes da EJA na sua prática pedagógica?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>11- Você já utilizou outros recursos didáticos com o público EJA que não fossem próprios para essa Modalidade?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>12- Os recursos didáticos podem influenciar na aprendizagem e, por consequência, no rendimento escolar do educando?</p> <p>A) () Sempre</p> <p>B) () Quase sempre</p> <p>C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p> <p>13- Você acredita que um planejamento bem elaborado, sob uma postura reflexiva e consciente, pode contribuir para a melhor utilização dos recursos disponíveis?</p> <p>A) () Sempre B) () Quase sempre C) () Às vezes D) () Nunca</p> <p>Justifique sua resposta: _____</p>

Daí de Oliveira Santana

Assinatura do avaliador (a)

Instrumento: OBSERVAÇÃO

Objetivo geral: Analisar a influência dos recursos didáticos docentes sobre a aprendizagem dos alunos Jovens e Adultos.

Objetivos específicos a serem alcançados:

1. Determinar quais recursos didáticos (metodologia didática, material bibliográfico) estão sendo utilizados na Escola Modelo Municipal Antônio Batista.
2. Identificar os recursos didáticos oficiais e extra-oficiais trabalhados pelos docentes com os alunos Jovens e Adultos, por meio de entrevista.
3. Coletar na secretaria da Escola Modelo Municipal Antônio Batista dados documentais sobre o rendimento escolar dos alunos da EJA, referentes ao ano letivo de 2016/1.

Aspectos a serem observados

1. Tipos, disponibilidade e utilização de recursos didáticos para o docente da EJA.

1.1 Oferta de recursos didáticos para o docente da EJA

- inexistência de recursos didáticos específicos para o público da modalidade de ensino EJA.
- precariedade de recursos didáticos específicos para o público da modalidade de ensino EJA.
- aguardando a chegada de recursos didáticos específicos para o público da EJA.
- há disponibilidade de recursos didáticos específicos para o público da EJA.

1.2 Tipos de recursos didáticos a escola oferece ao professor da EJA.

- material bibliográfico impresso, específico para a EJA.
- material bibliográfico impresso, específico para a EJA, associado à metodologia adequada.
- material bibliográfico impresso, específico para a EJA e recursos tecnológicos.
- material bibliográfico impresso, específico para a EJA, associado à metodologia adequada e recursos tecnológicos.
- a escola não oferece nenhum tipo de recurso didático específico para a EJA.

2. Recursos didáticos, variados, utilizados pelo docente que não são oferecidos pela escola.

2.1 Utilização de recursos didáticos diversos, selecionados pelo professor.

- inexistência de recursos didáticos, variados, selecionados e utilizados pelo professor.
- poucos recursos didáticos, variados, selecionados e utilizados pelo professor.
- muitos recursos didáticos, variados, selecionados e utilizados pelo professor.
- utiliza apenas recursos didáticos, variados, selecionados pelo professor.

2.2 Tipos de recursos didáticos, variados, selecionados e utilizados pelo docente da EJA.

- material bibliográfico impresso do ensino regular e/ou específico para EJA, oriundas de outras instituições de ensino..
- recursos audiovisuais, recursos tecnológicos, variados e/ou específicos para a EJA.
- recursos didáticos variados, incluindo material bibliográfico do ensino regular e da EJA, além de recursos audiovisuais e recursos tecnológicos diversos.

3. Análise de documentos

3.1 Analisar se o Projeto Político Pedagógico da escola contempla a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos.

3.2 Analisar se a proposta curricular da EJA discorre sobre os recursos didáticos com especificidade

para esta modalidade de ensino.

3.3 Analisar a ata de resultados finais da EJA, referente ao ano letivo de 2016.1, analisar o relatório do conselho de classe e os diários de frequência do mesmo ano.

Dei de Oliveira Santana

Assinatura do avaliador (a)

Anexo A – Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Modelo Municipal Antonio
Batista



Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Escola Modelo Municipal Antônio Batista

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

SUMÁRIO

Apresentação.....	02 a 03
Referencial Teórico.....	03 a 06
Missão.....	06
Identificação.....	07
Diagnóstico do Rendimento Escolar.....	07
Estrutura Organizacional da Escola.....	10 a 12
Justificativa.....	12
Avaliação do Projeto Político Pedagógico.....	13 à 14
Perfil da Comunidade Escolar.....	14 à 16
Metas.....	16 à 18
Princípios Norteadores.....	19 a 23
Objetivos.....	23 a 26
Sistema de Avaliação da Aprendizagem.....	26 a 29
Processo de Recuperação e Promoção.....	29
Atividades Complementares.....	30
Referências.....	31

APRESENTAÇÃO

A educação no contexto da formação humana é norteada pela organização de valores, na construção de conhecimentos, habilidades e competências na conquista do progresso e do bem estar da sociedade. Assim, com as mudanças que vem acontecendo no mundo globalizado, neoliberal perpassando pela educação, faz-se necessário repensar o papel da Escola Modelo Municipal Antônio Batista na formação de cidadãos, e que tem como princípio básico o aluno como sujeito construtor do seu próprio saber. Portanto, é na interação com a pesquisa que resignificamos nossas ações e concepções para educar, humanizar, socializar valores de justiça, respeito e solidariedade, na expectativa de uma sociedade cidadã.

Para concretização das mudanças desenvolvidas no processo ensino/aprendizagem, se faz necessário a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola a ser desenvolvido contextualizando as áreas de linguagens, humanas e ciências da natureza propondo mudanças. Neste propósito é bom lembrar que a instituição de ensino traz no seu bojo os propostos (ou subprojetos) pedagógicos que serão desenvolvidos durante o ano letivo.

Em vista da necessidade de elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola voltado para concretização das metas estabelecidas, faz-se necessário nortear as práticas pedagógicas nas teorias da aprendizagem. Sendo que as teorias sugeridas para aplicabilidade dos processos metodológicos foram a **PEGAGOGIA CRÍTICA SOCIAL DOS CONTEÚDOS** e o **CONSTRUTIVISMO** por acreditar ser esta mais adequada para compreender a educação como prática social das experiências humanas historicamente acumuladas. Além disso, considera-se de suma importância, o manuseio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1996), do Regimento Comum das Escolas Municipais de Eunápolis, Regimento Escolar Interno, do Programa Curricular sugerido pela SMEC – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, das Revistas Pedagógicas e outros Referenciais Científicos e Literários para embasar as práticas desenvolvidas e assim, culminar o trabalho com resultados positivos.

No decorrer do ano letivo acredita-se que as deficiências apontadas durante a aplicação do PPP serão sanadas a partir do desenvolvimento das atividades e que o trabalho pedagógico possa ser avaliado através dos resultados que esperamos ser positivos contemplando uma educação atualizada, sintonizada com as mudanças contínuas e com a formação de profissionais capacitados.

Afinal a equipe da Escola Modelo Municipal Antônio Batista, está caminhando para esse novo olhar, possibilitando novos conhecimentos e novas oportunidades para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) vem estabelecer que os sistemas de ensino devam definir as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades. Essa nova forma de administrar a educação se dá à medida que as ações são pensadas, definidas e executadas de uma maneira coletiva, ou seja, com toda a comunidade escolar. Assim, o Projeto Político Pedagógico, torna-se um instrumento extremamente necessário. Na busca de uma democratização do espaço escolar, o PPP vem com a finalidade de organizar o trabalho pedagógico, juntamente com toda a comunidade escolar, apresentando-se como uma nova proposta de participação, democratização e qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Para Veiga (data), o Projeto Político Pedagógico, “trata-se de um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados”. Além disso, explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela, sendo assim, a valorização da identidade da instituição de ensino é uma convocação à responsabilidade dos agentes para com as normas internas e externas da comunidade escolar. “Esta ideia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser conhecido por todos os envolvidos, daí a importância de que seja uma elaboração participativa e democrática”. Segundo Ilma Passos (data), o objetivo do Projeto Político Pedagógico é que a escola deve ser concebida como espaço ativo e facilitador, capaz de converter os problemas cotidianos em objeto de conhecimento e oportunizar intercâmbios e parcerias com a comunidade onde está inserida. O trabalho coletivo, envolvendo todas as representações da comunidade escolar e local em todas as atividades desenvolvidas no espaço escolar, é a forma mais adequada para a escola consolidar a gestão democrática. Conforme declara FERREIRA, (2006), a gestão democrática se concretiza na prática de forma coletiva quando:

[...] se tomam decisões sobre todo o projeto político pedagógico, sobre as finalidades e objetivos do planejamento dos cursos, das disciplinas, dos planos de estudos, do elenco

disciplinar e os respectivos conteúdos, sobre as atividades dos professores e dos alunos necessárias para a sua consecução, sobre os ambientes de aprendizagem, recursos humanos, físicos e financeiros necessários, os tipos, modos e procedimentos de avaliação e o tempo para sua realização. É quando se organiza e se administra coletivamente todo esse processo [...] (p. 310).

O fato de a LDB assegurar a gestão democrática nas escolas públicas, não é a garantia que isso ocorra de acordo com o que é proposto para uma escola mais aberta e com uma gestão participativa nas decisões. Há ainda uma longa distância entre teoria e prática, ou seja, a lei existe, mas isso não quer dizer que a apropriação da mesma seja vivenciada, pois muitos gestores não conseguem assimilar a importância da implantação da gestão democrática na construção da educação libertadora e transformadora.

Sobre a gestão democrática, ALONSO (data) explicita que:

[...] é a forma não violenta que faz com que a comunidade educacional se capacite para levar a termo um projeto pedagógico de qualidade e possa também gerar “cidadãos ativos” que participem da sociedade como profissionais comprometidos e não se ausentem de ações organizadas que questionam a indivisibilidade do poder (p. 28 – 29).

Com as transformações aceleradas e as novas exigências da cidadania moderna, a educação necessita de uma agenda complexa e desafiadora. O desafio de tornar cidadãos críticos e inovadores se torna eminente, exigindo dos gestores uma postura democrática e disposição para romper com os velhos paradigmas. A gestão democrática é o indicador de que as decisões e as ações empreendidas no espaço escolar estão calcadas nos princípios da participação coletiva.

Todos os membros da comunidade escolar devem ser responsáveis pelo pleno desenvolvimento da aprendizagem. Como diz Paulo Freire (data), ninguém educa ninguém, mas todos nos educamos juntos. Apesar das falácias, limitações e deficiências, é na escola que as transformações poderão ser desencadeadas. Para isso, é preciso crer em uma nova escola pública que surgirá a partir de um processo participativo em que todos os envolvidos na educação se sintam sujeitos, comprometidos com a construção desta nova escola: única, produtiva, competente, crítica e prazerosa, que dê ao educando a visão do mundo e as possibilidades de transformá-lo.

A educação no contexto da formação humana é norteadada pela organização de valores, na construção de conhecimentos, habilidades e competências na conquista do progresso e do bem estar da sociedade.

Assim, com as mudanças que vem acontecendo no mundo globalizado, neoliberal perpassando pela educação, faz-se necessário repensar o papel da Escola Modelo Municipal Antonio Batista na formação de cidadãos, e que tem como princípio básico o aluno como sujeito construtor do seu próprio saber.

Para concretização das mudanças desenvolvidas no processo ensino - aprendizagem se faz necessário a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola a ser desenvolvido contextualizando as áreas de linguagens, humanas, matemática e ciências da natureza propondo mudanças. Neste propósito é bom lembrar que a instituição de ensino traz no seu bojo os propostos (ou subprojetos) pedagógicos que serão desenvolvidos durante o ano letivo. Em vista da necessidade de elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola voltado para concretização das metas estabelecidas, faz-se necessário nortear as práticas pedagógicas em uma das teorias da aprendizagem. Sendo que a teoria sugerida para aplicabilidade dos processos metodológicos foi a Pedagogia Crítico - Social dos Conteúdos, sendo que a inteligência está vinculada a criatividade, e busca a promoção da evolução do aluno através da aquisição do saber legitimado e sistematizado historicamente acumulado pelas experiencias humanas. Sendo assim a parceria com o Construtivismo será relevante, por esta se relacionar com a anterior, bem como a de Paulo Freire que se apoia nas duas anteriores.

No entanto, o manuseio dos documentos aqui sugeridos, são indispensáveis para a aplicabilidade das teorias científicas pedagógicas aqui sugeridas, a exemplo da LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1996), do Regimento Comum das Escolas Municipais de Eunápolis, Regimento Comum Escolar Interno, do Programa Curricular sugerido pela SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, das Revistas Pedagógicas e de Referenciais Científicos e Literários para embasar as práticas desenvolvidas e assim, culminar o trabalho com resultados positivos.

No decorrer do ano letivo acredita-se que as deficiências apontadas durante a aplicação do PPP serão sanadas a partir do desenvolvimento das atividades e que o trabalho pedagógico possa ser avaliado através dos resultados que esperamos ser positivos contemplando uma educação atualizada, sintonizada com as mudanças contínuas e com a formação de profissionais capacitados. Afinal a equipe da Escola Modelo Municipal Antonio Batista, está

caminhando para esse novo olhar, possibilitando novos conhecimentos e novas oportunidades para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

MISSÃO

Oportunizar ao educando a ser protagonista do processo de ensino aprendizagem permanente através da pesquisa, da interação, do diálogo, visando à transformação social comprometida com os valores éticos e a formação de cidadãos críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

VISÃO

Servir de referência na formação de cidadãos críticos, éticos e participativos.

VALORES

Ações permanentes de cidadania, respeito mútuo, solidariedade, compromisso, convivência com o outro e responsabilidade social.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

- 1 – Denominação:** Escola Modelo Municipal Antônio Batista
- 2 – Localização:** Rua do Aeroporto, S/N – Juca Rosa – Eunápolis – Bahia
- 3 – E-mail:** adm.emmab@outlook.com.br
- 4 – Inauguração:** 12/05/2012
- 5 – Situação Legal:**

- **Decreto de criação:** 3893 de 11 de maio de 2012
- **Classificação:** Escola de porte Especial Modelo

6 – Segmentos oferecidos:

- Ensino Fundamental de Nove Anos - Séries Iniciais
- Ensino Fundamental de Nove Anos – Séries Finais
- Educação de Jovens e Adultos

7 – Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Eunápolis

8 - Equipe Gestora

Diretora Geral: Dádiva Ferraz Costa

Diretora Administrativa: Cristiano Costa Freitas

Diretora Pedagógica: Ana Paula Wagmocher Damm

Vice-diretores:

- Jocélia dos Santos Lima
- Cláudia Filgueiras Westphal
- Deila Ferraz

HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS

Eunápolis nasceu com a construção da BR-5 (atual BR-101). Não se tem notícias de povoamento anterior, no local, à construção da rodovia que liga o Rio à Bahia, através do litoral. Sabe-se que um agrupamento de casas para abrigar os trabalhadores que abriam caminhos pelas densas árvores remanescentes da Mata Atlântica deu origem a um vilarejo conhecido por km 64 - hoje um bairro distante do centro de nome Gabiarra -, antes situado em território do município de Santa Cruz Cabrália, hoje sendo o menor distrito do próprio município de Eunápolis. O vilarejo cresceu bastante, chegando a ser conhecido, já com o topônimo de Eunápolis, como o maior povoado do mundo.

O nome da cidade é uma homenagem ao senhor Eunápio Peltier de Queiróz, secretário estadual de Viação e Obras públicas, responsável pela desapropriação das fazendas ao redor do núcleo de residências que se formava, doando-as para a formação do povoado. Tais terras eram divididas entre os

municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália Município criado com territórios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, por força da Lei Estadual de 12 de Maio de 1988.

MAIOR POVOADO DO MUNDO

No período de rápido progresso da década de 70, apareceu o slogan: Eunápolis “o maior povoado do mundo”. O ufanismo de sua gente e a vontade de ver sua terra crescer transformou a frase num slogan que todos passaram a pronunciar com orgulho. O povoado era notícia em revistas, jornais e TVs de estado até do país, como o povoado que mais crescia, como também por sua violência e invasões de terra. Tudo era grande, inclusive a estimativa da população que alguns calculavam entre 150 e 200, mas que na verdade não passava de 50 a 60 mil habitantes, mesmo assim, maior que a população de cada um dos dois municípios a que pertencia. Sua importância econômica era tão grande na micro-região, que a sede da prefeitura Municipal de Cabrália situava aqui, motivo pelo qual, as maiores instituições públicas e privadas, especialmente as de governo estadual e federal instalaram-se no respectivo povoado, considerado o maior do mundo, devido o seu número de habitantes e desenvolvimento econômico e situação geográfica estratégica.

EMANCIPAÇÃO

O povoado era formado por terras de Porto Seguro (20%) e Santa Cruz Cabrália (80%), isso depois da grande disputa entre as duas cidades. A divisão e a rivalidade atrapalharam bastante o processo de emancipação, pois Eunápolis era governado por dois administradores, um de Porto Seguro e outro de Santa Cruz Cabrália. Em 1962, Moisés Reis, através de um projeto apresentado a Câmara Municipal de Porto Seguro, onde era vereador, sugeriu a emancipação do povoado e o pedido foi recusado. Em 1975, foi à vez de o deputado federal Henrique Cardoso propor a emancipação. Foi organizada uma comissão popular, constituída por Expedito Otaviano, Dr. Benedito, entre outros. Em 1985, alguns políticos locais ficaram contra o plebiscito, impedindo a sua realização. Foi em 7 de fevereiro de 1988 que o plebiscito se tornou realidade, proposto pela comissão de emancipação e pelo então deputado estadual José Ramos Neto. Dr. José Ramos Neto chegando a Eunápolis com o documento de emancipação O projeto

de lei que propôs e garantiu a emancipação foi o de nº 5284/81, de autoria do deputado Carlos Araújo.

O plebiscito se tornou uma grande festa cívica, mobilizando todo o povoado, que ficou dividido. Alguns achavam que Eunápolis pararia de crescer e outros achavam que iria crescer mais rapidamente. Neste embate ficaram faltando votos para confirmar a emancipação, foi quando muitos eleitores favoráveis ao SIM, passaram a votar várias vezes, garantindo a emancipação. Em 12 de maio de 1988, o então governador do estado, Waldir Pires, assinou o decreto nº 4770 que emancipou oficialmente o povoado, confirmando a vitória da emancipação no plebiscito. Eunápolis passou então a ser uma cidade independente.

HISTÓRICO DO PATRONO DA ESCOLA

A Escola de Ensino Fundamental Modelo Municipal Antônio Batista, iniciou seu funcionamento no dia 12 de maio de 2012 e está situada à Rua do Aeroporto S/N, no Bairro Juca Rosa, na zona urbana do município de Eunápolis, no Estado da Bahia.

No intuito de levar por todos os ângulos o conhecimento necessário ao bom desenvolvimento do ser humano, o Prefeito José Robério de Oliveira na época, atendendo ao pedido e necessidade da comunidade, construiu a escola, que posteriormente recebeu o nome de seu pai Antônio Batista, antigo comerciante local que muito contribuiu com o desenvolvimento sócio – econômico do antigo povoado de Eunápolis na década de 1970. A mesma localiza-se na região periférica da cidade, um bairro de grande extensão populacional de aproximadamente 30 mil habitantes e que apresenta muitos problemas sociais a exemplo de prostituição, drogas, violência, dentre outros.

A instituição atende alunos da comunidade local e de bairros vizinhos, caracterizadas como áreas carentes sócio-estrutural, sendo que o alunado provem de famílias de baixo poder aquisitivo.

Atualmente, a equipe da Escola Modelo Municipal Antônio Batista, esforça para realizar um trabalho voltado para melhorar o processo ensino-aprendizagem e promover uma educação de qualidade para as crianças, jovens e adultos do contexto, os quais estão inseridos.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

“... E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão.”

(Paulo Freire)

NÍVEL DE ENSINO

- Educação Básica

MODALIDADES DE ENSINO OFERECIDAS PELA INSTITUIÇÃO

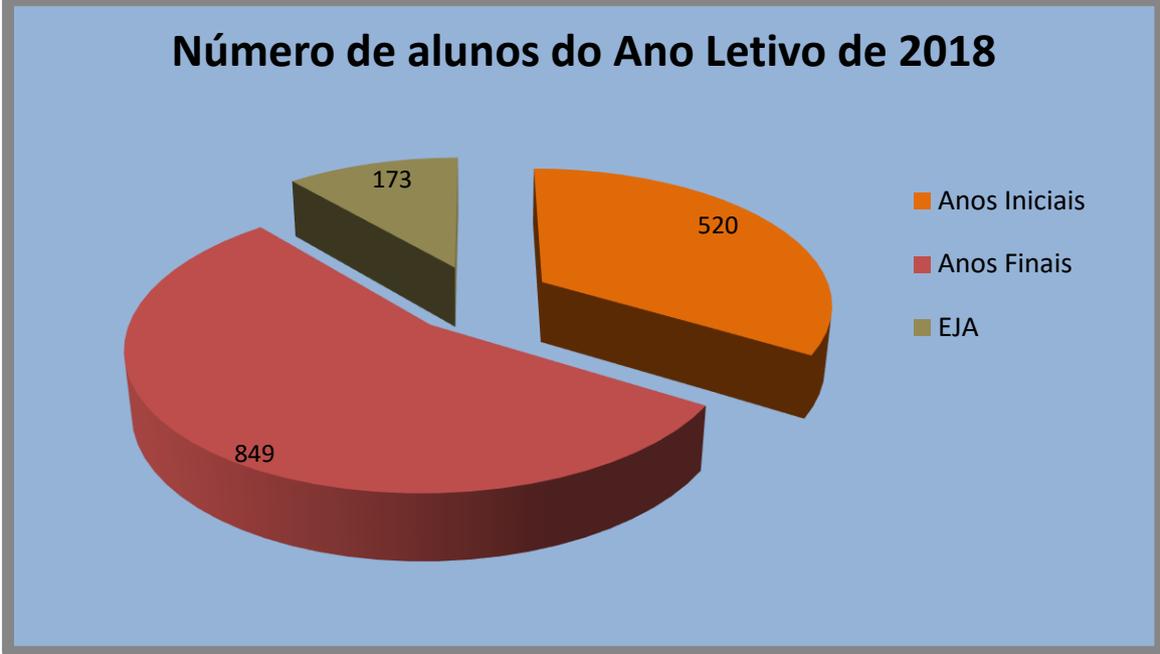
A Escola Modelo Municipal Antônio Batista, oferece à Comunidade Escolar as seguintes modalidades de ensino:

- Ensino Fundamental – Anos Iniciais;
- Ensino Fundamental – Anos Finais;
- Educação de Jovens e Adultos – EJA

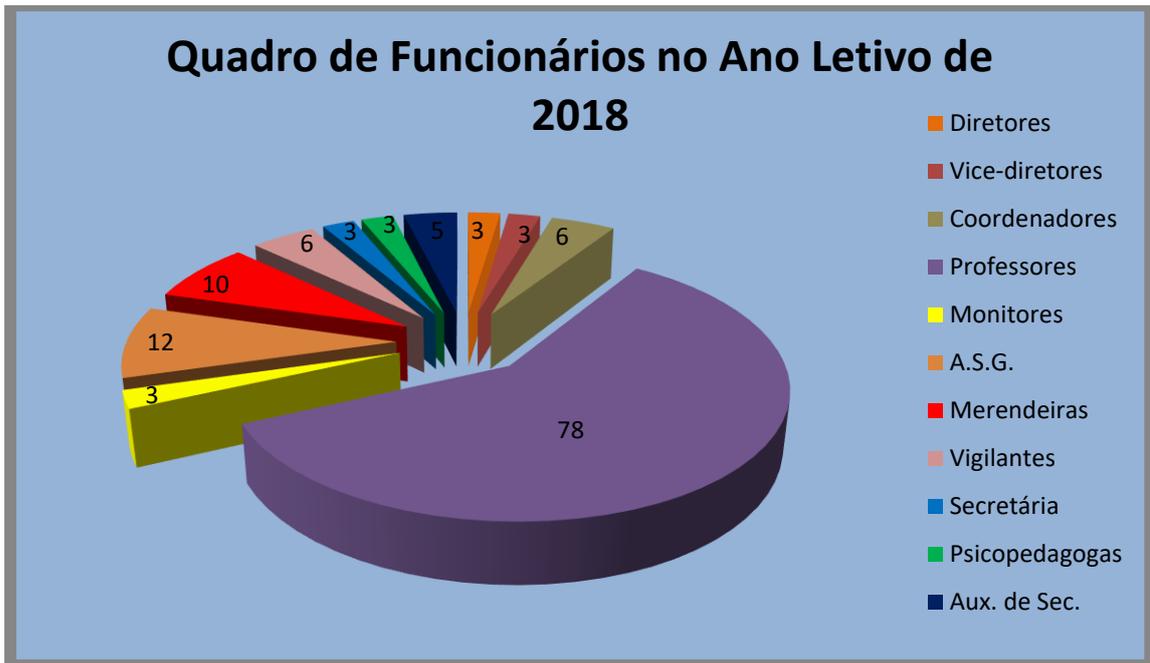
A escola é organizada em três turnos, com os seguintes horários de funcionamento:

- Matutino: 7:h00min às 11h30min h.
- Vespertino: 13h00min às 17h30min h.
- Noturno: 19h00min às 21h40min h.

Número de alunos por modalidade de Ensino:



QUADRO DE FUNCIONÁRIOS



JUSTIFICATIVA

A Proposta Político Pedagógica Escola Modelo Municipal Antônio Batista é o ponto de partida para que aconteçam novas reflexões, tomada de consciência dos problemas da escola, das possibilidades de solução, definição e efetivação das responsabilidades coletivas para eliminar ou atenuar as falhas detectadas a exemplo de evasão, repetência e transtornos sociais, sendo que a escola situa-se num contexto histórico sócio periférico.

No entanto, o envolvimento de toda a comunidade escolar é essencial para que sejam atingidos os objetivos aqui propostos, suprindo as necessidades da escola e de todos os sujeitos envolvidos no processo ensino aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade e assegurando o pleno desenvolvimento de aprendizagem do aluno e mudanças de atitudes comportamentais.

AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Ao tentar-se construir um paradigma crítico-humanista, ver-se que a avaliação não se faz isoladamente, mas, incorpora uma compreensão de como o desempenho da escola vem sendo conduzido. Acredita-se ser essencial, aqui, destacar o papel da escola em uma reflexão a cerca da avaliação do Projeto Político Pedagógico.

Neste resgate, a escola ganha à feição de um pólo decisório, autônomo, criativo, com uma gestão democrática e participativa. Prevê-se, aqui, “ouvir” a comunidade escolar em um movimento “de baixo para cima”. Nesse movimento, a especificidade de cada contexto escolar deverá ser considerada. O coletivo da escola tem um papel fundamental no processo de avaliação deste PPP e como está sendo conduzidas as dimensões contidas no mesmo.

Assim, a avaliação do Projeto Político Pedagógico realizar-se-á anualmente no período da Jornada Pedagógica da escola ou quando houver necessidade com a presença da comunidade escolar para análise do processo educativo e intervenções necessárias para aprimorar

o sucesso escolar. Nesse ano, em maio de 2018, realizou-se nesta instituição a avaliação institucional solicitada pela Secretaria Municipal de Educação de Eunápolis. Esta avaliação tem como propósito a revisão do Projeto Político Pedagógico da escola, e por isso foram realizadas algumas ações para torná-la possível:

- O grupo gestor convidou, de forma oral e escrita, pais, alunos e funcionários, para participarem do processo;
- Como orientado pela SMECE, cada sala ficou com uma dimensão e em todas havia representantes de pais, alunos, professores e funcionários desta unidade escolar. Em cada sala, houve um mediador e um auxiliar, para gerir o processo de estudar as nuances de cada dimensão e realizar a coleta de dados;
- Todo o processo de votação se deu num clima de tranquilidade e democracia, conforme o esperado;
- Depois de concluído o processo de estudo e votação, realizou-se a tabulação dos dados, conforme as orientações recebidas.
- Em um outro encontro, com toda a Comunidade Escolar, foi feita a análise das áreas de maior sensibilidade e traçadas metas e estratégias para se alcançar os objetivos da Instituição.

PERFIL DA COMUNIDADE ESCOLAR

Perfil do Aluno

A Escola Modelo Municipal Antônio Batista, apresenta uma clientela das seguintes características socioeconômicas e culturais:

Entre os nossos alunos destaca-se a figura feminina com um percentual bastante significativo matriculadas. No caso do sexo masculino o número de matrículas é maior no turno noturno.

A maioria dos alunos que freqüentam a nossa escola é afros descendentes, na faixa dos 06 aos 16 anos no ensino fundamental e até 50 anos na EJA – Educação de Jovens e Adultos

pertencentes às famílias de classe periférica. Em se tratando de nível de instrução dos pais observa-se o baixo, nível de escolaridade e que uma minoria concluiu o ensino médio. Já os nossos jovens no que diz respeito às suas aspirações e projetos de vida, muitos querem terminar o ensino médio e entrar numa faculdade pública como forma de melhorar seu nível de instrução ou para avançar numa promoção profissional, sem contar com a situação – problema de jovens alunos delinquentes que a escola convive e trabalha coletivamente para mudar esse quadro preocupante. Sendo assim, apontam que os alunos no aspecto social constituem dois grupos bem definidos: um primeiro grupo com sinais de cidadania, bom comportamento, cumpridores de seus deveres, não envolvidos com drogas, nem simpatizantes de algum tipo de preconceito ou bullying, porém, existe outro grupo de alunos que se encontram nesta zona de risco, e em muitos casos até com envolvimento com drogas lícitas e ilícitas.

Em relação aos aspectos familiares, alguns educandos não respeitam seus pais ou responsáveis, alguns por serem mesmo desobedientes e presunçosos e outros por quererem chamar atenção dos pais devido a problemas de ordem familiar interna e externa. É notório que os alunos mais problemáticos na escola são aqueles que não possuem uma boa estrutura familiar, e os problemas que surgem no âmbito familiar de uma forma ou de outra acaba por desencadear na escola de modo geral.

Percebe-se que uma boa parte dos pais, apesar da maioria ser analfabeta, detém o controle da situação, mesmo que eduquem com métodos tradicionais usando regras que seus antecedentes usaram em sua educação, outros pais apresentam um total despreparo para educarem seus filhos e por isso acabam jogando toda a responsabilidade de educar para a escola. Assim, há necessidade de se promover Ações Estratégicas e Metodológicas que contribuem efetivamente para ajudar o jovem estudante a melhorar o seu desempenho escolar e valores habituais para viver em sociedade.

No que se referem à aprendizagem, a escola tem trabalhado com projetos interdisciplinares, oficinas, jogos, palestras, recuperação paralela por conteúdo, no intuito de minimizar o índice de evasão, sobretudo na Educação de Jovens e Adultos, a repetência e a defasagem na aprendizagem e, sobretudo elevar o índice de rendimento escolar e de auto-estima, abrindo espaço a inclusão, a diversidade e a isonomia de justiça e igualdade.

A escola é favorecida com uma boa estrutura física, havendo espaço para estudar, brincar e dispor do tempo recreativo, contribuindo para o bem estar social e educativo do aluno e para o bom trabalho do profissional docente.

Observa-se também que muitos dos nossos estudantes jovens já trabalham para manter-se ou até mesmo ajudar a sua família, podem-se considerar Jovens Digitais, pois a maioria deles acessa internet nas suas mais variadas modalidades. Contudo apesar de freqüentarem a escola, na questão do aprendizado, deixa a desejar devido a sua família não possuir um nível de escolaridade para acompanhá-los, principalmente no incentivo à leitura. Além de não serem participativos e ativos no acompanhamento do desempenho escolar de seus filhos.

Perfil do Corpo Docente

O perfil do quadro do corpo docente da Escola Modelo Municipal Antonio Batista compreende profissionais com ou em formação acadêmica, inclusive com especialização em determinadas áreas do conhecimento, dentre eles há quem esteja fazendo mestrado.

Relacionado ao regime de trabalho apresenta-se de forma bastante eclética, a maioria dos professores lotados estão sob contrato temporário, isso tem debilitado o trabalho pedagógico como um todo, assim que o profissional toma conhecimento e se organiza pedagogicamente, encerra o seu contrato e politicamente outra pessoa é colocada em seu lugar, essa por sua vez entra sem percepção do processo de ensino e demora um pouco para alicerçar-se, é perceptível o quanto esse fato prejudica o alunado e também ao profissional. O triste é saber-se que essa situação não é um problema só desta Unidade mais uma realidade em todo o Brasil.

Apesar dos transtornos, que foram citados, ainda assim são visíveis os resultados alcançados pelos educadores que compõem o quadro docente da Unidade Escolar, aqui referida. Portanto, são profissionais que esforçam para ser atuantes e comprometidos no desempenho de seus afazeres além de demonstrarem imensa preocupação com a aprendizagem dos educandos que estão sob suas responsabilidades, pois têm como objetivo prepará-los para a vida social e do mundo do trabalho.

METAS

1. Integrar a Escola/ Família/ Comunidade:

- Atuação do colegiado escolar/ líderes de Classes
- Palestras
- Excursões
- Competições
- Oficinas pedagógicas
- Reivindicações administrativas
- Reuniões de pais e mestres

2. Reduzir o Índice de Evasão e Repetência:

- Aulas dinamizadas
- Programa curricular adequado
- Reuniões pedagógicas
- Reuniões de pais / mestres
- Planejamento de aula/ unidade
- Recuperação paralela
- Reforço escolar
- Avaliação processual/ diagnóstica/ contínua
- Atendimento Individual ao aluno
- Conselho de Classe
- Execução de dois projetos interdisciplinares bimestrais com ênfase na leitura e na

escrita:

- Visitas a biblioteca da escola
- Biblioteca Itinerante de gêneros literários

3. Conhecer o alunado:

- Vida social / cultura / econômica do aluno
- Faltas do aluno (motivo)
- Pais / responsáveis pelos alunos
- Alunos com Necessidades Especiais

4. Capacitar o corpo docente através da formação continuada em serviço:

- Palestras
- Leituras pedagógicas, inclusive das teorias científicas adotadas pela escola
- Reuniões pedagógicas e administrativas
- Trocas de experiências
- Análise situação-problema com sugestões positivas
- Análise de vídeos educativos
- Treinamentos em tecnologia educacional no laboratório de informática
- Cursos pedagógicos internos e externos.

5. Garantir os 200 dias letivos:

- Não dispensar o aluno por qualquer motivo.
- Tempo de aula integral
- Reposição de aulas não lecionadas

PRINCÍPIOS NORTEADORES

A Escola Modelo Municipal Antônio Batista, quer para os alunos, o que pais querem para os seus filhos. Que estudem a sério. Que tenham autonomia para aprender. Que tenham acesso às informações necessárias para o conhecimento, mas que, sobretudo saibam onde buscá-las, além da sala de aula, discerni-las, selecioná-las e aplicá-las na sua formação intelectual, profissional e de valores cidadãs. Que desenvolvam a capacidade da crítica construtiva, do convívio cooperativo e solidário, da responsabilidade para com sua vida, a vida dos outros e da preservação do meio em que vive. Portanto, que seja desenvolvida uma cidadania consciente que se expressa em participação ativa na melhoria da condição humana. Que a comunidade escolar adquira a sensibilidade necessária para perceber as potencialidades do homem, através do conhecimento científico-filosófico e das Leis do nosso sistema de ensino:

- Igualdade de condições de acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender e ensinar;
- Pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;
- Conhecimento do Regimento Comum Escolar;
- Conhecimento do Estatuto do Magistério Público do Município;
- Gestão democrática;
- Valorização de atividade extra-escolar;
- Garantia do padrão de qualidade;
- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e a sociedade;
- Conhecimento da LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96;
- Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais/1996 -1997;
- Inclusão da Lei Afro-descendente e Indígena no Programa Curricular (10.639/2003);
- Inclusão da Lei de alunos com Necessidades Especiais Educacionais (...);
- Conhecimento da ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.090/1990;
- Conhecimento do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003;
- Conhecimento da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010.

Função Social da Escola

A escola é um espaço organizado proposto para o ensino e a aprendizagem. Apesar das variantes funções da mesma em diferentes momentos da história, ela foi à instituição que a humanidade criou para a socialização dos saberes articulados. Durante muito tempo, não eram todas as classes sociais que tinham acesso à escola, somente a camada mais rica da população era privilegiada. A partir da proclamação da República, nas décadas de 20 e 30 à escola começou a se ampliar dando oportunidade às classes menos favorecidas, contemplando assim a classe dos trabalhadores e seus filhos começaram a ter acesso aos saberes sistematizados.

Ao longo dos anos, problemas de qualidade de ensino foram surgindo, e na busca da resolução desses, muito se tem questionado sobre a função social da escola. Segundo a LDB e a Constituição Federal, cabe à escola formar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de compreender a realidade em que vivem preparados para participar da vida econômica, social e política do país e aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

A função básica da escola é garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários à socialização do indivíduo. A escola, portanto, tem o compromisso social de ir além da simples transmissão do conhecimento sistematizado. Sendo assim, a Escola Modelo Municipal Antônio Batista ganha uma nova roupagem onde são considerados os quatro pilares da educação: aprender a conhecer aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Uma educação assim concebida indica uma função da escola voltada para a realização plena do ser humano.

Outro aspecto importante considerado por esta instituição de ensino no que se refere à formação da cidadania diz respeito à formação de determinados valores, atitudes e compromissos indispensáveis à vivência numa sociedade democrática, tais como solidariedade, cooperação, responsabilidade, respeito às diferenças culturais, étnicas e de sexo, repúdio a qualquer forma de discriminação e preconceito. É função social que a escola pode propiciar a formação destes valores – democracia e cidadania como valores constituídos. Entretanto, valores não podem ser ensinados, mas devem ser vivenciados. É preciso que a escola e os próprios professores dêem testemunhos desses valores que direcionem sua ação, fazendo da escola um ambiente de vivência e de valores democráticos. A comunidade é uma grande e importante aliada na construção da cidadania, escola e comunidade devem caminhar juntas. É no entorno da escola que as práticas serão exercidas, e os efeitos positivos desse trabalho serão exercidos na sociedade. Essa é a função da nossa instituição escolar.

Eixos Norteadores

- Aprender a conhecer - Adquirir os instrumentos da compreensão;
- Aprender a fazer - Saber agir sobre o meio envolvente;
- Aprender a conviver - Participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas;
- Aprender a ser - Essencial para a integração das três precedentes.

Concepções Pedagógicas

A escola Modelo Municipal Antônio Batista pretende desenvolver uma linha pedagógica via concepção da Pedagogia Sócio-Constructivista, a qual enfatiza a pedagogia libertária e a crítico-social dos conteúdos. A pedagogia libertária (relacionada á proposta de educação de Paulo Freire), essa tendência foi construída a partir dos trabalhos com educação popular tornando-se referencia para o processo de reflexão e críticas as práticas pedagógicas necessárias a ação educativa, favorecendo uma perspectiva dialética na educação. Ainda dentro da linha progressista, baseamo-nos também com o crítico-social dos conteúdos também preocupada com a formação e transformação social enriquecendo a compreensão da realidade histórica social local. As contribuições teóricas são fundamentais nos seguintes teóricos: Lev Vygotsky, Jean Piaget e Paulo Freire.

Tais teóricos concordam que o desenvolvimento e a aprendizagem não são resultados apenas do meio externo, nem somente das capacidades inatas do ser humano, mas fruto das interações homem-mundo. Por isso, pode-se dizer que Vygotsky, Piaget e Paulo Freire não são nem racionalistas/inatista, nem empirista, são interacionistas. Na verdade, o valor desses teóricos constructivistas está exatamente no fato de que suas idéias, por divergirem em alguns pontos, completam-se na totalidade, Piaget dá grandes contribuições sobre os aspectos cognitivos, Vygotsky contribui sobre os aspectos sócio-historico, assim como Paulo Freire por sua vez, nos chama atenção de como a educação é um processo de construção e reconstrução dos processos sociais, proporcionando uma consciência crítica dos diversos atores envolvidos neste universo educativo. E desta

maneira, procuramos fundamentar nossas concepções pedagógicas para trabalhar consciente com os nossos alunos.

O processo ensino - aprendizagem será direcionada através dos princípios teóricos-metodológicos das práticas docentes fundamentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, sendo assim, faz-se necessário definir o papel da escola na sociedade, sua visão e concepções de mundo, sociedade, homem e educação.

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) - Lei 9.394/96 aprovada em 20/12/96 no seu artigo 1º, “a educação abrange os “Processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”

Percebemos aí, que a educação não está restrita ao mundo da escola e que a educação deve ser o mundo todo, todas as experiências vividas ao longo da história de cada um e de cada grupo social. No entanto, no artigo 2º, a LDB – completa dizendo “ A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Conforme esses valores, equipe pedagógica, deve ser motivada e comprometida com seu objetivo maior: educar. O projeto educativo é um processo contínuo no qual a comunidade escolar discutem objetivos, conteúdos, estratégias e avaliação para nortear o funcionamento da instituição de ensino.

OBJETIVO GERAL

Contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a inclusão social e a construção de uma cultura de paz para a formação de cidadãos capazes de compreender os princípios que fundamentam a sociedade, de interferir na realidade e transformá-la;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E FINAIS

- Exercitar a prática democrática com a participação ampla e efetiva da sua comunidade nas dependências da escola;
- Valorizar o espaço público de trabalho coletivo;
- Cumprir com as normas necessárias ao bom andamento dos trabalhos propostos;
- Desenvolver a formação de valores, a partir da compreensão e apreensão de um princípio fundamental: o respeito;
- Desenvolver no educando a capacidade de aprender e a valorização do saber;
- Sensibilizar o aluno para as questões políticas e sociais contemporâneas, dentro e fora da escola, a fim de que possa atuar como sujeito consciente de seu papel perante a comunidade e amadurecer o raciocínio crítico;
- Sensibilizar o aluno para seu aperfeiçoamento pessoal e convivência social por meio de expressões diversas;
- Desenvolver no aluno a capacidade de trabalhar com conceitos científicos e literários;
- Promover a inclusão do aluno nas novas tecnologias científicas e de informação;
- Trabalhar com os alunos conteúdos que facilitem a construção de conceitos, procedimentos e atitudes, desenvolvendo sua autonomia para a continuidade dos seus estudos e para sua vivência pessoal e social;
- Valorizar diversas formas de expressão, por meio de eventos que permitam a manifestação criativa e multicultural da comunidade escolar;

- Fortalecer os vínculos com a família, os laços de solidariedade humana e a tolerância recíproca na convivência social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA A EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

- Possibilitar ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida e possibilitar uma aprendizagem fundamentada na sua realidade sócio-cultural, política e econômica;
- Oferecer a oportunidade de alcançar um padrão mínimo de qualidade de aprendizagem.
- Propiciar uma preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.
- Instigar a curiosidade, desenvolvendo a capacidade de fazer perguntas e de aprender;
- Desenvolver a autonomia intelectual e moral, assim como a capacidade de cooperação, respeito e solidariedade;
- Promover a construção de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas às diferentes áreas do conhecimento, garantindo o acesso aos saberes já construídos e a possibilidade de criação, desenvolvendo as capacidades expressivas, éticas, estéticas e de interação social;
- Proporcionar à participação em situações nas qual a consciência social vá sendo progressivamente formada, bem como construída a identidade individual;
- Garantir o envolvimento e a integração com o ambiente escolar, vivenciando uma socialização ativa e democrática, em diferentes práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- Desenvolver a capacidade de análise crítica e de síntese;
- Desenvolver a observação e capacidade de leitura de mundo (igualdades, diferenças, acontecimentos, inserção na sociedade);
- Desenvolver a capacidade de estabelecer relações interpessoais e a convivência social;
- Desenvolver as habilidades cognitivas necessárias: adaptar, transformar, reformular, transformar, ser crítico e consciente, refletir, sentir, captar e perceber;
- Desenvolver a autocrítica;

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Fundamentado na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 9.394/96, Título III, do processo de avaliação, Capítulo I, dos princípios:

Art. 76 – A avaliação tem um caráter investigativo, processual e cumulativo, buscando identificar as reais necessidades para o aprimoramento da qualidade da educação;

Parágrafo Único – Nos processos de avaliação os aspectos qualitativos prevalecem sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os resultados finais.

Neste contexto avaliativo a SMECE (Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte) sugere o quadro abaixo de instrumentos de rendimento (aspectos qualitativos sobre aos quantitativos) para a realização do processo avaliativo:

ASPECTOS QUALITATIVOS	
<p>Participação com desempenho nas competências e habilidades nas diversas áreas do conhecimento observando:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Escrita/ortografia ● Oralidade ● Compreensão textual ● Cálculos matemáticos ● Análise crítica ● Criatividade 	<p>04 Pontos</p> <p>Atividades didáticas pedagógicas pertinentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Questionamentos após a explicação do professor; ● Apresentações artísticas e culturais envolvendo gêneros literários: Mostras e exposições de trabalhos ● Pesquisas; ● Entrevistas ● Registros reflexivos ● Observações; ● Relatórios; ● Acompanhamento das atividades didáticas; ● Atividades/exercícios orais e

	<p>escritos através de consultas;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Questionários que requer comparação, semelhança ou diferença; ● Conhecimento da vida familiar e social do aluno; ● Atividades artísticas/teatro, dança, música, poema, etc. ● Atividades esportivas: campeonatos, gincanas e passeios na própria comunidade escolar ou em outra no mesmo município com autorização institucional. ● Trabalhos individuais e coletivos.
Responsabilidade (Valores).	01 Pontos
Frequência/Assiduidade (Atitudes).	01 Pontos
Total	06 Pontos

ASPECTOS QUANTITATIVOS	
Avaliação escrita I	02 Pontos
Avaliação escrita II	02 Pontos
Obs.: compreensão textual, desempenho da capacidade crítica, investigativa e autônoma do aluno.	Obs.: Com consulta ou sem consulta a referenciais didático-pedagógicas.

Total	04 Pontos

Diante desse contexto e fundamentado no Art. 76, Parágrafo Único do respectivo Regimento Unificado, a SMEC sugere que média de cada bimestre / unidade de estudos é o somatório da avaliação qualitativa 06 (seis) pontos e a avaliação quantitativa 04 (quatro) pontos, totalizando 10 (dez) pontos. O aluno que não obtiver 60% (sessenta por cento) dos objetivos propostos estará sujeito à recuperação paralela ou recuperação final.

Fonte: SMECE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

PROCESSO DE RECUPERAÇÃO E PROMOÇÃO

- O aluno será submetido à recuperação paralela durante o ano letivo quando não obtiver o rendimento esperado durante as atividades da unidade na sala de aula;
- Se o aluno não alcançar 6,0 (cinco) pontos na média final durante o ano letivo irá para o processo de recuperação final;
- Se o aluno não alcançar 6,0 (seis) pontos na média por unidade, mesmo passando pela recuperação paralela, o mesmo irá para o Conselho de Classe de unidade para conhecimento dos motivos que ocasionou o fracasso de seu rendimento escolar;
- Se o aluno não alcançar 6,0 (cinco) pontos na média do processo de recuperação final, a sua nota será anulada e o mesmo irá para o Conselho de Classe final;
- Serão considerados para a realização do processo de recuperação paralela de aprendizagem e final os mesmos instrumentos pedagógicos sugeridos no processo de avaliação deste PPP;

- Ter-se-à promovido e classificado para a série seguinte, o (a) aluno (a) com aproveitamento pleno, nas disciplinas da série cursada, considerando-se os componentes: qualitativa e quantitativa, bem como análise fundamentada no Regimento Comum das Escolas Municipais de Eunápolis e LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As AC's - Atividades Complementares são incluídas no horário de funcionamento escolar, obrigatórias e dever do professor, assegurada em leis, portarias e decretos, compreendendo horas aulas destinada à execução de planejamento, projeto, reuniões administrativas e pedagógicas em comum acordo com a LDB – Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, o Regimento Comum das Escolas Municipais de Eunápolis e o Estatuto do Magistério Público da Rede Estadual da Bahia.

Na nossa Instituição Escolar, o horário destinado as realizações de AC's tem como objetivo, a elaboração de planejamento, correção das atividades pedagógicas e registros de avaliações dos alunos, bem como o diálogo e a troca de experiências entre professores, coordenação, direção, pais e comunidade.

Entretanto, os sábados letivos, poderão ser ocasionalmente utilizados para Conselho de Classe, Reunião de Pais e Mestres, Eventos ou Planejamento Pedagógico, assim como efetivamente aula normal a ser ministrada para os alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Ensino fundamental de nove anos; orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE. Estação Gráfica, 2006 – (Janete Beauchamp).

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro. Paz e TERRA, 1975.

HOFFMAN, Jussara. Avaliação: Mito e desafio. Uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 4ª ed. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos (Org.). Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Papyrus, 1998.

ANEXOS

- Horário Escolar: Matutino, Vespertino e Noturno
- Matriz Curricular Anos Iniciais
- Matriz Curricular Anos Finais
- Matriz Curricular da EJA – Educação de Jovens e Adultos
- Programa Curricular Anos Iniciais
- Programa Curricular Anos Finais
- Programa Curricular da EJA - Educação de Jovens e Adultos
- Regimento Comum das Escolas Municipais de Eunápolis
- Regimento Comum Interno da Escola
- Estatuto do Servidor Público Municipal de Eunápolis
- LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
- Leis, Portarias e Decretos pertinentes ao sistema de ensino vinculado a SMECE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.